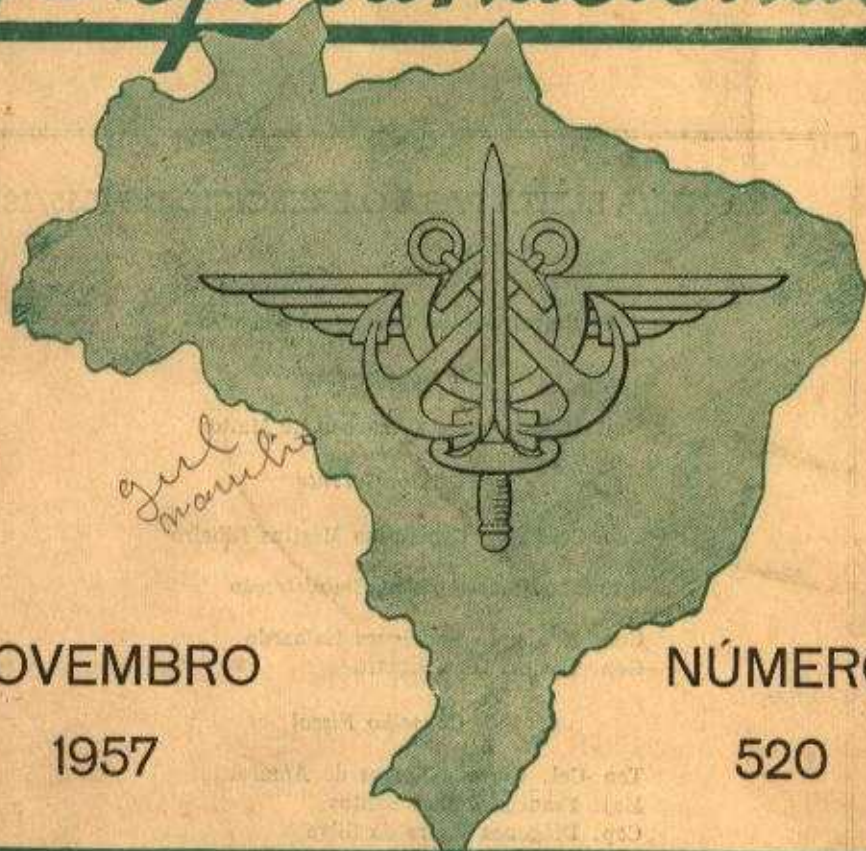


A Defesa Nacional



NOVEMBRO
1957

NÚMERO
520

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES
E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra



RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 1957

N. 520

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

	Págs.
Ideias para uma organização militar — Pelo Capitão Ovídio Alvares.....	5
Guerra Biológica — Pelo Capitão-de-Fragata Darcy de Souza Medina (MD)	7
O Navio-Aeródromo — Pelo Capitão-de-Fragata Oyama Sonnenfeld de Mattos.....	19

CULTURA GERAL

Panorama Agrário do Brasil (Extrato de trabalho do 1º Grupo de Estudos — ADESG — Sobre o problema) — Transcrito do Boletim da ADESG, de outubro do corrente ano.....	21
Retrospecto Histórico sobre fecho-dos-morros — Pelo General Silveira de Mello.....	31
História de Nobel e da Fundação Nobel — Por Hormino Lyra.....	45
Contrôle do Espaço Exterior — Pelo Capitão Vasco Ribeiro da Costa.....	49

DIVERSOS

Aniversário do Clube de Aeronáutica — Pelo General Pery Constant Bevilacqua.....	59
Petronada de Corumbá — Por Virgílio Corrêa Filho.....	71

BRASILIANAS

Rodovias pavimentadas — Cifras e gráficos desmentem o alegado estatismo brasileiro — Em 1960 exportaremos cimento — Indústria de cimento Portland no Brasil-1957 — Economia — Crescimento demográfico — 43 anos é a média de vida do brasileiro.....	79
--	----

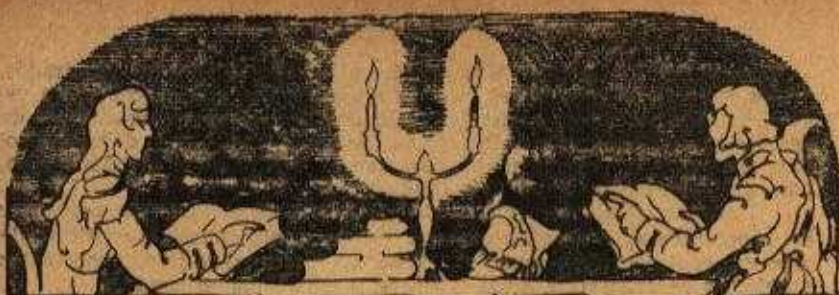
NOTÍCIAS MILITARES

Vantagens do transporte aéreo sobre o terrestre e marítimo.....	
O impacto das armas atômicas de longo alcance — Pelo Coronel Bradford Butler Jr. — Tradução da Revista "Army" de março de 1957 — Pelo Capitão Orlando Raphael Viegas Lauro.....	

ACTOS OFICIAIS

Lei, decretos, avisos e portarias de interesse geral para as Forças Armadas publicados até 30 de outubro de 1957.....	101
---	-----





CULTURA PROFISSIONAL

IDEIAS PARA UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR

Cap. OTAVIO ALVARES

Bem sentimos que o pensamento militar contemporâneo luta para não ser surpreendido. Ao contrário de outras épocas, nas quais os estrategistas montavam a futura guerra com os dados do último conflito, o militar deste meio século procura desenvolver as lições da experiência.

Ele sabe que a tecnologia criou instrumentos de combate mais revolucionários do que os que pontificaram nas eras do canhão ralado, da arma automática e do carro de combate. Por isso está constantemente a imaginar, a experimentar, a corrigir, a tornar a imaginar e a experimentar, de modo a obter um tipo de organização que possa utilizar com economia, armas tais como os canhões atômicos e os projetis teleguiados.

E é por essa mesma razão que as grandes escolas militares, os campos de manobras e as publicações especializadas vivem intensamente interessadas na experimentação de novos organismos e equipamentos, na tentativa de definir as características do futuro conflito mundial, que será total e atômico.

Não se pode dizer que nós, no Brasil, vivamos à margem desse mundo tumultuoso e apaixonante. Nem poderíamos estar excluído dele, mesmo que o quiséssemos.

Parece-me, contudo, que a grande maioria dos oficiais das Forças Armadas, inclusive aqueles a quem estão afetos os problemas de segurança, encaram o assunto com certa dose de apatia, pois não há demonstração de que se estejam forjando idéias originais nossas e sim que se processam traduções e adaptações de concepções alienígenas.

O Brasil pela extensão territorial que possui, pelo notável crescimento de sua população e pelo desenvolvimento econômico em ritmo acelerado, muito em breve será chamado a desempenhar importante papel de âmbito mundial. Essa importância está a exigir, naturalmente, que cuidemos de preparar-nos para as funções de liderança que a Geografia e a História nos vem impondo através dos séculos.

Somos um Continente. Oito milhões e meio de quilômetros quadrados, sob as mais diversas latitudes, com os mais diversos climas, cobertura vegetal variada e riquezas minerais incalculáveis. Seremos cem milhões de pessoas em 1980, segundo os intérpretes de nosso crescimento demográfico. Caminhamos, pois, rapidamente, para tornar o Brasil um território rico, uma nação próspera e um país cobiçado.

"Pari passu" a esse crescimento estaremos envolvidos por problemas de geopolítica e, conseqüentemente, teremos antinomias, e conflitos de natureza continental ou mundial. Teremos, por conseguinte, importantes problemas de segurança, atual e futura, a equacionar e resolver.

Em que termos equacioná-la?

Contamos com organismos apropriados que pensam sobre a matéria e cuidam da metodização e processamento das soluções possíveis.

Entretanto, a persistência e a permanência das questões de segurança nacional que constituem tarefa específica de setores militares restritos, impõem-se como excelentes e apropriados instrumentos de preparo da elite nacional. Por causa daquelas características temporais, que se estendem do presente a um ignoto futuro, elas extravasam do campo militar para interessar a Nação como um todo, no espaço e no tempo, às velhas e novas gerações.

Examinemos a geografia brasileira. Estudemos as características da selva amazônica, da região semi-árida do Nordeste, dos pantanais do centro continental e das suaves coxilhas do Sul. Perguntemo-nos após: Como realizar a defesa dessas áreas? Poderá um mesmo instrumento de combate, uma mesma organização, arcar com a responsabilidade dessa tarefa? Deveremos, pelo contrário, contar com diversos tipos de organização?

Detenhamo-nos no presente e indaguemos: em que época esperar o ataque? Em futuro próximo? Em largo prazo?

Avaliemos o potencial relativo do ou dos adversários prováveis, e perguntemo-nos: como enfrentar uma nação industrializada? Que esperar de um país de economia semelhante à nossa?

Cogitemos do equipamento da defesa e tornemos a indagar: como obter armamento moderno? Que margem de segurança contamos para a aquisição dele no exterior? Em que casos poderemos operar com a "prata da casa"? Que linhas de ação a introduzir no desenvolvimento industrial tendo em vista as necessidades da defesa?

Interrogações como essas, em número indefinido, podem e devem ocorrer na consciência de todos aqueles que estão em condições de desempenhar papel de direção em nosso país. E será em função delas que os problemas e idéias relativas à segurança precisam ser estudados e debatidos.

As novas gerações, incluindo nelas os militares e os civis em condições de liderança devem, desde agora, ir tomando o pulso desse problema, orientando suas atividades particulares para essa direção e preparando suas mentes para executarem no futuro o planejamento da segurança de hoje e planejarem por sua vez as tarefas da defesa que lhes couberem.

Está pois chegando a oportunidade de trazer para o debate alguns dos principais aspectos ligados àquela defesa, através de artigos, de livros, de conferências e seminários e de tantos outros processos de divulgação.

Creio, por outro lado, que temos elementos humanos capazes de levarem a bom termo essa divulgação. Nosso quadro de estado-maior é de boa qualidade e conta entre seu pessoal numerosos oficiais de inteligência brilhante, capacitados portanto para a magnitude da tarefa.

De qualquer modo urge que a elite militar se detenha na análise do problema brasileiro, muito nacional e peculiar, e encontre as idéias e concepções originais que nos conduzam à solução ou às soluções apropriadas, sem desprezar, é certo, as lições da experiência alheia, mas evitando as fórmulas e argumentos bitolados em gabarito estranho ao das nossas próprias realidades.

GUERRA BIOLÓGICA

DARCY DE SOUZA MEDINA

Capitão-de-Fragata (MD)

O nome exato do trabalho em aprêço é "guerra biológica" e não "guerra bacteriológica", como fôra anteriormente, pois que na guerra em causa não são aplicados tão só e exclusivamente bactérias, mas, também, outros elementos vivos de origem animal ou vegetal.

O conceito científico moderno considera os elementos biológicos altamente mortíferos, constituindo mesmo a mais hedionda das armas, motivo porque, certamente, até então, foi a guerra biológica proscrita por todos os tratados internacionais assinados na Conferência de Desarmamento, em Genebra, a 23 de julho de 1932, e Liga das Nações, em 1942. Apesar dos tratados assinados a que fazemos referência, a opinião geral dos "senhores da guerra" não reza pela mesma cartilha, pois que os contraditores vêem na guerra biológica a mesma expressão da atômica. Indo mais além, dizem com apreciável lógica: "O que deve ser considerado ilegal ou desumano é a guerra propriamente dita e não os meios por que ela deva ser feita". A esse respeito não nos cumpre maior soma de comentários.

A história nos conta que, durante a primeira grande conflagração mundial, — 1914-1918, foi levada para os Bálcans uma caixa com rótulos cautelosos e confidenciais, contendo Bacilos de Mormo altamente virulentos. Era objetivo do competente Estado-Maior em luta, contaminar, utilizando a cultura referenciada, os rebanhos e os animais de tração (a motorização ainda não tinha alcançado o grau que hoje conhecemos) reduzindo

dêsse modo a alimentação e os meios de transporte das forças antagonistas. Isto que hoje em dia é contado historicamente, para felicidade de ambas as partes combatentes, não se concretizou, pois que o grande e temido perigo era o revide lógico e natural, afirmando, mais uma vez, o princípio consagrado de que "a toda ação corresponde uma reação igual e diretamente oposta". E não se faz incozum a reação superar a ação. Eis porque, considerando os prós e contras, o Estado-Maior não lançou mão da altamente virulenta cultura de bacilos de mormo que chegara aos Bálcans.

Está comprovado que na última conflagração mundial elementos biológicos não foram utilizados em absoluto, muito embora boatos alarmantes tivessem tido um forte curso em dezembro de 1934, na Inglaterra. Gritaram os ingleses, alertados pelos serviços de espionagem, aos quatro ventos, que os alemães estavam fazendo preparativos para atacá-los biologicamente, utilizando como veículo esplêndido e seguro as formidáveis e famigeradas bombas-foguetes. Trombetaram tanto os ingleses, que o projeto, se houve, gorou no nascedouro, restando somente os ecos alarmantes do caso. E a esse respeito não foram encontradas referências no vasto "dossier" apreendido aos alemães após a guerra, confirmando ou negando as apreensões que pesaram algum tempo sobre os habitantes da ilha heróica, na época tão sujeita à "blitzkrieg" de Goering.

Devemos ter em bom e atilado pensamento que a guerra biológica é muito mais perigosa do que ima-

ginar se possa. É que o seu financiamento faz-se o mais acessível e realizável, estando ao alcance próximo de qualquer nação mediana em superfície, população ou dinheiro, o que não acontece com a construção de um potencial atômico, cuja posse exige um capital extra para concretização. Está aí, inegável e indiscutivelmente, o grande perigo que representa o agressivo biológico, podendo qualquer nação inexpressiva organizar laboratórios e produzir o que bem desejar e entender no setor comentado. Depois, é só disseminar os elementos contagiantes, quantidades proporcionais para alcançar o efeito ótimo, em locais predeterminados do território inimigo. A difusão fácil causará grande número de baixas, o objetivo colimado em guerra, conseguindo o agressor, pela surpresa, uma vitória esmagadora, o ideal em lei do menor trabalho, sem mesmo pisar o solo do país inimigo ou perder um soldado sequer. Isto, se o revide não surgir (arma de dois gumes), porque, então, a história será contada de outra maneira, — mui ao gosto solerte, perverso e insidioso da política internacional.

Sob um prisma geral, para efeito didático, a guerra biológica empregaria os agentes assim esquematicamente grupados:

- 1 — a) Febre tifóide e paratífóide;
- b) Desintérias;
- c) Cólera (Cholera morbus);
- d) Tifo exantemático;
- e) Peste bubônica;
- f) Varíola;
- g) Encefalite letárgica epidêmica;
- h) Brucelose;
- i) Gripe;
- j) Tularemia;
- k) Psitacose.

Estas doenças transmissíveis, muito embora tenhamos meios seguros de cercar a sua expansão, desenvolvem-se rapidamente com caráter epidêmico. Se mesmo durante o período de paz, lutar contra as epidemias não se apresenta tarefa fácil, na guerra, então, onde as situa-

ções se apresentam precárias, ultra deficitárias, a coisa é muito outra, muito mais difícil e embaraçante, como é fácil de avaliar e compreender sem necessidade de maiores comentários.

As doenças reportadas no esquema anterior são transmissíveis diretamente de homem a homem, tendo como intermediário vários animais vetores e outros meios indiretos, donde a grande importância do ataque biológico. Cumpre aqui uma explicação sobre Vetor, assunto para o qual chamamos a atenção do leitor, máxime no referente a tifo exantemático, peste bubônica, brucelose e psitacose, moléstias do trivial conhecimento de todos os médicos navais, visto que a Patologia Tropical é uma das cadeiras mais estudadas em nossas faculdades.

2 — Infecções gerais — Processos infecciosos das feridas — Carbúnculo — Tétano

Estas infecções originam-se pela disseminação dos agentes patogênicos ou de seus esporos no solo, na roupa e no material de abrigo. Não se verifica aqui caráter epidêmico, mas os feridos de guerra são altamente contagiantes se os primeiros socorros não forem logo aplicados profilaticamente. A sulfa, local e oral, tem aqui preponderante indicação.

3 — Agentes tóxicos de origem microbiana

Dos agentes referenciados destaca-se a toxina botulínica, cujo potencial maléfico faz-se sobremaneira virulento. Devemos esclarecer, para uma idéia ilustrativa, que 0,0005 mg são suficientes e bastantes para causar a morte de uma cobaia de 250 gramas de peso. Fox, cientista e experimenter digno de todo crédito, afirma que um avião poderia facilmente levar material botulínico bastante para um ataque arrasador a uma cidade, comprometendo inapelavelmente toda a sua população.

4 — Doenças de animais

- a) Pleuro-pneumonia dos bovídeos
- b) Encefalo-mielite dos eqüídeos

- c) Febre aftosa
- d) Morno
- e) Cólera porcina
- f) Peste dos galináceos
- g) Septicemia hemorrágica

5 — *Parasitoses animais*

- a) Gafanhotos
- b) Lagartas
- c) Broca
- d) Sarna epidêmica

6 — *Fungos patogênicos para os animais e vegetais*

Todas estas parasitoses e doenças referenciadas têm por objetivo destruir os meios de subsistência do inimigo no setor correspondente. As consequências são perfeitamente avaliáveis. Maiores comentários fazem-se desnecessários.

Em resumindo, são estas as armas que o inimigo poderá usar:

As particulares doenças que o inimigo poderá usar de preferência, têm que obedecer a uma determinada escolha, e regras básicas deverão ser observadas, tais como:

- 1) As doenças devem causar a morte ou incapacidade duradoura;
- 2) As doenças devem ter propriedade eficiente para disseminação em tomando como veículo as nuvens ou a água;
- 3) As doenças, para preferência em ataque biológico, devem ser adaptáveis a uma produção em larga escala;
- 4) Idealmente, as doenças em causa, para maior eficiência do ataque biológico, não devem encontrar da parte do inimigo nenhum meio de proteção ou amparo, imediato ou remoto, tais como vacinas, antibióticos, produtos químicos e imunidade natural. Isto, para maior êxito da operação.

Com o objetivo de encontrar e descobrir medidas seguras contra os agentes da guerra biológica, os técnicos do Corpo de Química dos USA têm envidado os maiores esforços, especialmente no setor relativo aos vírus, bactérias, ricketzias e cogumelos. Tomando como base

vários trabalhos publicados, LIFE, a grande revista de caráter universal, organizou um quadro ilustrativo em que são tratados sumariamente a Arma Biológica, Meios de Disseminação, Sintomatologia, Prevenção e Tratamento. O quadro em apêço, sem maiores comentários, faz-se útil e representa de fato uma orientação e diretriz preciosas para eventualidades relativas a um ataque biológico.

A Guerra Biológica constitui uma ameaça horrível, mas felizmente novas descobertas em breve surgirão para combater os micróbios utilizados no ataque em apêço. É uma esperança!

Nas guerras da Idade Média, os conflitos eram adstritos às cidades e limitados países. Hoje em dia, com os recursos devastadores da bomba atômica, as guerras não têm mais fronteiras. A guerra biológica, com o grande poder de lançar as mais diversas doenças, conduz rápida e eficientemente a milhares de mortes, antes que o inimigo possa reagir ou mesmo ensaiar um apreciável contra-ataque. Fazendo-se invisível, pode o ataque biológico tomar como veículo nuvens carregadas de germes, ou mesmo utilizando o tubo pára-periscópio dos submarinos ou bombas oriundas de um ataque aéreo. O fator sabotagem, aqui, representa especial papel e assume importância apreciável, como se faz plenamente avaliável. É de notar que os elementos letais disseminados invadem todas as áreas próximas, dentro de um certo raio de ação, e contaminam soldados, população civil, animais, colheitas, e até mesmo os pássaros, causando males e mortes com indescritíveis aflições. Entrementes, germes altamente virulentos podem ser utilizados, trabalho dos sabotadores, na contaminação dos depósitos de água das cidades, armazéns de viveres e drogas medicinais. Os exatos resultados de um ataque biológico não podem ser previstos absolutamente, pois que temos que considerar as subtilezas do espírito humano que comanda as ações e os grandes recursos da técnica moderna. O certo é indiscutível, é que

uma grande devastação se instalará e se verificará uma moderna e "sui generis" epidemia, cujas consequências são imprevisíveis.

No intuito de desenvolver uma defesa contra a ameaça de uma guerra biológica, diversos serviços especializados americanos, Corpo de Química do Exército dos U.S.A. e Serviço de Saúde Pública dos U.S.A., têm envidado esforços e trabalhos orientados no sentido em causa, promovendo estudos e pesquisas altamente relevantes, com o que tem sido possível conseguir apreciáveis êxitos e sucessos, tais como determinar a natureza das doenças que poderão possivelmente ser usadas nos ataques biológicos, meios de identificação e neutralização, conforme o quadro anexo, esquematizado, especifica e detalha com rara felicidade e compreensão. Filtros especiais para purificar a água e o ar contaminados têm sido idealizados com êxito. No Estado de New York, principalmente, algumas comissões têm levado a efeito planos bem fundamentados, já existindo uma certa concretização orientada e padronização de caixas contendo antibióticos.

Mesmo em face de todos estes esforços, reportados sumariamente, feitos nos E.U.A. contra a ameaça de um ataque biológico, o indiscutível e inegável, entretanto, é que este grande país pioneiro não está preparado no momento para os fins que seriam desejáveis e imprescindíveis em face do "statu quo" internacional. Os E.U.A. não estão preparados presentemente para enfrentar ou repelir uma ocorrência com as características ameaçadoras e horripelantes que a Guerra Biológica futura poderá levar a efeito.

Agora, raciocinando, se isto se verifica com os E.U.A., o que diremos do Brasil? Esta interrogação exclamada será motivo de um trabalho minucioso em separado e de caráter confidencial.

ALGUMAS REGRAS PARA SALVAMENTO

As vítimas de uma guerra biológica podem geralmente aumentar

suas possibilidades de salvamento em obedecendo a certas medidas oficiais recomendadas pela Defesa Civil dos E.U.A., lendo as competentes instruções e interessando-se pelas novas diretrizes quando distribuídas. Em Camp Detrick, estudos especializados no momento têm curso avançado. Cientistas há que trabalham gratuitamente em novas e importantes pesquisas, objetivando máscaras, compostos de prata para purificação da água poluída e um método fotoelétrico como detector imediato de germes nocivos. A nova membrana filtrante poderia provavelmente ser adaptada como um elemento permanente nos condutos de água e ar, produzindo o competente trabalho.

Quando realizados tais estudos, poderiam certamente reverter em benefício e uso comum da população civil. Entrementes, devem ser observados os Conselhos seguintes emanados autorizadamente da Defesa Civil dos E.U.A.

MEDIDAS INDICADAS A TOMAR ANTES DO ATAQUE BIOLÓGICO

- 1 — Lavar e esfregar bem o chão e os móveis, tendo-os sempre limpos.
- 2 — Vacinar profilaticamente adultos e crianças.
- 3 — Médicos e enfermeiras devem avisar à Saúde Pública todos os casos de moléstias infecto-contagiosas suspeitos ou já diagnosticados.

IDEM, IDEM, DURANTE O ATAQUE BIOLÓGICO

- 4 — Fechar bem e cuidadosamente todas as janelas.
- 5 — Somente usar para alimentação material enlatado e a vácuo.
- 6 — Beber somente água fervida. Ferver a água cuidadosa e demoradamente.

GUERRA BIOLÓGICA - SÃO ESTAS AS ARMAS QUE O INIMIGO DEVERÁ USAR

[illegible]

IDEM, IDEM, APÓS O ATAQUE BIOLÓGICO

- 7 — Seguir disciplinadamente os Conselhos Oriundos das Autoridades Sanitárias.
- 8 — Ferver e lavar as roupas individuais e as de cama e mesa.
- 9 — Enterrar todos os alimentos que não tenham estado hermeticamente fechados durante o ataque biológico. Não havendo lugar para enterrar, queimar os alimentos.

CONCLUSÕES SUMARIAS

1 — De um modo geral e sumário, para início de uma razoável compreensão da matéria, modernamente vasta e complexa, conforme vimos em recente estágio da United States Navy, os itens relacionados abrangem o que bem se poderia reportar a respeito de Guerra Biológica, que encontra na aviação e no submarino o veículo ideal de destruição cômoda e econômica.

Os elementos todos comentados podem perfeitamente ser lançados à retaguarda do inimigo, tomando-se como meio de transporte o submarino, o avião, as bombas, os foguetes, ou outros elementos auxiliares que o Estado-Maior indicar e julgar oportuno. Os sabotadores e os quintas-colunas são também elementos ótimos e preciosos, causando baixas mais precisas e desejadas taticamente.

Conforme dissemos anteriormente, não existe ação sem reação imediata em assunto de guerra biológica. É justo neste sentido que as nações estejam sempre alerta e estudando os meios defensivos mais úteis e eficientes no assunto em causa. Os meios em aprêço são os clássicos em Medicina Preventiva, no caso Medicina de Guerra — Vacinas, Profilaxia — Quarentena — Isolamento.

2 — Relativamente ao trabalho de Estado-Maior (operativo) cabem

aqui medidas de alta expressão, estas mesmas que poderão ser eficientes em assunto de profilaxia, tomando como informe precioso os dados colhidos pelo serviço de espionagem.

3 — A guerra biológica constitui um problema sobremaneira complexo e cujas eventualidades só o desenrolar dos tempos nos trará maiores ilustrações. Aos dirigentes da guerra compete, com esclarecida previsão, impedir que o inimigo alcance o objetivo colimado, assim como ao Serviço de Saúde, em seu deveramento e responsabilidade, cabe a tarefa não menos responsável de manter o moral dos combatentes, praticando Psicologia orientada, tratando os enfermos e acidentados e evitando as baixas por meio de uma profilaxia atilada, rápida e eficiente, o que bem caracteriza o médico militar como um higienista avançado.

4 — O estudo referente à guerra biológica ainda conterá muitas novidades, tais os trabalhos que se encontram em elaboração no presente. Embora saibamos de algumas particularidades notáveis, sobre as mesmas não podemos entrar em detalhes, pois a divulgação não se apresenta conveniente nem oportuna. Guardamo-nos para palestras e aulas no Centro de Adestramento Almirante Marques Leão, onde somos instrutores há alguns anos. Ali ensinaremos o que ora é reportado e mais algumas outras coisas importantes e úteis.

5 — Eis o que sabemos sobre guerra biológica. Trata-se de um assunto que merece toda a nossa curiosidade científica e o máximo interesse por parte dos superiores maiores, pois que se, no momento, não dedicarmos energias em seu estudo, em uma guerra futura muito teremos a lamentar. Assim, trabalhar agora é o que nos indica, em verdadeiro instinto de conservação, o raciocínio sensato e douto. O futuro o dirá.

O NAVIO-AERÓDROMO

CF. OYAMA SONNENFELD DE MATTOS

GENERALIDADES

Se fizermos um meticuloso estudo, sob aspecto puramente doutrinário, das campanhas navais levadas a efeito nestes últimos 100 anos, seremos obrigados a acreditar que a máquina a vapor, o binômio submarino-torpedo e o navio-aeródromo foram, na realidade, os maiores responsáveis pelas transições mais profundas sofridas na arte da guerra no mar.

Com a adaptação da máquina a vapor aos navios, a tática e a estratégia sofreram alterações bastante substanciais. As Forças Navais, integradas por navios a vapor, manobravam praticamente independentes das condições meteorológicas e as suas unidades obedeciam ao leme com mais presteza. A posição favorável ao tiro era facilmente atingida e a formação do homem do mar passou do pesado e ininterrupto adestramento a bordo, ao clássico academicismo de nossos dias.

O binômio *submarino-torpedo* começou a agir, com significado real, na primeira Grande Guerra, quando novas e profundas modificações doutrinárias foram obrigatoriamente introduzidas, por força da utilização desses engenhos. O *submarino*, operando isoladamente e sendo o fantasma que "estava em todos os mares", causou profundos danos aos navios de superfície. O *encouraçado*, que operava até então sem a cobertura de outras unidades, e era o senhor absoluto dos mares, passou a exigir um rosário de navios para a sua proteção e cobertura. A tática da linha de batalha sofreu profundas modificações. Novos tipos de formaturas e evoluções fo-

ram criados, mas a segurança dos navios de linha nunca deixou de estar em jogo contra o binômio torpedo-submarino. As doutrinas firmadas, a respeito da conduta na Batalha Naval, foram então consideradas obsoletas.

Chegamos, assim, à primeira Grande Guerra com a máquina a vapor, o submarino e o torpedo constituindo uma realidade operacional que, embora ainda embrionária, cerceavam bastante a liberdade de ação das Forças Navais. O avião, por sua vez, operando com bases em terra, não permitia que o encouraçado — dotado de possante bateria antiaérea, couraça horizontal reforçada e protegido por outros navios — operasse com a segurança desejada quando se aproximava de terra. O problema equacionado era desanimador para a sorte das Esquadras: o minúsculo avião tolhia demasiadamente os movimentos do gigantesco e agressivo encouraçado.

Mas, aos poucos, seguindo regras comprovadas pela história, os especialistas no assunto, à luz do que a experiência fazia sentir, chegaram à conclusão de que só o avião embarcado, pronto para operar, seria capaz de neutralizar os ataques aéreos daqueles aviões e, também, propiciar às Esquadras maior liberdade de ação. Havia, pois, necessidade de se estudar a construção de um navio capaz de resolver este problema: propiciar, no tempo e no espaço, a superioridade aérea no ponto desejado e permitir maior liberdade de ação às Forças Navais.

O avião embarcado incorporado à Esquadra, como instrumento seu, passaria a desempenhar o papel do contratorpedeiro, em relação aos ataques aéreos do inimigo e aos es-

clarecimentos para obtenção de informações.

Assim, já no próprio ano de 1914, alguns navios utilizavam hidraviões embarcados, que eram arriados náguas pelo pau de carga e içados após o cumprimento de sua missão. Conhecemos muito bem o célebre "raid" sobre Cuxhaven, levado a efeito naquele ano por hidraviões embarcados em navios-transporte e que, acreditamos, foi a primeira ação aeronaval da história.

Estava, pois, encontrada a solução necessária. Em 1917, a Inglaterra transforma o cruzador "Furious" em navio-aeródromo. Mais tarde, em setembro de 1918, o casco do navio mercante italiano "Conte Rosso", que estava sendo construído em seus estaleiros desde 1914, é convertido em navio-aeródromo, tomando o nome de "Argus". É este, na realidade, o primeiro navio especificamente armado para este fim e que utilizava o convés de voo para decolar e pousar seus aviões. Em 1930, os Estados Unidos adaptaram o cruzador "Saratoga" em navio-aeródromo, mas, somente em 1931, delinearão e construíram o seu primeiro navio deste tipo, que teve o nome de "Ranger". Além dessas duas potências, somente o Japão, em 1919, e a França, em 1923, tiveram seu primeiro navio-aeródromo.

No período compreendido entre as duas últimas guerras mundiais, a construção de navios-aeródromos não tomou o vulto que se esperava, pois o vertiginoso progresso sofrido pela aviação fez com que a maioria dos especialistas no assunto, apesar do advento do avião embarcado, acreditasse que as Forças Navais, ainda assim, seriam reduzidas à impotência, dada a sua vulnerabilidade aos ataques aéreos.

Este raciocínio fez com que, ao iniciar-se a segunda Grande Guerra, isto é, a 3 de setembro de 1939, o quadro apresentado pelas grandes potências, no que diz respeito a navios-aeródromos, fôsse o seguinte:

Inglaterra:

7 em serviço
6 em construção

Estados Unidos:

5 em serviço
2 em construção

França:

1 em serviço
1 em construção

Japão:

6 em serviço
10 em construção

No entanto, com o decorrer dos anos de luta e, principalmente, após as Batalhas do Mar de Coral e Midway, o valor do navio-aeródromo, como instrumento de guerra, foi aumentando de tal maneira que os Estados Unidos, a nação que mais se desenvolveu neste terreno, chegou a ter cerca de 100 unidades operando nos vários teatros de operações. A construção de navios-aeródromos superou as expectativas e, ao terminar a guerra, os Estados Unidos tinham cerca de 58.000 aviadores capazes de operar em aviões embarcados e 101 navios-aeródromos, enquanto que a Inglaterra possuía 47 navios deste tipo, naquela ocasião.

O navio-aeródromo, essa verdadeira e magistral Base Aérea dotada de mobilidade estratégica, havia vencido a guerra no mar.

CLASSIFICAÇÃO

Hoje, o navio-aeródromo é uma realidade e já são idealizados e construídos os mais variados tipos, atendendo cada um a um emprego cada vez mais específico, permitindo assim aos especialistas no assunto, classificá-los, segundo os tipos, de várias maneiras. Sobre este assunto existem várias interpretações, pois, dia a dia, aparecem novos tipos destes navios, possibilitando grande flexibilidade de classificação; no entanto, escolhamos a que se segue, por acharmos a que mais atende ao problema no momento:

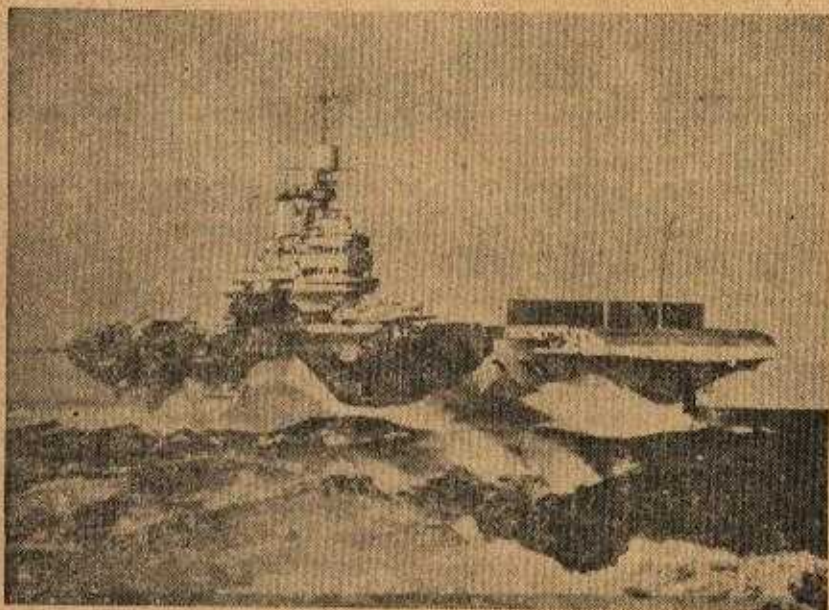
- Navio-aeródromo de Batalha (NAeB);
- Navio-aeródromo de Esquadra (NAeEq);

- c) Navio-aeródromo Ligeiro (NAeL);
- d) Navio-aeródromo de Escolta (NAeE).

O NAeB é um navio-aeródromo de deslocamento superior a 30.000 toneladas, que pode transportar até 140 aviões, inclusive caças a jato. Dispõe de excelente couraçamento, desenvolve alta velocidade, possui grande raio de ação e poderoso armamento antiaéreo.

O NAeEq é um navio-aeródromo de cerca de 30.000 toneladas de deslocamento, podendo conduzir até 90 aviões, inclusive de propulsão a jato. Possui alta velocidade, grande raio de ação, regular couraçamento e poderoso armamento antiaéreo.

O NAeL apresenta deslocamento médio, entre 10.000 e 20.000 toneladas, podendo transportar até 30 aviões. Desenvolve alta velocidade, possui raio de ação e couraçamento inferior ao NAeEq e regular armamento antiaéreo.



H.M.S. "Formidable"

O NAeE é um navio-aeródromo sem couraçamento, de calado relativamente pequeno e velocidade não superior a 20 nós. Pode transportar até 36 aviões e possui reduzido armamento antiaéreo.

De um modo geral, no momento, a classificação ora exposta satisfaz, mas acreditamos que, dentro de pouco tempo, terá de ser atualizada, pois o "Forrestal", com suas 60.000 toneladas, quando comparado com o NAeB previsto na atual classifi-

cação, onde figura "deslocamento acima de 30.000", faz com que acreditemos que tal margem de deslocamento já comporte uma subdivisão. Parece-nos que o "Forrestal" será considerado, realmente, NAeB e que, os atuais NAeB acima classificados venham a ser considerados Navios-Aeródromos de Ataque (NAe), isto é, um novo tipo, com melhores características do que os atuais Navios-Aeródromos de Batalha (NAeB).

Por outro lado, os melhoramentos, introduzidos em cada unidade que entra em serviço, vão dando flexibilidade cada vez maior à classificação ora apresentada. Os dez navios de classe "Forrestal" que estão sendo programados para construção, apresentarão diferenças substanciais entre si, inclusive propulsão à energia nuclear — o que reforçará o raciocínio que acima expomos.

Não precisamos ir muito longe neste assunto, para chegarmos a uma conclusão ainda mais real, pois, o próprio "Forrestal", já em atividade, apresenta inúmeros melhoramentos em relação aos seus contemporâneos já em serviço. O *convés de voo em ângulo*, possibilitando não só maior segurança operacional como também permitindo a redução dos intervalos de tempo necessários às operações de voo e as quatro catapultas a vapor, possibilitando as operações com aviões a jato de grande envergadura e, de um modo geral, evitando que o navio aprobe ao vento, para lançar seus aviões, são melhoramentos que confirmam o que acabamos de declarar.

Ainda mais. Recentemente, algumas nações estão construindo novos tipos de navios dessa classe para serem empregados em missões extremamente específicas.

A Marinha Americana, por exemplo, vem construindo, dentre outros, os seguintes tipos, não considerados na classificação já exposta:

CVHE — Navio-Aeródromo para Helicóptero de Escolta, que tem como principal tarefa o transporte e lançamento de helicópteros em operações contra submarinos. Apesar de possuir helicópteros, esse navio-aeródromo não é utilizado em operações anfíbias.

CVHA — Navio-Aeródromo para Helicópteros de Assalto, que se destina às operações de desembarque do Corpo de Fuzileiros Navais Norte-Americanos.

CVU — Navio-Aeródromo Transporte de Aeronaves, destinado unicamente ao transporte — e não ao lançamento — de aviões e helicópteros de vários tipos.

A Marinha Britânica possui outros tipos diferentes destes, muito embora com propósitos bastante semelhantes, mas que não se enquadram totalmente na classificação em discussão (1).

O que fizemos até aqui foi dar ao leitor unicamente uma noção dos tipos que existem, deixando o campo aberto para aqueles que quiserem aprofundar-se mais no assunto.

EMPREGO

Segundo doutrina firmada recentemente, os navios-aeródromos, após a experiência da última guerra, tomaram o lugar dos *Capital Ships* nas operações navais. Eles, como os encouraçados, a fim de que possam operar com segurança, exigem uma cobertura relativamente grande de navios de vários tipos, o que não deixa de constituir desvantagem para aqueles que o empregam.

No entanto, apesar dessa aparente desvantagem, os navios-aeródromos, na última guerra, tomaram parte com grande vantagem nas operações anfíbias, nas ações contra aviões, submarinos e navios de superfície, colaborando na árdua tarefa de proteção ao tráfego marítimo e na gigantesca luta pela obtenção do domínio do mar.

No desempenho dessas missões, eles eram organizados em grupos denominados *Fôrças-Tarefas*, constituídas, muitas vezes, de couraçados e, quase sempre, de cruzadores e contratorpedeiros. Com o evoluir das operações, esses tipos de agrupamentos foram tomando feições diferentes e denominações especiais, de acordo com as missões que lhes eram atribuídas.

Assim, tivemos os Grupos de Caça e Destruição, compostos de um navio-aeródromo e quatro a seis con-

(1) Nota da Redação: A Marinha francesa encomendou um navio-transporte de helicópteros, que, em paz, será utilizado como navio-escola.

tratorpedeiros, destinados especialmente às operações contra submarinos. A eles devemos, em grande parte, o colapso da campanha submarina inimiga contra o tráfego marítimo aliado. Logo depois, apareceram as Forças de Navios-Aeródromos Velozes, nucleadas por navios-aeródromos e protegidas por encouraçados, cruzadores e contratorpedeiros. Esses grupamentos permitiam o máximo de eficiência nas ações aeronavais e foram utilizados com grande vantagem, pelos aliados, em vários teatros de operações.

Enfim, a última guerra foi, na realidade, o campo de provas dessa nova arma, onde as suas realizações nos levou a acreditar que, futuramente, a guerra no mar seja, sem dúvida, a guerra da Força-Tarefa de Navios-Aeródromos.

Não será concebível outra solução para o problema da utilização do navio-aeródromo, pois, como acabamos de verificar, a experiência demonstrou que a constituição de tais Forças Navais sempre permitiu, no tempo e no espaço, um bom aproveitamento dos fatores de poder e posição, tão decisivos em todas as guerras.

Operando, assim, neste organismo de real importância nas operações navais, ao navio-aeródromo caberá, de um modo geral, na eventualidade de uma guerra, as seguintes missões:

Esclarecimento — Com seus aviões para localizar e identificar o inimigo;

Ataque — Com seus aviões para obter a superioridade aérea;

Especiais — Com aviões e helicópteros para missões de patrulhamento, correio, salvamento, transporte, minagem, etc.

Ao término da última Guerra Mundial, era doutrina firmada entre os especialistas no assunto que as ações aeronavais do futuro — tanto quanto era possível imaginar — poderiam desenrolar-se dentro do seguinte "figurino":

a) a Força-Tarefa, nucleada por navios-aeródromos, com sua cobertura de encouraçados, cruzadores e

contratorpedeiros navegando em cruzeiro, tendo os esclarecimentos e as patrulhas aéreas, anti-submarinas e de combate feitas pelos seus aviões e a cobertura anti-submarina propiciada pelos contratorpedeiros;

b) os aviões de esclarecimento, operando a grande distância da Força, seriam, fatalmente, os primeiros a estabelecer o contato com o inimigo e a Força-Tarefa começaria a preparar-se para a ação aérea propriamente dita. Os aviões de combate, no tempo oportuno, decolariam dos navios-aeródromos e iriam atacar o inimigo, enquanto que os navios da cobertura tomariam dispositivos adequados à proteção dos navios-aeródromos contra os ataques aéreos;

c) travada a ação aérea onde a aviação de ambos os oponentes — por interesses próprios de origem tática — seria desgastada ao máximo, fatalmente aquele que obtivesse a superioridade aérea ou ainda possuísse aviões que representassem suficiente poder combatente, tentaria atacar os navios-aeródromos do oponente por serem estes seus alvos principais — ou mesmo os navios de linha, que compõem a cobertura.

Em caso de grande superioridade aérea em relação à Força Naval, essa investida de aviões contra navios poderá causar resultados satisfatórios; no entanto, tudo irá depender das baterias antiaéreas dos navios de cobertura, que atualmente desencorajam empreendimentos desse tipo.

Terminada a fase inicial em que os aviões combatem entre si e os remanescentes tentam atacar os navios de superfície, tudo indica que, a julgar pela distância em que se encontram as Forças Navais e, na dependência de um exame corrente da situação, estas possam escolher uma das duas alternativas: o combate, se tiver possibilidade de alcançar o inimigo com superioridade ou a retirada para refazer seus danos, se a situação, a velocidade disponível e demais fatores o permitirem.

Este foi o exemplo deixado pela última guerra, onde a clássica Ba-

talha Naval do passado foi, na realidade, uma ação generalizada entre aviões e entre estes e navios de superfície. Isto é, não houve, no sentido técnico definido pelos especialistas no assunto, uma Batalha Naval. Houve, na verdade, uma série de ações aeronavais que, no conjunto, dariamos o nome de "ações generalizadas".

É lógico que, neste terreno, não é aconselhável fazer previsões como as que foram feitas, no entanto, relataremos uma hipótese aceita ao terminar a última guerra, a fim de dar ao leitor uma noção sucinta sobre o valor do navio-aeródromo como instrumento de guerra.

O futuro poderá pôr abaixo tudo o que aqui dissemos — e a própria história vem demonstrando que não será a primeira vez que tal fato acontecerá — mas, no momento, tais previsões são aceitas pelos mais rigorosos estudiosos do assunto.

Na realidade, tudo que o homem prediz no curto lapso de tempo entre a guerra que acabou e a que se vai iniciar, é pôsto abaixo nos primeiros dias de luta. Esse fato muito nos encorajou a escrever sobre tão delicado assunto.

VANTAGENS E DESVANTAGENS

O navio-aeródromo, como tudo mais que o gênero humano idealizou e construiu, também apresenta suas vantagens e desvantagens àquelas que o utilizam.

Os especialistas no assunto, baseados na experiência da última guerra, acreditam que o navio-aeródromo, quando incorporado a uma Força Naval — e só assim seu valor operativo tem significado — apresenta os seguintes argumentos a seu favor, ligados, em sua maioria, ao fato de possuir aviões embarcados:

a) proporciona, aos navios da Força a que pertence, contínua cobertura anti-submarina, além de permitir uma oportuna e eficaz defesa aérea;

b) possibilita ataques a objetivos terrestres ou mesmo a navios que normalmente não seriam atingidos pelo armamento dos navios;

c) permite ataques a maior distância do que os proporcionados pelo armamento dos navios;

d) possibilita incursões aéreas de surpresa em águas sob o domínio do inimigo;

e) permite eficazes e oportunos esciarcimentos aéreos, com o propósito de localizar o inimigo;

f) proporciona a superioridade aérea necessária às operações anfibias;

g) permite, nas operações anfibias, a defesa aérea, o apoio às Forças de Desembarque nas ações táticas e na observação de tiro;

h) devido ao fato de possuir maior efetivo de pessoal e ser portador de equipamento mais amplo, de maior versatilidade e em maior número do que os navios de menor porte, possibilita o registro dos movimentos dos aviões e dos navios de superfície com mais facilidade, precisão e segurança;

i) possibilita abastecimento aos navios da Força, dado ao fato de possuir grande capacidade para armazenar combustíveis, gêneros e suprimentos em geral. Este fato faz com que seja aumentado consideravelmente a área de ação dos navios de menor porte.

Por outro lado, são considerados argumentos francamente desfavoráveis à utilização desse instrumento de guerra:

a) o fato dos tipos e números de aviões embarcados ficarem na dependência do porte e do tipo do navio-aeródromo. Em outras palavras, muitas vezes a missão deveria ser cumprida com aviões de ataque municiados com torpedos e o navio-aeródromo, dado seu porte e tipo, não os possui. Assim, o desempenho de certas missões fica na dependência dos meios que dispõe;

b) representar, realmente, um alvo muito grande, de fácil localização, bastante vulnerável e extremamente caro para ser arriscado em certas oportunidades;

c) sua capacidade ofensiva, é, geralmente, muito sacrificada pelo fato de ser ele obrigado a manter cerca de 60% de seus aviões na

sua própria defesa, pois, em operações de guerra, normalmente existem aviões no ar protegendo a Força;

d) impossibilidade de utilização dos aviões embarcados, em caso não só de mar agitado como, também, de muito baixa temperatura. Esta deficiência, dentro de certos limites, está sendo contornada pelo uso das catapultas a vapor;

e) obriga a Força Naval a que pertence, na maioria das vezes, perder caminho em relação ao objetivo, em virtude de necessitar aproar ao vento para operar com seus aviões. Este fato que pode expor a Força a situações táticas desfavoráveis com risco mesmo de ataques torpédicos, já está também sendo contornada pelo uso da catapulta a vapor;

f) na eventualidade de uma operação em que os navios da Força a que pertencem tenham de entrar em ação contra o inimigo, o navio-aeródromo, por ser muito vulnerável ao fogo de artilharia, é obrigado a afastar-se, coberto por vários navios, para área onde não haja perigo de ser atingido pelo fogo inimigo. Este fato sacrifica o poder ofensivo da Força, pois os navios que se afastam fazendo a cobertura dele, poderão ser também necessários à ação.

Como acabamos de ver, o emprego tático do navio-aeródromo tem de ser judiciosamente estudado, a fim de que essa nova arma de guerra venha, na realidade, constituir vantagem para quem o utilizar.

CONCLUSÃO

O navio-aeródromo é hoje a unidade mais importante de uma Força Naval. Possuindo aviões embarcados e gozando da vantagem de ser uma Base Aérea dotada de mobilidade estratégica, pode proporcionar, a quem o empregar judiciosamente, vantagens excepcionais, tais como a obtenção, no tempo oportuno, da superioridade aérea no ponto desejado.

Hoje não se pode falar em Marinha sem ligar este nome ao do navio-aeródromo. Os desastres sofridos

pelos alemães e pela Itália são provas cabais do que seja a ausência dessa arma na composição do Poder Naval, pois, tivessem aquelas nações aviões embarcados e a guerra teria tomado aspecto completamente diferente. O próprio Japão só conseguiu vitórias e só desfechou golpes felizes contra os aliados, enquanto possuía superioridade em navios desse tipo.

A destruição quase que total da Esquadra Italiana em Matapan, o desbaratamento do corpo principal da Força Naval Japonesa em Midway e a vitória aliada contra os submarinos alemães, são fatos que comprovam a necessidade da Marinha possuir aviação embarcada.

Argumenta-se hoje em dia que o navio-aeródromo é extremamente vulnerável e apresenta ao inimigo um excelente alvo. A realidade, demonstrada pela História, tem sido outra.

A Marinha Britânica, num total de mais de 40 navios desse tipo em jogo durante a última guerra, perdeu, unicamente sete deles, sendo que dois eram navios mercantes adaptados. Somente o "Hermes" foi afundado por aviões japoneses, mas tinha 23 anos de serviço e, já naquela época, podia ser considerado como obsoleto. Quatro deles — o "Ark Royal", o "Courageous", o "Eagle" e o mercante adaptado "Audacity" — foram afundados por submarinos alemães, na ocasião em que a guerra submarina atravessava sua fase crítica e mais por erros de emprego, do que por outro qualquer motivo. Os dois restantes — o "Glorious" e o mercante adaptado "Avenger" — foram afundados em ação de superfície, sendo que o primeiro deles entrou em combate com os cruzadores alemães "Scharnhorst" e "Gneisenau", o que lhe foi grandemente desvantajoso.

A Marinha Americana que chegou a ter cerca de 100 navios-aeródromos em ação nos vários Teatros de Operações, perdeu somente sete deles. Em consequência de ataques aéreos japoneses foram afundados o "Lexington", o "Yorktown", o "Wasp" e o "Hornet", todos navios destituídos das possibilidades dos

navios-aeródromos de hoje. Os dois navios-aeródromos de escolta "Liscombe-Bay" e "Block Island" foram afundados por submarinos, um no Pacífico e o outro no Atlântico, quando em escolta de comboio. O "Princeton", o mais moderno de todos, após operar magistralmente contra os japoneses durante muito tempo e ter causado grandes danos aos mesmos, foi afundado por aviões inimigos, que, considerando-o alvo da mais alta prioridade dado seu grande valor combativo, já vinham concentrando todo seu esforço nesse sentido.

Na verdade, só foram perdidos navios-aeródromos — tanto ingleses, quanto americanos e japoneses — quando a Marinha não podia fornecer cobertura adequada dada a falta de meios existentes.

Logo que essa situação foi contornada por um dos oponentes, a guerra de navios-aeródromos tomou aspecto bem diferente e o valor combativo do conjunto operacional nucleado por navios desse tipo cresceu assustadoramente.

Verificamos, assim, que a destruição causada ao inimigo pelas Forças-Tarefas de Navios-Aeródromos

foi algo de gigantesca. Os aviões embarcados conseguiram destruir instalações militares em terra, campos de aviação, fábricas, ferrovias, navios de guerra e mercantes, além de terem possibilitado o ataque a Tóquio e facilitado a realização dos desembarques nas ilhas do Pacífico.

Verificamos, também, que apesar dos navios-aeródromos americanos operarem próximo das Bases Aéreas Japonesas situadas nas ilhas daquele Teatro de Operações, a Aviação com base em Terra, considerada muito poderosa e combativa, não conseguiu neutralizar a força americana, enquanto que esta derrotou decisivamente a aviação japonesa.

O navio-aeródromo tomando para si a responsabilidade de *Capital Ship*, permitiu obter, no tempo e no espaço, situações extremamente favoráveis ao perfeito desempenho da missão precípua que cabe à Marinha de Guerra: a obtenção do domínio do mar.

Foi esta a realidade vivida na última guerra e contra a qual ninguém poderá apresentar argumentos contrários.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÓRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE



PANORAMA AGRÁRIO DO BRASIL

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

1.º Grupo de Estudos

Nota da Redação: — A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), no intuito louvável de dar seqüela ao curso realizado, grupa seus membros para abordar problemas momentosos de interesse nacional. O que vamos apresentar é um extrato do trabalho do 1º Grupo de Estudos sobre o Problema Agrário no País. É uma transcrição do Boletim da ADESG de outubro do corrente ano.

1. A conclusão mais simples e mais geral que se pode tirar da análise do panorama agrário do Brasil, feita pelos dez membros do Grupo, que este subscrevem, é a seguinte: — No Brasil em matéria de organização da vida rural tudo ou quase tudo está por fazer.

2. A primeira sugestão a dar, portanto, é que talvez seja mais conveniente falar-se em organização agrária, do que em reforma agrária, porque não se pode reformar o que quase ainda não existe. O que é preciso é organizar, organizar, organizar.

3. Nesse sentido, andou bem o Governo criando a Comissão Nacional de Política Agrária e não de "reforma agrária". Mas, infeliz-

mente, ao que se sabe, os trabalhos dessa Comissão não foram até hoje aproveitados.

4. A segunda necessidade de ordem geral a dar-se é o da necessidade de transformar o Ministério da Agricultura num órgão altamente dinâmico, vivo, ágil, de ação rápida e pronta em favor da vida rural. Se isso não ocorreu até hoje na medida desejada, a culpa cabe muito menos ao Ministério do que às condições gerais da vida administrativa e burocrática do país.

5. Há meio século atrás depositávamos grandes esperanças na criação desse Ministério. O ilustre Wenceslau Belo, um dos maiores conhecedores de nossas causas agrícolas, dizia, em 1906: — "a ele

(ao futuro Ministério) deve caber a mais direta e eficaz influência sobre o progresso de nosso país". Mas, em seguida, o próprio Wenceslau Belo adiantava seus temores: "o êxito do Ministério dependerá da execução que lhe for dada. Tal será esta e ele será uma burla ou será o maior acontecimento da nossa vida econômica". Não podemos dizer que o Ministério foi uma burla; mas certamente está muitíssimo longe de ser "o maior acontecimento da nossa vida econômica".

6. E prossegue Wenceslau Belo falando, note-se bem, há 50 anos atrás: — "Em verdade não se trata de criar um conjunto de repartições burocráticas, à semelhança das que temos com tôdas as falhas e vícios... Isto seria inútil e pernicioso... É preciso que a burocracia, que não reconhece o valor do tempo e dos direitos do contribuinte, não consiga imiscuir-se nessa obra para a esterilizar".

7. Entre os obstáculos com que se defronta o Ministério para realizar ação dinâmica, objetiva e rápida, devemos salientar: a) as enervantes normas da burocracia nacional, que tanto concorrem para anular as melhores intenções; b) a falta de técnicos, cada vez mais escassos, em virtude da baixa remuneração oficial; c) a enorme falta de recursos: neste país tão agrícola (já não queremos dizer "essencialmente agrícola") as verbas do Ministério da Agricultura não vão além de 5% do total do orçamento federal!

8. Os resultados pouco positivos da ação ministerial, ao lado da falta de articulação entre os aspectos agrícolas e econômicos de cada problema deram em resultado a criação de uma enorme quantidade de órgãos autárquicos paralelos ao Ministério, cuja ação muitas vezes entra em conflito com as atribuições daquele. E tais autarquias passaram, não raro, a ser outros tantos instrumentos da burocracia, com resultados nem sempre compensadores, e instrumentos da política e dos políticos, distribui-

dos, às vezes, à guisa de troféus aos vencedores. E assim surgiram as autarquias do café — do pinho — do arroz — do trigo — das carnes — do cacau — do mate — do sal — do açúcar — do álcool — do leite, etc. Conclusão: mais burocracia, mais um enxame de funcionários, mais montanhas de papel. Criados para "disciplinar a produção" tornam-se, não raro, essas autarquias, mais barreiras para a própria produção.

9. Passemos agora às conclusões de ordem específica a que o grupo chegou:

9.1) *A Terra* — O solo brasileiro está longe de ser aquela terra que "em plantando, dar-se-á nela tudo". Depois de séculos de exploração desordenada e muitas vezes criminosa, a terra se encontra em grande parte cansada, roída pela erosão e com elevado grau de acidez. Precisa ser tratada e recuperada, pelas formas citadas no parágrafo 9.4.

9.2) *O Homem* — A querida afirmação de mestre Euclides da Cunha — "o sertanejo é antes de tudo um forte" — tem sido posta em dúvida por muitos estudiosos da nossa vida rural, que, ao contrário, mostram um roceiro magro, subnutrido, vítima das endemias, trabalhando pouco e produzindo menos ainda.

Mas talvez o próprio fato de o sertanejo ainda subsistir, apesar de tôdas essas desgraças, e apesar do abandono em que os deixam os poderes públicos, seja a maior prova de sua capacidade e fortaleza.

9.2.1) *A Saúde* — Durante séculos foi o homem rural vítima das mais terríveis endemias, avultando dentre tôdas a malária, que dizia-mava milhões de criaturas. Graças ao bom trabalho dos nossos médicos e ao progresso das técnicas de combate, a malária está hoje controlada, embora não extinta. Mas precisamos lutar muito contra a esquistossomose, a boubá, o bócio endêmico e a doença de Chagas.

9.2.2) *Alimentação* — A alimentação do rurícola é deficiente em quantidade e qualidade. Aliás,

esse drama da carência não é apenas do rurícola, mas de todo o povo brasileiro. De acordo com as estatísticas, as necessidades alimentares do nosso povo somam a 41.918.000 toneladas de gêneros alimentícios por ano, das quais produzimos apenas 33.127.000, havendo, pois, um déficit anual de 8.791.000 toneladas. Ou seja, estamos produzindo ou importando apenas 80% da alimentação necessária ao nosso povo. 20% representam a subnutrição do povo.

9.2.3) *Habitação* — Quanto à habitação não é exagero dizer-se que apenas 10% da população rural brasileira vive em casas de verdade, isto é, de tijolos ou de madeira, assoalhadas e forradas, enquanto os restantes 90% dos rurícolas moram em casebres de pau-a-pique, com chão de terra batida e cobertura de sapê, de palha ou de lata. A casa de pau-a-pique é responsável pela proliferação dos terríveis "barbeiros", insetos que transmitem a doença de Chagas, e que se aninham nas frinchas da parede. Não se pode condenar totalmente esse tipo de casa, visto que ela reflete as condições e facilidades do meio ambiente. Mas é imprescindível que se faça uma campanha junto aos rurícolas em prol do revestimento das paredes, que precisam ser lisas.

Se as paredes de pau-a-pique são responsáveis, em grande parte, pela doença de Chagas, a falta de instalações sanitárias responde pela disseminação de dois terríveis flagelos rurais: a esquistossomose e a verminose. Faz-se mister, portanto, uma intensa e profunda campanha em favor da construção de fossas em todas as habitações rurais.

9.2.4) *Mobilidade Social* — Das essas condições tão precárias de alimentação e habitação, às quais se juntam ainda as condições de trabalho, o baixo salário, a falta de assistência e, correndo tudo, a ignorância do povo, não é de admirar que atinja tão grandes proporções o fenômeno do êxodo rural. As migrações se fazem, sobretudo, do nordeste para o sul, em virtude das secas e da miséria da

queixa região, em comparação com as melhores condições da vida do Distrito Federal, São Paulo e Paraná. Grande é também o deslocamento do interior de Minas Gerais e do Estado do Rio, em busca dos altos salários do Distrito Federal e São Paulo.

Naturalmente esses deslocamentos não teriam maior repercussão (porque existem em todos os países que se industrializam e sempre foi marcante a atração exercida pelas metrópoles) se no Brasil a energia humana fosse logo substituída pelas máquinas agrícolas, coisa que não tem acontecido.

Evidentemente, o problema das secas, até hoje não resolvido, contribui de maneira poderosa para tanger essas massas humanas em direção a outras terras, vulgarizando o deprimente espetáculo dos "paus-de-arara". Nesse sentido, os estudiosos têm lamentado que as estradas de rodagem — principalmente a Rio-Bahia — abertas para levar a civilização ao "hinterland" e de lá trazer a produção, em vez disso, têm servido para de lá trazer fortes contingentes da população...

9.2.5) *Colonização* — Em relação ao povoamento, sabemos todos que 65% da população brasileira vive na zona rural, ou seja, mais de 33 milhões de habitantes, disseminados por uma área de 6.800.000 quilômetros quadrados, correspondentes a 4/5 do nosso território. Esse povoamento tem sido feito, através dos séculos, muito desordenadamente, sem obedecer a qualquer planejamento. Em época recente (5-1-1954), foi criado o INIC, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, com o objetivo de estabelecer a colonização do solo pátrio, em que se diferencia do simples povoamento por obedecer a critérios técnicos e científicos, a princípios políticos e econômicos. O INIC possui 30 colônias agrícolas, com uma população de 169.000 habitantes. Mas a ação que desenvolve ainda é bastante irregular, estando longe de satisfazer às necessidades nacionais. Nesse sentido, foi impressionante a entrevista

concedida à imprensa pelo próprio Presidente do INIC (vide "Correio da Manhã" de 2-7-57), em que essa autoridade aponta os graves tropeços com que se defronta o INIC para poder cumprir suas finalidades. Os recursos concedidos às 30 colônias agrícolas federais não lhes permitem de maneira nenhuma cumprir sua missão. Por outro lado, o número de imigrantes que têm vindo para o Brasil é mínimo em quantidade e de duvidosa qualidade: nenhum agricultor e poucos técnicos qualificados.

9.2.6) *Assistência Médica* — Um dos graves males da nossa organização rural é a falta de assistência médica, de ambulatórios e de hospitais. Na maioria das localidades do interior não existe nada quanto a esses dois itens: hospitais e ambulatórios. Nas cidades, porém, já existe um estabelecimento, em geral a bemérita "Santa Casa", mantida a graves penas pelos particulares, com subvenções (insuficientes) do governo.

Em todo o Brasil há 5.172 hospitais, mas não conseguimos saber quantos desses se situam na zona rural. Em relação aos profissionais, a situação é a seguinte: dos aproximadamente 2.000 municípios brasileiros, 457 não possuem nenhum médico, 397 não possuem nenhum dentista e 251 não possuem nenhum farmacêutico!

9.2.7) *Legislação Social* — Quanto à legislação do trabalho e previdência social, nada chegou até hoje ao campo. Os direitos do trabalhador, assegurados pelo artigo 157 da Constituição, até agora não beneficiam o rural. As leis de férias, aviso prévio e repouso remunerado, expressamente estendidas ao trabalhador rural pela Consolidação das Leis do Trabalho e pela Lei 605, não são cumpridas. Um projeto de Lei estendendo taxativamente a legislação social aos rurícolas, de maneira imediata e total, acaba de ser rejeitado pelo Congresso. Terá sido essa rejeição um bem ou mal?

Analisando detidamente as condições de terrível atraso em que se

encontra o meio rural, é o grupo de opinião que a extensão repentina, pura e simples da Legislação Social ao homem do campo seria altamente ruínoza para a produção nacional, que entraria em colapso, e, portanto, para o próprio rural. Essa implantação deve vir e tem que vir, mas de forma lenta e gradativa, e, sobretudo, concomitante a uma intensa e profunda tarefa de educação rural, no mais amplo sentido da palavra, para que os direitos do rural fique indissolúvelmente ligados a seus deveres para com a comunidade. Mais ainda, a futura legislação social tem que se ater às peculiaridades da vida rural em cada zona e de cada tipo de lavoura ou criação.

9.3.) *A Sociedade* — A nota característica da sociedade rural brasileira é precisamente a falta de sociedade, isto é, a falta de vida em comum, ausência de espírito de comunidade. Esse isolacionismo mental decorre de várias causas: a) tamanho dos latifúndios; b) dificuldade de transportes, quer quanto a estradas, quer quanto a veículos; c) dificuldades de comunicações (de correio e de telegrafo e, mais ainda, de telefones); d) pequeno número de aparelhos de rádio e absoluta inadequação dos programas radiofônicos à vida rural; e) imprensa local muito precária e dificuldades para a chegada da grande imprensa metropolitana, pelas razões do item c); f) finalmente, não existem, na nossa tênue organização rural, centros sociais ou centros da comunidade ("community centers"), capazes de proporcionar ao rural reuniões, diversões, pontos de contato, difusão cultural, troca de idéias, tudo isso, enfim, que estimula o desenvolvimento e progresso social. Os dois únicos "centros sociais" existentes na maioria das localidades rurais são a porta da farmácia e a "tendinha", que, evidentemente, não podem desempenhar a contento tão altas funções.

As associações rurais seriam os naturais "centros da comunidade": é preciso, portanto, fazer uma larga campanha em favor de sua cria-

ção ou desenvolvimento, o que viria, inclusive, reforçar as Federações e a Confederação Rural Brasileira, dando voz mais forte aos rurícolas nas metrópoles.

9.3.1) *Educação e Cultura* — Se todos, ou quase todos os problemas nacionais são, no fundo, um problema de *educação do povo*, assim acontece, também, em grande parte com os problemas rurais. O grupo é de parecer que as seguintes medidas precisam ser urgentemente tomadas, em favor da educação do homem do campo:

9.3.1.1) A escola primária não pode ser uma simples escola urbana localizada no campo: precisa despertar na criança o amor à terra e ensinar-lhe os rudimentos da técnica agrícola; para isso, deve ela própria organizar-se como *pequena granja*, nos moldes da escola ativa, onde as crianças aprendam a fazer fazendo.

9.3.1.2) A escola rural deve, além disso, ser um *centro da comunidade* ou "centro social rural", atraindo toda população circunvizinha e proporcionando-lhe as mais diversas formas de cultura, convívio e recreação.

9.3.1.3) As professoras para esse novo tipo de escola rural precisam receber formação adequada, em *escolas normais rurais*, situadas em fazendas e sob o regime de internato, nos moldes da magnífica Escola Normal Rural da Fazenda do Rosário, em Minas Gerais. Além disso, é imprescindível que as mestras recebam um *salário condigno*, como manda a Constituição, a fim de se poder atrair para o magistério primário rural elementos de bom nível social e mental que, atualmente, preferem buscar emprego nas cidades.

9.3.1.4) A *educação de adultos*, na zona rural, não deve limitar-se à simples tarefa de alfabetização, mas sim compreender os principais aspectos da vida social, econômica e política, assumindo o caráter de Educação de Base, conforme tanto vem sugerindo a UNESCO, infelizmente com tão pouca repercussão no Brasil.

9.3.1.5) Essa "educação de base" pode em grande parte ser feita através do *Rádio Rural*, com emissoras e programas totalmente dedicados à vida rural. Não só poderia haver programas rurais nas emissoras comerciais, como na Rádio Ministério da Educação, como na Rádio Ministério da Agricultura, a ser criada. Este último Ministério deveria facilitar a venda de receptores, elétricos ou de pilha, a longo prazo, aos rurícolas.

9.3.1.6) Os governos federal e estaduais deveriam manter numerosas *Missões Rurais*, do tipo das que tanto sucesso causaram no México, inclusive com biblioteca e cinema ambulantes; é necessário rever as atividades e a eficiência, nesse setor, do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura e da Campanha Nacional de Educação Rural do Ministério da Educação.

9.3.1.7) As Bibliotecas Municipais deveriam possuir numerosos livros e folhetos práticos sobre agricultura, procurando estabelecer o serviço de leitura domiciliar, já que é muito difícil conseguir que o fazendeiro vá à cidade para apagar livros.

9.3.1.8) Precisa ser multiplicada, dentro de um espírito absolutamente prático, a rede de *escolas agrícolas* existente no país, de nível elementar e médio. A criança rural, que termina a escola primária em volta dos 12 anos, não recebe mais qualquer conhecimento de coisa alguma e termina por esquecer o que aprendeu nos bancos primários. Faz muita falta a escola agrícola elementar, para formar bons operários agrícolas, bem como a escola agrícola média, para formar capatazes, mestres, administradores.

9.3.1.9) Nessas escolas, ou juntamente com elas, deveria a juventude rural prestar seu *serviço militar*, impedindo-se totalmente a vinda de conscritos do interior para as cidades. Assim o Serviço Militar, que até hoje é teoricamente obrigatório, passaria a ser realmente obrigatório para toda juventude.

9.3.1.10) Deve ser dado substancial incentivo ao *Ensino Superior de Agronomia e Veterinária*, inclusive com a concessão de bolsas de estudo numerosas aos Estados, para serem distribuídas, de preferência, aos alunos que concluíram o curso secundário classificados no primeiro terço da turma. É urgente uma campanha, por todos os meios, no sentido de despertar vocações para a agronomia, povoando-se a Universidade Rural Brasileira, instituição que tanto honra o Brasil, por suas instalações, mas que vive quase vazia, à míngua de alunos.

9.3.1.11) Na planejada reforma do ensino, em discussão, dever-se-ia criar um tipo diferente de *Ginásio* — o ginásio rural — relacionado com as necessidades e aspirações da zona rural, ao invés de impor à juventude rurícola das mais diversas regiões um programa feito pelo figurino do Rio de Janeiro e sem a mais leve referência à vida rural, o que muito contribui para estimular o êxodo dos campos.

9.3.1.12) Precisamos atender urgentemente à *mulher rural*, mantida até hoje em grande ignorância. Desenvolver ampla rede de cursos práticos de Economia Doméstica, que ensinem às senhoras e moças da zona rural os princípios básicos de higiene, culinária, primeiros socorros, puericultura, bem como horticultura e indústrias rurais, que poderão constituir um suplemento de valor ao orçamento doméstico.

9.3.1.13) Finalmente, no campo da educação, devemos salientar a necessidade de aumentar a duração do *dia escolar*, não sendo possível instruir e cuidar de todos os aspectos da educação da criança com a sua permanência durante 3 ou 4 horas por dia apenas na escola. O dia escolar deveria ser de 6 horas, almoçando os alunos na própria escola.

9.3.2.) *Crédito e Assistência* — São as seguintes as medidas sugeridas pelo grupo neste setor:

9.3.2.1) Organização e disseminação urgente do *Crédito Agrí-*

cola a juros baixos e prazo longo, visando a beneficiar sobretudo o pequeno produtor. Aliás, este princípio é até um imperativo da Constituição Brasileira, bastando, portanto, *cumprir a Constituição*.

9.3.2.2) Esse crédito rural deverá ser concedido, de preferência, sem a criação de um Banco Rural especial, que importaria na criação de centenas de agências, com um verdadeiro exército de funcionários, espalhados no Brasil inteiro. A concessão dos créditos aos rurícolas deveria ser feita através da própria rede bancária já existente no país, inclusive do Banco do Brasil, com os recursos concedidos especialmente para esse fim pelo governo. Também as Associações Rurais seriam estimuladas a constituírem caixas especiais de crédito para esse fim.

9.3.2.3) As organizações de crédito acima citadas deveriam destinar uma verba especial para ser concedida aos fazendeiros que desejassem *construir fossas* em suas propriedades, concorrendo, assim, de maneira decisiva para aumentar os índices de saúde da população rural brasileira e, em consequência, melhorar a sua propriedade.

9.3.2.4) Incentivo ao incipiente movimento cooperativista brasileiro, inclusive através de constante e profunda campanha educativa, que ensine aos rurícolas como viver cooperativamente.

9.3.2.5) Aparelhamento dos postos agropecuários existentes e disseminação de outros tantos, preferentemente pelo município, mediante convênio com o Ministério. Tais postos precisam ser realmente as sentinelas avançadas da técnica, na zona rural, servindo de centros de orientação e estímulo para os lavradores.

9.3.2.6) Multiplicação dos serviços de *Extensão Agrícola*, levando, se possível, de fazenda em fazenda, os benefícios da cultura geral e da técnica agrícola.

9.3.2.7) Impõe-se que as Prefeituras também cuidem da agricultura: é espantoso que, sendo a agricultura a atividade fundamen-

tal da quase totalidade dos municípios brasileiros, seja exatamente dessa atividade que não cuidam as Prefeituras. Estes órgãos do governo local desconhecem completamente a vida agrícola do município, na qual não intervêm, deixando os problemas agrários apenas por conta dos distantes governos estaduais e para o ainda mais longínquo governo central.

9.3.2.8) Ainda com respeito aos problemas sociais do campo, quer o grupo dar a necessária ênfase à *assistência social*. A absoluta falta de assistência ao nosso rurícola concorre para diminuir-lhe a eficiência e a produtividade. E estimula o êxodo dos campos para as cidades, onde o homem rural sabe que há numerosas formas de assistência, ao indivíduo, à criança e à família, desde os ambulatórios e as escolas, até as múltiplas formas de recreação e até a casa para morar em condições confortáveis.

9.3.2.9) Nesse sentido, grandes esperanças foram depositadas na criação do Serviço Social Rural, que viria dar ao rurícola aquilo que o SESI e o SESC já dão ao industriário e ao comerciário. Mas o Serviço Social Rural, acéfalo há muito tempo, ainda não pôde começar suas atividades assistenciais.

9.3.2.10) Ao lado dele, e sem prejuízo do mesmo, devia ser fomentada e estimulada a criação de instituições assistenciais de caráter privado, isto é, promovidas pelas próprias empresas agrícolas. Em vez de aumentarem, apenas, os salários dos operários rurais, poderiam elas cuidar também de aumentar o *salário indireto*, proporcionando instituições de amparo ao rurícola, à criança e à família, instituições essas que seriam confiadas, logo que possível, à direção dos próprios lavradores. Muitas vezes, na roça, dada a precariedade da situação social dominante, a facilidade de ter um ambulatório próximo, ou uma clínica infantil, ou uma casa para morar, valem mais do que alguns cruzeiros no bolso.

9.3.2.11) Outra idéia a desenvolver urgentemente é a do *emprego dos capitais particulares no campo para a cidade*: há também um *êxodo de capitais*. No "hinterland" é comum esta frase: *ganhar dinheiro no campo para gastar na cidade*". O pouco dinheiro existente é em parte apreciável carregado para as metrópoles. Grandes senhores rurais empregam seus lucros — quando os há... — comprando edifícios de apartamentos nas capitais, onde, não raro, residem. É preciso estudar este problema e descobrir fórmulas capazes de atenuá-lo.

9.4) *Estrutura Agrária* — De maneira geral, a estrutura agrária do Brasil ainda é aquela mesma dos séculos XVII e XVIII, com resíduos da época feudal. Esse regime semipatriarcal, ainda dominante em muitas de nossas propriedades agrícolas, constitui um tropêço ao progresso técnico e à sua maior produtividade.

9.4.1) *Regime e distribuição da propriedade* — No entanto, seria tremendo erro pensar que a solução para o problema é a desapropriação das terras e sua posterior divisão entre os lavradores. Desorganizados, atrasados, ignorantes, os rurícolas, transformados repentinamente em donos da terra, não teriam a mínima possibilidade de fazê-la produzir. A miséria seria dez vezes pior que a atual.

9.4.1.1) A prova do que dizemos é a existência atual de milhares de sítiantes, donos da terra, em localidades próximas do Rio, que, no entanto, nada conseguem produzir, jazendo suas terras ao abandono, por falta de meios de produção (instrumentos agrícolas — fertilizantes — formicida — inseticidas — assistência técnica, etc.).

9.4.1.2) A retalhação do latifúndio se impõe, sim, mas das terras devolutas e isso mesmo sómente depois de se estabelecer uma regular organização técnica em torno do latifúndio a ser retalhado. A experiência já foi feita no Ministério da Agricultura, que não é outra coisa senão lati-

fúndios retalhados. E o resultado da experiência vem mostrando o quanto estamos longe ainda de obter boa produção nesses Núcleos.

9.4.1.3) Num segundo estágio, depois da retaliação das terras sem ter dado resultados satisfatórios, aí então, e só aí, poder-se-ia pensar na retaliação também dos grandes latifúndios particulares improdutivos. Mas, note-se bem: somente dos improdutivos, pois uma fazenda bem organizada, progressista, dando boa situação a seus colonos, não deverá jamais ser retalhada à força. Aliás, a desapropriação de terras improdutivas em favor dos pequenos lavradores já está prevista, nos termos dos arts. 147 e 155 da Constituição Brasileira.

9.4.1.5) Devemos ter bem presente, por outro lado, que o minifúndio é um mal quase tão grande como o latifúndio. Veja-se o exemplo do que ocorreu na zona rural do Distrito Federal e nas zonas circunvizinhas do Estado do Rio, onde os famigerados "loteamentos" liquidaram com a florescente agricultura que havia aí há 20 ou 30 anos atrás. Da mesma forma, em várias zonas do Rio Grande do Sul a fragmentação da propriedade, por sucessivas partilhas entre herdeiros, concorreu para diminuir a produção, em vez de aumentá-la.

9.4.1.6) É necessário que o Código Rural delimite áreas de 50 a 100 hectares, ao longo dos corredores das estradas, de tantos em tantos quilômetros, para pouso das tropas em viagem, nas zonas das correntes de gado. Não devemos esquecer o prejuízo que o Brasil tem anualmente, de muitos milhões de cruzéis, com a perda de peso do gado em marcha, o qual, pela falta de assistência e repouso adequado, perde um quilo por dia por cabeça.

9.4.2) *Conservação do Solo* — Temos, durante séculos, depredado impiedosamente o solo que Deus nos deu. É urgente iniciar larga campanha de recuperação de terra, que poderia seguir, mais ou menos, os princípios propostos no livro de

Wanderbilt Duarte de Barros, intitulado "A Erosão no Brasil", e que deve ser lido e meditado por todos os brasileiros.

9.4.2.1) Criação de uma consciência nacional em torno da erosão do solo, pelo desenvolvimento sistemático de campanhas educativas e de demonstrações sobre os danosos efeitos que ela proporciona ao homem e à terra.

9.4.2.2) Formação imediata de equipes de homens capacitados para pesquisa, fomento, educação e divulgação da conservação do solo, que exige tenacidade e sacrifício.

9.4.2.3) Revisão dos impostos sobre a terra, à base da utilização que tenha e em função do seu papel no bem-estar social.

9.4.2.4) Criação de um órgão federal de planejamento, execução e controle da conservação dos Recursos Naturais, incluindo defesa do solo, das águas, da caça, da pesca, do animal selvagem e das florestas do país.

9.4.2.5) Formação de uma Reserva Nacional pelo estabelecimento de Florestas Nacionais, Reservas de Animais Selvagens, Reservas Florestais, etc.

9.4.2.6) Criação de uma rede nacional de Estações Experimentais de Conservação do Solo.

9.4.2.7) Difusão das técnicas conservacionistas, por todos os meios modernos de publicidade, ressaltando a vantagem dos trabalhos de conservação do solo para o bem-estar do país.

9.4.2.8) Facilitar o crédito para lavradores realizarem trabalhos de reflorestamento e conservação do solo, bem como conceder prêmios valiosos aos que o fizerem em determinada quantidade. Por outro lado, aplicar severas penalidades, efetivamente, aos devastadores do solo.

9.4.3.) *Técnica Agrícola* — Entre numerosas medidas a executar, podemos sugerir as seguintes, para maior produção agrícola brasileira:

9.4.3.1) Mecanização e motomecanização da lavoura, em tér-

mos cautelosos, lembrando-se que a máquina agrícola só dá rendimento em determinados tipos de terreno, exige tratorista especializado, combustível a ser transportado de longe, e alto grau de conservação.

9.4.3.2) Desde que as propriedades não sejam de grande área, a melhor solução não será a aquisição de um trator para cada uma, mas sim a organização de patrulhas agrícolas, por parte dos governos, das cooperativas, das associações rurais ou de firmas comerciais.

9.4.3.3) Produção e venda de fertilizantes a baixo preço.

9.4.3.4) Produção de sementes e mudas em grande quantidade, para fornecimento ao preço de custo aos lavradores.

9.4.3.5) Campanha em favor do melhoramento dos rebanhos e pastagens.

9.4.3.6) Órgãos de Defesa Animal Vegetal funcionando de maneira rápida e prática.

9.4.3.7) Campanha esclarecedora junto aos nossos produtores, a respeito da classificação e acondicionamento dos produtos, que precisam ser bem apresentados para competir no estrangeiro.

9.4.3.8) Facilidades para a criação de centros de industrialização dos produtos agropecuários, tais como moinhos, frigoríficos, fábricas, etc., junto às próprias fontes de produção, evitando-se grandes desperdícios e despesas superfluas com a viagem das matérias-primas em grande parte inaproveitáveis.

9.4.3.9) Facilidades para a criação do cinturão verde (o *green belt*) em torno das grandes cidades.

9.4.3.10) Incentivo à organização dos agricultores nas Associações Rurais.

9.4.3.11) Continua a agricultura brasileira necessitando de uma vasta rede de armazéns e silos que preservem os produtos, regulem os preços e impeçam a perda anual de milhões e milhões de cruzeiros dos nossos lavradores.

9.4.3.12) Criação de campos de agrostologia para estudo das pastagens.

9.4.3.13) Atualização do Código Florestal, de acordo com o projeto há muito tempo parado no Congresso Nacional.

9.4.3.14) Não importação de farinha de trigo, mas sim de trigo em grão, a fim de que possamos obter a alimentação necessária a nossas aves e animais.

9.4.3.15) Garantia de preços mínimos para os produtores, tal como vem fazendo o governo americano, através de bonificações, que tanto estimulam os produtores e redundam em benefício para toda a coletividade.

9.4.3.16) o Ministério da Agricultura deveria desenvolver uma campanha no sentido de obter, no menor prazo possível, as seguintes melhorias em nossa produção:

a) desenvolver a lavoura de trigo para termos de 3 a 4 milhões de toneladas;

b) incrementar a Avicultura para, no mínimo, ter 5 vezes mais o número existente;

c) elevar para, no mínimo, 20 milhões de toneladas a produção de milho;

d) decuplicar a produção de aveia, soja, alfafa, centeio, etc.;

e) decuplicar a produção de leite e derivados;

f) decuplicar a produção de pescado, dando livre iniciativa e modernizando os processos empregados.

RETROSPECTO HISTÓRICO SOBRE FECHO-DOS-MORROS

Tentativas frustradas para ocupação de Fecho-dos-Morros. Novas tentativas malogradas. Encantamento e mistério dessa deslumbrante Morraria.

Gen SILVEIRA DE MELLO

Fecho-dos-Morros é o célebre grupo de morros no médio-Paraguai, de que tratei várias vezes, por entre os quais irrompe o grande rio, formando uma ilha, também montuosa, e um duplo desfiladeiro fluvial. Esse trio harmônico, morreria, ilha e desfiladeiros, plasman um conjunto arquitetônico de tal beleza que deslumbra os itinerantes. Pela suposição dos antigos, de que ali se podia fazer um fecho ou dique ao rio, é que lhe puseram aquêlê nome.

Fecho-dos-Morros tem uma história curiosíssima. O primeiro expedicionário que, sabidamente, por ali passou, Paraguai acima, foi João Ayoas, em 1537, em demanda do Peru. Ulrico Schmidel, soldado e cronista dessa primeira expedição, relata que Ayoas deu o nome de S. Fernando ao monte culminante da morreria que êle observou antes de chegar ao Porto de Candelaria, de onde se internou, para nunca mais voltar, rumo ao Peru.

"Llegando al ultimo pueblo de los carios... de alli llegamos al monte San Fernando... y dimos con los indios payaguás..." (1).

Por seu lado, Rui Diaz de Guzmán, nascido em Assunção por volta de 1554, e primeiro historiador

do Paraguai (2), faz menção de S. Fernando ao tratar das várias expedições que subiram o rio da grande baixada no século dos Quinhentos. A respeito da expedição de Cabeza de Vaca ao Porto dos Reis em 1543, diz o seguinte:

"... y navegando la armada Rio arriba... hasta tomar el puerto de San Fernando..."

O padre Patricio Fernandez (3), noticiando a excursão dos padres Herva e Arce, de Assunção à Laguna Mandioré em 1707, exprime-se com grande precisão relativamente a Fecho-dos-Morros. Diz êsse escritor que aquêles padres, depois de passarem o Tepoti (4) e uma série de escolhos (5), viram mais adiante

"doce altísimas rocas alegres à la vista, excediendo la naturaleza à la hermosura del arte".

Não podia ser mais enfática e expressiva esta observação sobre aquela estupenda morreria. Na realidade, Fecho-dos-Morros conta doze morros e morretes, isolados ou não, no meio da planície periodicamente inundada pelo rio. A disposição dos morros e a passagem apertada do rio por entre êles, forma um conjunto paisagístico de rara beleza natural.

(1) ULRICO SCHMIDEL, "Viaje al Rio de la Plata", versão espanhola.

(2) "La Argentina", Liv. II, capítulo III.

(3) JUAN PATRICIO FERNANDEZ, "Relación Histórica...", I, cap. IV.

(4) Possivelmente o rio Tarumã, acima de Porto Murinho.

(5) Deveriam ser os escolhos Tarumã, acima da foz desse rio.

Os bandeirantes por ali transitaram, abaixo e acima, na caça ao índio, e, consoante boa tradição, foram eles que, lembrados do morro semelhante à entrada da Guanabara, impuseram o nome de Pão de Açúcar ao antigo S. Fernando, vindo a cair este no olvido e subsistindo aquele.

O nome da célebre morraria veio-lhe, porém, mais tarde, em 1731, da primeira expedição cuiabana que desceu o rio Paraguai para combater os índios hostis que flagelavam as monções naqueles tempos. Vários dias ao sul da foz do Mbotetê (Miranda), narra o cronista (6), a expedição passou

"a bocaina adonde com hum fecho de morros estreita o rio".

Esta expressão genérica, mas adequada e feliz, no sentir dos homens do campo, ganhou propriedade e passou a figurar como topônimo definitivo daquela posição — Fecho-dos-Morros.

Em 1754, a Comissão Demarcadora hispano-portuguesa, que por ali navegou, assim registra no seu Diário aquele notável acidente geográfico:

"As 6 horas (da tarde) chegamos a huma estreitura, que formão em o rio os serros da parte oriental, e hum da occidental cheios de arvores, e em as margens pedras, a este estreito chamamos de Pão de Assucar, pela vizinhança do serro d'este nome."

Consta de documentos de Vila Bela e Cuiabá que, em 1761, o padre Simão Toledo Rodovalho, administrador da aldeia de Santana da Chapada, propusera ao Capitão-General transferir essa aldeia para Fecho, com o fim de formar ali, com os seus índios catequizados, um núcleo de colonização. A proposta do padre Rodovalho teria sido formulada, a meu ver, por insinuação das autoridades e comerciantes de

Cuiabá, visando conseguir recursos com que deitarem a mão sobre Fecho, no sentido de organizar-se ali um posto militar que impedisse paiaçuas e guaicurus de continuarem a ameaçar a tranquillidade da vila cuiabana. D. Luis Antônio, Capitão-General de S. Paulo, ao tempo do Presídio de N. Senhora dos Prazeres do Iguatemi, tratou de estender as antenas paulistas até o rio Paraguai, no propósito de evitar que os castelhanos subissem o rio para aquém das raíais tidas como portuguesas. Suas vistas dirigiram-se para Fecho-dos-Morros, tendo em consideração que a capitania de Mato Grosso estava empenhada na frente do Guaporê, muito ao norte. Parece de vera ter sido em 1773, ao saber que os castelhanos haviam fundado Concepción, logo acima da foz do Ipané, e de supor tivesse D. Luis Antônio enviado um reconhecimento até lá. O que é certo é que deu conhecimento de seu projecto ao ministro do reino e a seu colega de Vila Bela, Luis de Albuquerque (7). O ardoroso Capitão-General paulista, no entanto, não chegou a realizar o seu desiderato, porque, provavelmente, lhe faltaram recursos.

Luis de Albuquerque, em 1775, apenas julgou segura a rota fluvial Guaporê-Belém do Pará, voltou-se decididamente para a frente sul e resolveu apressar a ocupação de Fecho-dos-Morros. Viera-lhe ao conhecimento que os castelhanos, de fato, se haviam estabelecido em Concepción e que D. Luis Antônio, para contra-arrestá-los, intentara, mas sem o ter conseguido, ocupar aquela posição.

Para esse arrojado cometimento, encarregou ele o Capitão de milícias Matias Ribeiro da Costa. Fôra mais acertado tivesse escolhido para tão importante comissão um oficial de linha, de maior compreensão e capacidade. Aquêle official, à frente de 245 homens, desceu o rio Paraguai em fins de agosto de 1775, e, em vez de avançar até a posição designada explicitamente por

(6) JOSE BARBOSA DE SA, "Relação das Povoações...".

(7) VIRGILIO CORREA FILHO, "Relações", III, 84.

Luis de Albuquerque, estacou num ponto semelhante, à margem direita do rio, 44 léguas (8) acima de Fecho. Ali desembarcou, fundou, a 13 de setembro, o presidio que se destinava àquele sitio avançado. Para justificar o acerto do seu ato ou encobrir o deslize cometido, o Capitão Matias inscreveu no termo da fundação que esta se dera em Fecho-dos-Morros.

Muito se tem dito a respeito do equívoco ou evasiva de Matias. Todavia, de que foi providencial o desacerto, não haja dúvidas, visto que, em Fecho, a mais de 1.000 km do Cuiabá, não se teria podido agüentar a guarnição do presidio, já pela hostilidade dos guaicurus, já dos castelhanos de Assunção, já de ambos, associados. No caso, porém, de ali haver ficado, ter-se-ia estabelecido na margem esquerda, incluída a ilha a leste do canal principal, ao passo que, tendo ficado em Coimbra, se instalou na margem castelhana, de oeste, a mais adequada naquele ponto, e, ali, apesar de tudo, a ocupação se manteve e consolidou-se. Desta sorte, o equívoco veio a assegurar para o dominio português e brasileiro a esplêndida faixa de terras ocidentais do grande rio, indispensáveis à defesa da fronteira e à segurança da navegação naqueles tempos, de Baía Negra a Corumbá.

Nada obstante, pois este raciocínio não estava patente, Luis de Albuquerque, de modo algum se conformou com aquêle desacerto, tanto mais que, apenas dele se advertiu, resolveu destituir Matias e substituiu incontinenti pelo Sargento-Mor Marcelino Rodrigues Campoñes, a quem encarregou também de proceder ao reconhecimento de Fecho, no sentido de transferir para lá o que se fizera em Coimbra.

Esse reconhecimento foi realizado em outubro de 1776 pelo Capitão

Miguel José Rodrigues. Do relatório apresentado por este official, consta: primeiro, que, acima de Fecho, ele tivera contato com os guaicurus, os quais se mostraram desconfiados da presença dos portugueses; segundo, que Fecho, semi-estéril como Coimbra, não oferecia condições favoráveis à vida de uma guarnição.

É de crer-se que o pessimismo do Capitão Miguel e a esquivança dos guaicurus, bem como a falta de um official de maior capacidade que Matias para realizar o seu intento, houvesse demovido Luis de Albuquerque de insistir na ocupação de Fecho. Por essa forma, ficou mais uma vez malogrado o designio português de aferrar-se àquela cobizada posição.

Em 1790, a expedição do capitão de navio, D. Martín Boneo, que subiu o rio Paraguai com a missão de investigar das posições, ocupadas indevidamente pelos portugueses em face do Tratado de 1777, na margem direita do rio, assim se manifesta, pelo seu cronista (9), a respeito de Fecho-dos-Morros:

"Sabado, agosto 28. Esta serrania se compone de dos picachitos altos, puntiagudos, á manera de punta de diamante, y otras lomas y picachitos mas bajos. Entre todos el mayor es uno de los dos puntiagudos mas elevados, de que he hablado, siendo de estos dos, el mas occidental el mas alto.

La costa occidental, aunque de corta barranca y poblada de espeso palmar y bosque, en partes está sujeta como su opuesta, á las inundaciones del rio. La serrania que contiene el cerro de Pan de Azucar, y que demora al NE de la aguja, toda es de peña viva, cubierta de unos árboles que parecen

(8) Quarenta léguas dão as crônicas dos primeiros tempos e esse número vem repetido pelos cronistas contemporâneos. Houve, porém, um erro na apreciação dessa distância, que, hoje, se sabe ao certo é de 292 km ou 44 léguas.

(9) D. INACIO PASOS, "Diario de una Navegación y Reconocimiento del Rio Paraguay, hasta los Presidios Portugueses de Coimbra y Albuquerque", DE ANGELIS, "Colección de Obras...", IV vol., ou Coleção de Angelis, Arq. de Mss. da Bibl. Nac.

estar secos y sin hojas (10), a los cuales llaman chana. Dichos cerros están separados unos de otros, pero encadenados entre sí, dejando pequeñas cañadas y llanuras. A estes va faldeando el río Paraguay, muy inmediatamente, de forma que, muchos de ellos descansan sus faldas y terminan en el río.

El río se dirige en dos brazos: el uno formando un canal como de 100 varas, y el otro de 125, con una corriente de bastante fuerza; los dos canales son navegables, y están coronados de peñascos grandes y chicos.

El Pan de Azúcar es todo de piedra, con pequeños árboles que parecen estar secos; es sumamente árido y escabroso, por consiguiente inaccesible; lo mismo sucede con los demás."

A vista de haver fracassado a expedição Martin Boneo a Coimbra e Albuquerque, a Espanha, persuadida de que os portugueses não prestavam obediência ao que dispusera o Tratado de 1777, quanto à margem direita do rio acima de Baía Negra, onde haviam implantado aquêles dois estabelecimentos, e de que, pior ainda, usavam dessa usurpação para impedir a navegação castelhana nesse trecho do rio, deu ordens ao vice-rei do Prata para que promovesse a construção de um forte num ponto tal que obstasse os portugueses de descerem, mais do que o fizeram, pela margem direita do grande rio. Eis o que, a esse respeito, expendeu um historiador boliviano:

"... ese fortín se edificó en 1792 en cumplimiento de la Real Orden de 11 de junio 1791, comunicada al Virrey de Buenos Ayres y transmitida a 17 de octubre de este año para su ejecución al gobernador del

Paraguay. Era expresamente para contener los avances de los portugueses sobre los territorios de la corona. Buscado el lugar, que no se determinó siqueira de antemano, pues debía resultar del doble objeto de que fuese un punto estratégico para la defensa y en terreno alto a que no alcanzasen las inundaciones anuales, se lo plantificó en la falda de los cerros de Tres Hermanos a 21° de latitud" (11).

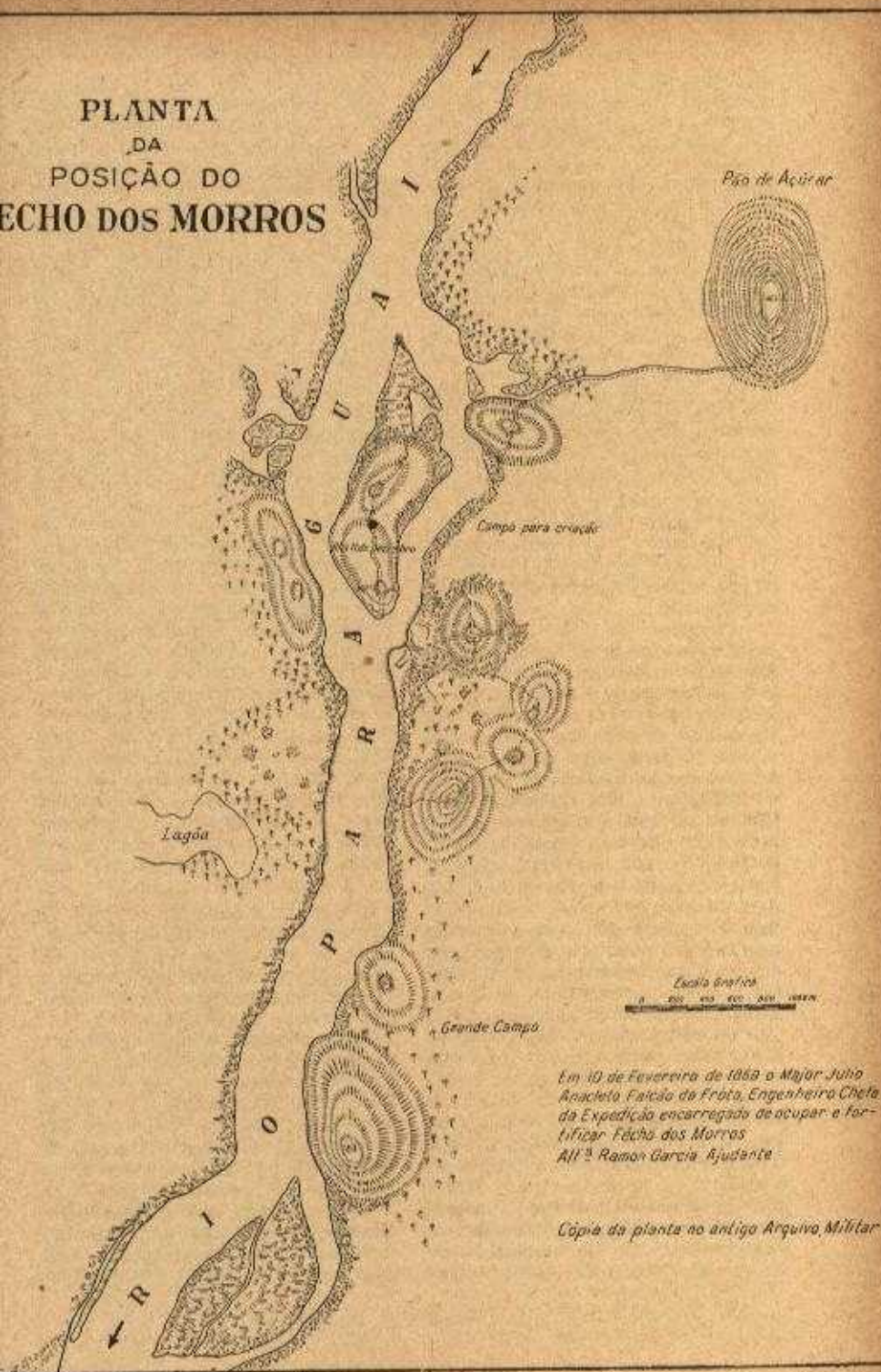
Foi, pois, com esses motivos e propósitos que os castelhanos fundaram em 1792 o Forte Borbon, hoje Olimpo, à margem direita do rio Paraguai, 57 km acima de Fecho-dos-Morros, 7 à jusante da foz do rio Branco e 292 abaixo do Forte de Coimbra. Ora bem, assentado esse forte à margem ocidental do rio, tivera ele a virtude de não ferir direito nem aspiração dos portugueses, porque estes reconheciam o domínio castelhano naquele ponto, e nada mais pretendiam na dita margem abaixo de Baía Negra. Por outro lado, essa fundação castelhana não podia impedir, senão por via fluvial, a descida dos portugueses para Fecho e mais para o Sul, visto que a campanha, na margem esquerda, ficava livre para incursões; ademais, quem nela exercia verdadeiro domínio eram os guaiurus, os quais no ano anterior se haviam aliado aos portugueses.

Se, porém, em vez de os castelhanos haverem subido para os Três Irmãos, tivessem ficado em Fecho-dos-Morros, teriam ocupado ali a ilha e a margem esquerda, pois que o lado oposto, de Oeste, não se presta à ocupação e à defesa do rio. Em tais condições, aferrados que fôsem àquela posição, garantiriam seu domínio na margem esquerda até o rio Branco pelo menos. Como, porém, preferiram subir mais para o Norte, não se lhes deparou melhor situação do que a

(10) Estava-se no mês de agosto, fim da estação hiberna, ou da queda das folhas.

(11) PLACIDO MOLINA, "Historia de la Gobernación de Santa Cruz de la Sierra", pág. 142.

PLANTA
DA
POSIÇÃO DO
FÊCHO DOS MORROS



Em 10 de Fevereiro de 1868 o Major Julio
Anacleto Paesão da Frota, Engenheiro Chefe
da Expedição encarregado de ocupar e for-
tificar Fêcho dos Morros
Alfé Ramon Garcia, Ajudante

Cópia da planta no antigo Arquivo Militar

dos Três Irmãos, à margem ocidental do rio, 57 km acima de Fecho. Essa posição lhes foi útil, de fato, por outro motivo: porque lhes garantiu a posse do Chaco. No entanto, deixou aberta aos portugueses, na outra margem, as vias terrestres para Fecho e para o Apa. Nada disso visavam os castelhanos. O que pretendiam nesse tempo era um ponto forte na banda ocidental do rio, para servir de barreira à progressão dos portugueses, nessa margem, para o Sul.

Mais uma vez, pois, ficou Fecho-dos-Morros livre de ocupação. Desta feita, porém, por parte dos castelhanos, que não souberam prever que a ocupação desse ponto lhes valeria, como trunfo, para forçar os portugueses a evacuarem Coimbra e Albuquerque, se queriam, em troca, lhes reconhecessem aqueles o direito à banda leste do rio até o Apa.

O incidente de 1850. Em nossas negociações com o governo paraguaio, insistia Carlos Lopez pelo velho chapão de Azara, de que a fronteira do Paraguai, ao Norte, devia balizar-se pelo rio Branco. Discutindo o caso com Pimenta Bueno, nosso encarregado de negócios em Assunção, este procurou mostrar-lhe o não fundamento dessa pretensão. Carlos Lopez, contudo, porfiava no seu ponto de vista, e, como a basear-se em documento irretorquível, mostrou a Pimenta Bueno o mapa de Azara, oferecido por este ao cabildo de Assunção, no qual o antigo comissário de limites traçara graciosamente a fronteira paraguaia por aquele rio. De nossa parte, entretanto, nada podíamos ceder nessa frente, porque o domínio territorial brasileiro se mantivera, ali, ininterruptamente, até o Apa. Para acabar com essas arrelhas, o presidente de Mato Grosso, João José da Costa Pimentel (1849-51), explicou ao nosso Ministro de Estrangeiros que Pimenta Bueno, em 1845, ao tempo em que era encarregado de negócios do Brasil em Assunção, sugerira ao

então presidente da Província a conveniência da ocupação, "quanto antes, de Pão de Açúcar, pois, de nenhum modo o governo do Paraguai negaria o direito que tínhamos a aquele terreno" (12).

A vista do que, após dois anos de troca de correspondência, o Ministro da Guerra expediu ordem para se formar o destacamento que deveria ocupar Fecho-dos-Morros. Não obstante, somente três anos depois, em 1850, é que o presidente da Província baixou a ordem para aquela ocupação. Esta realizou-se a 20 de junho desse ano, por um destacamento do comando de um tenente, na ilha do canal, por ser esse o local mais indicado para a defesa do rio.

Carlos Lopez, não se conformando com a ocupação de Fecho, que considerava patrimônio paraguaio, mandou preparar uma expedição de 400 a 500 homens, para desalojar o destacamento brasileiro. Embora retardada a diligência por instância de nosso ministro em Assunção, a força paraguaia avançou, rio acima, e no dia 14 de outubro atacou o nosso destacamento, que se compunha de 31 praças. Travou-se acirrada luta, de 30 contra um, até que o destacamento, acossado de perto, se viu compelido a abandonar a posição, deixando três mortos e um ferido, e infligindo nove baixas aos atacantes.

A tropa paraguaia destruiu as obras de defesa ali realizadas rusticamente, e, sem mais delongas, retirou-se para Concepción, sem deixar no local uma guarda ao menos para ocupar a posição.

Os dois governos entenderam-se a respeito dessas ocorrências e as coisas se acomodaram, sem nenhuma dificuldade por parte do governo paraguaio, pois, além do mais, este se aliara ao Império por causa de Rosas, que pretendia incorporar o Paraguai à Argentina.

Nestes termos, a ocupação de Fecho-dos-Morros, mais uma vez tentada, não pôde ser consumada, nem pelo Brasil, nem pelo Paraguai.

(12) Arquivo Histórico do Itamarati, of. de 28-IX-850.

Novos incidentes em 1853-55. Em 1853 o nosso Ministro Pereira Leal, em Assunção, numa entrevista que teve com Carlos Lopez, a propósito da definição das fronteiras Brasil-Paraguai, e, depois de discutirem calorosamente o assunto, o ditador usou de expressões injustas e injuriosas para com o nosso representante diplomático e rematou a discussão mandando entregar-lhe os passaportes. Este brusco rompimento de Carlos Lopez com o representante do Império, causou profunda indignação na Corte e forçou o governo a enviar ao Paraguai uma missão diplomática, apoiada em 12 navios de guerra, com o fim de reclamar a justa reparação daquele agravo.

Para secundar a ação compulsiva dessa missão, o Gabinete Imperial determinou a Augusto Leverger, presidente de Mato Grosso, que reforçasse, com todos os elementos que pudesse reunir, as guarnições de Coimbra, Albuquerque e Miranda, e tomasse as providências para a ocupação de Fecho-dos-Morros, logo ao primeiro aviso.

Leverger, compreendendo a gravidade da situação, transferiu-se pessoalmente, com o governo da Província, para o Forte de Coimbra. Ali instalado, mandou proceder secretamente ao reconhecimento de Fecho, e dispôs tudo, tropa, material e meios de transporte, para deitar a mão sobre aquela posição e organizá-la defensivamente.

Quase dois anos manteve-se ali o bravo marujo, vigilante e pronto para executar em Fecho-dos-Morros o que faria 10 anos depois em Melgaço. Ainda desta feita, porém, os dois governos se harmonizaram. Como se vê, Fecho andou prestes novamente a ser ocupado pelo Brasil. Todavia, como das demais tentativas anteriores, faliu também esta oportunidade.

Registre-se aqui que foi esta, antes de vir a cabo a definição das fronteiras Brasil-Paraguai, a última tentativa de ocupação de Fecho. O célebre desfiladeiro fluvial portara-se até então como objeto de cobiça entre castelhanos e portu-

guêses, entre paraguaios e brasileiros, os daquela banda por não se quererem conformar com os direitos dos de cá, e estes, porque, a preço nenhum queriam renunciá-lo. Enquanto andou aberto, sem solução, o pleito de fronteiras, esteve Fecho-dos-Morros entre o zelo do Brasil, a garanti-lo como seu, e a pertinácia dos vizinhos a disputa-lo. Tal era o valor e a importância militar da famosa posição. Foi necessário que estourasse uma guerra — e guerra preparada de há muito pelo Paraguai para incorporação de Fecho e do território adjacente — foi necessário que as coisas chegassem a esse extremo, da decisão pelas armas, para que a bandeira do Brasil viesse a flutuar, sem reatos nem embaraços, sobre aquêle rincão brasileiro.

Nova ordem para ocupação de Fecho. Em princípio de janeiro de 1869, tão pronto Caxias chegou triunfante a Assunção, mandou que navios da Esquadra subissem o rio e entrassem em ligação com as nossas guarnições ribeirinhas, e com o governo da Província. Mandou ainda que transportassem a tropa designada por ele para ocupar e fortificar Fecho-dos-Morros. Constatava essa ordem do novo plano de operações baixado após a queda de Lomas Valentinas. Mais uma vez, portanto, Fecho ia ser objeto de ocupação brasileira. Desta feita, porém, a ordem e as providências correlativas, por um capricho da sorte, procediam da própria capital paraguaiá, transformada em Q.G. do comando-chefe aliado.

Foi encarregado dessa missão o major Júlio Anacleto Falcão da Frota, que levou consigo, para o desempenho da tarefa, 250 homens do Batalhão de Sapadores. A subida do rio foi protegida por uma flotilha de seis canhoneiras. O comboio fluvial partiu de Assunção a 14 de janeiro e a 22 fundeou em Fecho, desembarcando ali a tropa de sapadores. Iniciada a organização defensiva pelos sapadores do major Frota, veio rendê-los, ainda naquele ano, o 5º Batalhão de Artilharia a Pé, do comando do Tenente-Coronel Domingos José da Costa

Pereira. Este batalhão, por sua vez, teve ordem de deixar Fecho e partir para Corumbá em janeiro de 1870. As obras da ilha, que, na maior parte haviam sido realizadas pelo 5º Batalhão de Artilharia a Pé, foram abandonadas, sem mais nem menos, ainda no correr de 1870. Nessas marchas e contra-marchas, a posição voltou, mais uma vez, ao que dantes era. É bem verdade que, nesse tempo, Lopez já andava acuado nas Cordilheiras e três meses depois caía morto em Cerro Corá.

A remoção da força, de Fecho para Corumbá, fora resolvida em Assunção desde outubro de 1869, pela razão de ser ela mais útil naquela vila. Continuou, porém, na ilha de Fecho um pequeno destacamento para vigilância da navegação. Em 1875, quando por ali subiu a comissão de limites Brasil-Bolívia, ainda lá permanecia uma guarda de sete praças (13).

Em 1872 assinava-se o Tratado de Paz e dele constou expressamente, embora não se fizesse mister, porque aquele diploma fixava os limites Brasil-Paraguai, naquela parte, pelo canal principal do rio, nada obstante constou dele expressamente que o governo paraguaio reconhecia de domínio brasileiro a ilha de Fecho-dos-Morros (14).

Em 1876 o barão de Maracaju, chefe da comissão demarcadora de limites Brasil-Bolívia, em ofício de 27 de abril daquele ano, ao Ministro da Guerra, sugeriu a organização defensiva de Fecho-dos-Morros e o estacionamento ali de dois pequenos navios de guerra, por auxílios da defesa da posição no caso de uma surpresa vinda do Sul.

Pouco depois, em 1881, o presidente de Mato Grosso, José Maria de Alencastro, tratando da defesa da Província, voltou a insistir na

ocupação militar de Fecho, justamente considerado porta de entrada do território brasileiro, em face do Paraguai e do Prata. Alencastro fez menção das sugestões de Maracaju em tal sentido e endossou os considerando por ele expendidos (15).

NOVAS TENTATIVAS DE OCUPAÇÃO

Expedição naval de 1883. Não obstante a decadência do espírito militar, verificada após a guerra, parece que os relatos de Maracaju e de Alencastro, com vistas à experiência do passado, teriam produzido efeito no seio do Gabinete Imperial. O fato é que, tanto um como outro ministério militar voltou ao reexame da tese pertinente à defesa de Fecho-dos-Morros, como condição indispensável à segurança da fronteira do Império pelo sul de Mato Grosso.

Em 1883 o Ministério da Marinha mandou a Assunção o couraçado "Maris e Barros", do comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Manuel Ricardo da Cunha Couto e dali partiu o Tenente Alexandrino Faria de Alencar com as seguintes missões: montar uma oficina de torpedos em Ledário, proceder a estudos do rio Paraguai, do Apa a Corumbá, fazer minucioso levantamento de Fecho-dos-Morros e apresentar o plano de ocupação militar dessa posição, mediante o emprêgo de defesa fixa (fortificações) e defesa móvel (navios da Flotilha).

O Tenente Alexandrino de Alencar apresentou alentado relatório (16) de seus estudos, acompanhado de plantas de levantamento e do plano de defesa do rio, que muito recomendam a sua competência. O jovem tenente procedeu aos levantamentos de Coimbra e de Fecho, e, depois de confrontar as si-

(13) SEVERIANO DA FONSECA, "Viagem ao Redor do Brasil", I, 260.

(14) Esta ilha era chamada pelos guaicurus *Ocrata Guetrah*, que, na língua deles, quer dizer Pedra Comprida (Ver SEVERIANO DA FONSECA, obra cit., I, 239).

(15) Of. de 1-XII-881, ao Ministro da Guerra, Arquivo Histórico da 4ª Div. da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, Livro 17.

(16) Relatório registrado no Livro 17 da 4ª Div. da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército.

tuações táticas e estratégicas dessas duas posições, sugeriu a desmilitarização de Coimbra e a concentração de todos os elementos de força em Fecho, reservando o velho Forte para reliquia de recordações dos seus feitos memoráveis. Eis alguns trechos do importante relatório:

"Tendo concluído os meus trabalhos no Ladário, dando cumprimento às determinações 11, 14, 15 e 16 de minhas instruções... desci o rio Paraguai, a fim de escolher um ponto estratégico que melhor se prestasse à defesa da Província de Mato Grosso. Depois de ter percorrido uma distância de 330 milhas, de Corumbá até a foz do Apa, nossa fronteira com o Paraguai, sou de parecer que o Fecho-dos-Morros é o único ponto em melhores condições de fortificar-se, podendo mesmo tornar-se inexpugnável, executando-se as obras de defesa que tenho a honra de apresentar a V. Exa.

Reconhecida como tal a posição de Fecho-dos-Morros, estacionamos aí o tempo necessário a proceder aos estudos que requer o assunto com toda minuciosidade.

Atendendo à natureza do terreno, tendo explorado por terra e pelo rio todos os pontos defensivos e abordáveis, levantando a planta do lugar, concebi o plano que junto levo à consideração do Governo Imperial.

A posição de Fecho-dos-Morros, além de ser verdadeiramente estratégica, como mostra a planta junta, apresenta as seguintes vantagens: dista apenas 60 milhas da foz do Apa pela linha fluvial e apenas 8 léguas pela terrestre; todos os recursos se acumulam em torno desta posição para manutenção à força que tenha de se estabelecer nela, bem como, magníficos terrenos para agricultura (?) e pastoreio.

Doze léguas acima desta posição existem 2 fazendas de gado, na distância, uma de 10 milhas e a outra de 18 milhas pelo rio e, por terra, 2 léguas, de fácil comunicação. Fica também esta posição perto 17 léguas da Vila de Miranda e 25 de Nioaque, nessa fronteira. Uma única desvantagem apresenta a localidade do Fecho-dos-Morros: em frente à ilha, na margem direita do rio, território boliviano (sic), existe um morro bordando o canal que é transitável justamente no ponto em que mais se estreita o passo e é ele de uma altura equivalente aos demais morros, que se acham na margem esquerda do rio. Este morro, que é o único ponto do Chaco que se nota por aquelas imediações o quanto a vista alcança, está afastado dos lugares de recursos por centenas de léguas de terrenos quase todos alagadiços, ficando de nado nas grandes enchentes.

Mas a desvantagem que se nota na nossa localidade, pela posição deste morro, é toda aparente e pode ser completamente nula sendo fortificadas as posições que indico, não permitindo a ocupação hostil a pessoa alguma nesse morro, muito menos com material pesado de guerra. O nosso campo de tiro combinado abrange grande horizonte contornando-o completamente."

A seguir, minucia ele o plano de defesa, de acordo com a planta que anexou. Mais adiante examina a situação de Coimbra e conclui propondo, nos seguintes termos, seja ela desmilitarizada para dar seu lugar de propugnáculo a Fecho:

"Também procedi a estudos minuciosos sobre a nossa fortaleza do Forte de Coimbra e conclui que esta posição atualmente com os elementos modernos de ataque não se presta ao fim a que se destina pelas"

razões que passa a enumerar. Essas razões estariam nisto, explica o Tenente Alexandrino: além das de ordem tática, a má posição do Forte, a sua vulnerabilidade à artilharia inimiga, a sua fácil abordagem pela retaguarda e a inexistência de recursos locais. Outrossim, tão-somente pelo rio lhe pode vir o necessário, como aconteceu no ataque de dezembro de 1864, em que a guarnição se viu obrigada a abandonar ao inimigo a chave da defesa da Província. Além disso,

"esta posição fortificada está muito internada na Província e, quando aí chegasse o inimigo, grande parte de seus habitantes teria sofrido nos seus interesses como aconteceu com a última guerra. Sou, pois, de opinião que se abandone completamente esta posição, fazendo convergir todos os elementos de defesa no Fecho-dos-Morros, ficando as arruinadas muralhas e edifícios de Coimbra como memória indelével de seus feitos passados".

Expedição militar de 1884. Em 1884 coube ao Ministério da Guerra promover, de seu lado, novo estudo de Fecho-dos-Morros, no propósito de fortificá-lo. Para esta comissão foi designado o Tenente-Coronel de Artilharia M. J. Pereira Júnior. Este oficial esteve largo tempo na região de Fecho, realizou minucioso levantamento daquele trecho do rio e da morraria adjacente, e apresentou um plano de defesa da posição e da instalação da tropa destinada a guarnecê-la (17).

Estas providências deram a entender que, dessa feita, seria ocupado militarmente o decantado estreito. O levantamento topográfico ali procedido pelo Tenente-Coronel Pereira Júnior e o plano de ocupação

que elaborou foram de molde a patentear que Fecho iria figurar no quadro de nossas guarnições de fronteira e de nossos mais prometedores núcleos de povoamento.

Puro engano. A nova tentativa e as novas providências caíram no vazio. Sem embargo, para quem observou a evolução dos fatos, as duas últimas diligências para ocupação de Fecho vieram demonstrar que as idéias de D. Luis Antônio e de Luis de Albuquerque continuavam latentes e emergiam por vezes, vivamente, do espírito dos governantes. Como explicar, todavia, que aquele lugar histórico, de alta expressão geográfica e estratégica, de notável beleza paisagística, cuja posse fôra tão cobçada, como explicar continuasse, por assim dizer, a escapar e fugir aos anseios de ocupação?

A esse respeito, correram as mais fantásticas explicações. Chegou-se ao ponto de asseverar que, naquela célebre morraria, teriam os paia-guás espetado a caveira de Ayolas, como espantelho aos brancos para que não tentassem invadir de novo o país dos índios. Um velho guaicurn, por seu lado, avançou a assertiva de que o motivo não estava na caveira de Ayolas, mas numa caveira de burro, que, na gíria sertaneja, significa maus augúrios. Um segundo índio, de raça guarani, alegou que aquela morraria era sagrada, visto que nela deixara o Apóstolo São Tomé a impressão dos seus passos, quando por ali transitou, vindo de S. Vicente, pelo caminho do Peabiru (18).

A civilização, entretanto, não se detém diante de espantelhos e de lendas. Caveiras espetadas em postes servem quando muito para afugentar pássaros daninhos nos trigais, e as lendas, por mais respeitáveis que sejam, foram tecidas e

(17) Na Diretoria de Obras e Fortificações do Exército (4ª Divisão) encontram-se as plantas e projetos do ten-cel Pereira Júnior pertinentes a Fecho. Não há, porém, notícia ali do relatório desse oficial.

(18) A lenda da passagem de São Tomé e dos sinais dos seus passos consta da tradição dos índios do Brasil, do Guaira, do Paraguai e do Peru e vem mencionada pelos cronistas da era dos descobrimentos. Segundo Barbosa de Sá ("Relação das Povoações..."), Fecho-dos-Morros era conhecido no tempo das Monções por Santomé, corruptela de São Tomé.

entretidas para delícia do folclore e da poesia. A civilização avança e onde haja motivos de sobrevivência ou de expansão da coletividade, lá tomarão corpo as lendas ou se desfarão como cêra ao sol.

O que aconteceu, no entanto, veio a concordar com os velhos vaticínios, visto que, por mais estranho que pareça, a espada e o braço da nossa gente continuaram ausentes de Fecho. Passou-se o resto do século e mais um quarto do vindouro. Porto Murtinho, ali perto, foi ocupado e povoado; cresceu, ganhou foros de município e prosperou, ao passo que Fecho continuou mudo e imperturbável, olhando estáticamente, de norte a sul, a passagem dos barcos pelo seu desfiladeiro.

Vários estancieiros vieram, por fim, como retardatários, estabelecer-se com seus gados naquela morraria. Nada de novo trouxeram, porém, os recentes povoadores, visto que, naquelas mesmas encostas e baixadas, os guaicurús, por mais de dois séculos, fizeram ali acampamento e pastoreio.

À vista, pois, de todos os percalços que enumerei, estaria esgotada a esperança ou a possibilidade de ocupação militar de Fecho?

DERRADEIRA TENTATIVA

Curioso é voltar a novas especulações, depois de tantas marchas e contramarchas infrutíferas. Na verdade, uma novíssima tentativa iria verificar-se nos últimos anos, e esta apresentava uma credencial inequívoca de que, afinal, se desencantaria o mistério que frustrara no passado, sistematicamente, a indistarcável cobiça dos litigantes fronteirigos e, mais tarde, todos os nossos anelos e esforços para fazer de Fecho um baluarte respeitável.

O caso aconteceu como vou narrar. Em 1936-37, quando de todo não mais se cogitava de barreiras fortificadas, nem tinham elas cabimento em face dos países confrontantes, voltou Fecho a tentar de novo as entidades militares, não já para organizá-lo defensivamente, mas para sediar nele uma pequena guarnição.

A idéia era a mesma de sempre — ocupar a encantadora posição. O processo, porém, e a forma teriam expressão diferente. O de que ora se tratava era, pura e simplesmente, de localizar ali um destacamento de vigilância. Estavam por esse tempo na ordem do dia as unidades especiais para guarda de nossas fronteiras despovoadas, à semelhança do que se fizera no regime colonial e no Império, com relação às longínquas regiões do Amapá, Rio Branco, Rio Negro, Solimões, Guaporé. No rio Paraguai já havia guarnições em Cáceres, Corumbá e Coimbra; estas, porém correspondiam com mais propriedade à fronteira do Oeste. Julgou-se, pois, seria indispensável lançar para o Sul um elemento, voltado para o Paraguai e para o Chaco e à menor distância possível do Apa, cujo corte já vinha sendo guardado por unidades de cavalaria em Bela Vista e Ponta Porã.

Estabelecida essa premissa, prevaleceu a idéia de articular o novo posto militar com a unidade de artilharia sediada em Coimbra. Desta sorte, a guarda avançada que se projetava não seria de cavalaria, como na fronteira do Apa, nem de infantaria, como os contingentes da Amazônia, mas de artilharia. A solução foi esta: um grupamento de artilharia, com o grosso em Coimbra e uma bateria em Fecho. Este grupamento organizou-se em 1937, mas antes mesmo de destacar a bateria para Fecho, recebeu contra-ordem, dando-se o dito por não dito, para que se desfizesse o grupamento, voltando Coimbra e Fecho ao que eram antes.

A idéia e iniciativa dessa nova forma de ocupação de Fecho, como posto-avancado de Coimbra, foi da autoria do General José Pessoa Cavalcanti, quando Diretor da Artilharia de Costa. Este oficial-general foi sempre um chefe dinâmico e realizador. Haja vista o seu plano de localizar a Academia Militar em Agulhas Negras. Na inspeção que fizera em 1936 às obras de defesa no litoral e nas fronteiras, visitou o Forte de Coimbra e desceu

até a foz do Apa. De passagem por Fecho-dos-Morros, e conhecedor de sua história, maravilhou-se da beleza da imponente morraria e da importância estratégica daquele desfiladeiro fluvial. De regresso ao Rio, no seu relato de inspeção, propôs ao Ministério da Guerra a criação de um grupamento de artilharia com sede em Coimbra e uma bateria em Fecho, tal como se pretendia, na arma de infantaria, com as companhias e destacamentos de fronteira.

O Ministro da Guerra aprovou a indicação e já na fixação de efetivos para 1937 foi incluído o que se chamou "Grupamento Coimbra-Fecho dos Morros". O oficial designado para esse comando foi o Tenente-Coronel de Estado-Maior Francisco Pereira da Silva Fonseca. Eis como o Boletim do Forte fez menção desse acontecimento:

"22 de abril de 1937. Foi, nesta data, de acordo com o Aviso ministerial n. 240, de 10-X-1936, organizado o "Grupamento Coimbra-Fecho-dos-Morros", que, de conformidade com o Aviso n. 251, do Senhor Ministro da Guerra ao Chefe do DPE, ficou com o seu efetivo assim constituído: — Oficiais, 12; praças, 106" (Bol Reg n. 24, de 21-IV-37).

"22 de abril de 1937. Assumiu o comando do Grupamento Coimbra-Fecho-dos-Morros o Sr. Tenente-Coronel Francisco Pereira da Silva Fonseca e o da 1ª Bia do 6º GAC o 1º Tenente Hermes Guimarães" (Bol Reg n. 1 de 22-IV-1937, do Grupamento).

A seguir, o Coronel Fonseca, para escolher a posição que a subunidade iria ocupar em Fecho, deslocou-se para lá com uma equipe de oficiais e praças do seu comando, e, depois de minucioso reconhecimento, decidiu-se pela parte sul da ilha para quartel da bateria. Dessa diligência escreveu circunstanciado relatório e o remeteu ao comando da Região, para os devidos fins.

Passados três meses, no entanto, com surpresa, o Forte de Coimbra publicava o último Boletim do recém-nascido Grupamento:

"5 de agosto de 1937. Extinção do Grupamento Coimbra-Fecho-dos-Morros. Este comando recebeu do sr. Cmt da 9ª RM o seguinte rádio: "Transcrevo na íntegra, para conhecimento e devidos fins, o Aviso ministerial n. 471, de 24-VII-1937, publicado no BI do DPE n. 171, de 28-VII-1937: Nota Ministerial sem efeito. Licenciamento de praças. Declara o Sr. Ministro que fica sem efeito a letra g) da nota Ministerial n. 240, de 10-X-1936, que cria o Grupamento Coimbra-Fecho-dos-Morros, devendo permanecer em Coimbra uma Bia do 6º GAC. Determino à mesma autoridade que se proceda ao licenciamento das praças necessárias para a redução do efetivo atual previsto nos quadros do corrente ano. (a) Cel Heitor Borges, Cmt 9ª RM."

"Em consequência — É nesta data extinto o Grupamento Coimbra-Fecho-dos-Morros (Bol Diário n. 86, de 5-VII-37, do Grupamento)."

Que novo engulço teria sobrevindo para malograr, já quase consumada, a derradeira tentativa de ocupação de Fecho? Era de estarrecer, mas foi nada menos que um estudo acurado do Estado-Maior do Exército a respeito do plano de vigilância e guarda de nossas fronteiras. Deu-se preferência a companhias especiais, tropa ligeira, de infantaria, capaz de mover-se com presteza, de lançar postos móveis para a frente, sem o estorvo de material pesado, sem maiores exigências de instrução e adestramento, etc. Estas vantagens cabem à infantaria. A artilharia não se pode desdobrar por seções e muito menos por peças, e seu pessoal está ligado às guarnições destas. A artilharia de posição, ainda pior, vive chumbada aos locais que ocupa.

Por outro lado, a vida em Fecho, fosse para infantaria, fosse para artilharia, tornar-se-ia penosa, por motivo do isolamento, tal como se verificava no Forte de Coimbra. A vista desses considerandos, resolveram os chefes anular as providências iniciadas para ocupação de Fecho mediante subunidade de artilharia, e criar em troca a 2ª Companhia de Fronteira, não para Fecho, e sim para Porto Murtinho, ali perto, cidade florescente, que oferecia condições de existência satisfatórias e tiraria maior proveito da presença ali de uma unidade do Exército.

Embora tenha fracassado no verdadeiro esforço a ocupação de Fecho, a decisão final foi inteligente e acertada. Porto Murtinho prestou-se melhor à unidade de infantaria que lá se organizou, o que não teria acontecido com a artilharia em Fecho. Pôde assim aquela pequena força, por ser de infantaria, destacar um elemento permanente para foz do Apa e outro para Barranco Branco, locais despovoados, em cima da fronteira, sem policiamento, propícios ao contrabando, que careciam de guarda e de atrativos para fixação de nossos sertanejos.

CONCLUSÃO

Como vimos desta digressão, inúmeras foram as diligências para ocupar Fecho-dos-Morros, militar-

mente. Algumas não passaram dos primeiros passos. Outras chegaram ao objetivo e tentaram manter-se ali. Contudo, nenhuma veio a consumar-se. Nada há, porém, que atribuir tenha sido a caveira de Ayolas ou manes de Paiaguás que afastaram dali, sistematicamente, os homens de armas. De melhor crédito gozam as pegadas de São Tomé naqueles escolhos. Nisto sim deve estar o segredo por que malograram todas as expedições militares. Di-lo de fato a História, que, por onde passaram os Apóstolos, sementeiras de paz deixaram as impressões dos seus pés.

Seja, pois, esta a conclusão: O papel reservado a Fecho-dos-Morros, represente ele embora perene tentação à ocupação armada, não esteve nisso, mas no que lhe ditou a Providência, de florescente rincão pacífico. Aquela soberba morraria e aquela encantadora ilha, que, por mera semelhança, receberam o nome de Fecho, não devem ser tidas no sentido desse nome, que lembra dique, obstáculo ou impedimento, mas no de perpétuo convite ao intercâmbio cultural e econômico com todas as nações que frequentam a navegação do grande rio.

Todavia, para que os encantos naturais de Fecho-dos-Morros e sua beleza paisagística gozem de maiores atrativos, é de todo conveniente que os poderes públicos venham ao seu encontro, transformando-o num PARQUE NACIONAL.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134-C — Caixa Postal, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

HISTÓRIA DE NOBEL E DA FUNDAÇÃO NOBEL

COMO FOI CRIADO O FAMOSO PRÊMIO

HORMINO LYRA

Alfredo Bernardo Nobel nasceu no ano de 1833 na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, e faleceu a 10 de dezembro de 1896 na vila denominada "Mio Nido", em San Remo, à beira do Mediterrâneo, sob clima delicioso, carinhosamente acolhedor, cidade pertencente à Ligúria, província setentrional da Itália. Trabalhador, perseverante e dedicado ao estudo, como autodidata interessaram-lhe a literatura e as ciências, demonstrando sempre acuidade preferencial pela química.

Em 1863, auxiliado pelo seu pai, iniciou experiências para a produção de nitroglicerina com fim explosivo, conseguindo com um detonador moderno fazer explodir a substância sem grande perigo, empregando-a de modo a arrasar a rocha. Após muitas experiências com a própria nitroglicerina, numa das quais foi o seu laboratório destruído por violenta explosão no ano de 1864, entretimentos inventou a dinamite; esta coisa inventada deu-lhe grande fama.

Porém, teve muitos outros inventos, como a pólvora sem fumaça, a horracha artificial, a sêda artificial, as bombas-foguete, a balistite ou pólvora de Nobel, "Nobelkrut", como é conhecida na Suécia. E foram tantos os inventos que, ao falecer, possuía 355 patentes de invenção no seu e noutros países.

Dizem os seus biógrafos que ele falava cinco línguas: a sueca, inglesa, francesa, alemã e russa; mas é certo haver falado, também, a italiana, pois a Itália se recolheu, desistindo da vida social, e aí se finou.

Sempre idealista, com o espírito elevado acima das coisas vulgares, com a exaltação produzida pela vida e a disposição a ser sensibillizado, Nobel foi poeta lírico, sob a influência de Percy Shelley, embora firmando a personalidade sua. As composições poéticas fazia êle em inglês, como se fôra vero bre-tão. E eram lindas na língua de Shakespeare, embora longe do gênio shakespeareano. Seriam encantadoras se as produzisse em sueco, como dissera um sacerdote inglês ao ler excelente produção do futuro inventor da dinamite, porquanto foi na juventude que poetou. E foi um tipo forte, artista que conseguiu o desenvolvimento completo da sua tendência artística, chegando à evolução das suas faculdades. Se não resistisse à crítica, seria um fracó, romeiro finado antes do término da jornada, pois aquela, ao invés de ser um fa-cho para iluminar a estrada dos neófitos, é sempre um raio que os fulmina.

Logo que se tornou cientista famoso, já na idade madura, algum tanto retraído ao sensacionalismo, não atendia em absoluto a pedidos de fotografias suas, de notas biográficas; nada que tivesse por fim a publicidade.

Era de fato retraído, inacessível à biografia autógrafa e infenso a mercês honoríficas; nada obstante, embora poucas, lhe foram concedidas algumas homenagens, como sejam as condecorações de Ordem da Estrela Polar, da Suécia; uma Ordem da França, outra da Boli-

via, mais a Ordem da Rosa, do Brasil, concedida pelo nosso patricio illustre, o estudioso D. Pedro II.

Por algum tempo Nobel teve como secretária a condessa Bertha Kinsky von Chinic und Tetta. O primeiro encontro dela com o cientista foi em 1876. Mais tarde passou ela a chamar-se baronesa Bertha von Suttner; deixou o secretariado; tornou-se notável escritora, e mantinha regular correspondência com o famoso inventor em torno dos seus sentimentos filantrópicos. Em 1905, foi a escritora austríaca laureada com o Prêmio Nobel da Paz à vista dos artigos escritos no jornal "Abaixo as Armas"; à vista do seu livro traduzido em diversos idiomas, com o mesmo título "Abaixo as Armas"; à vista da fundação Austrian Peace Organization.

Certa vez, convidado por Bertha para tomar parte nos congressos de paz, respondeu que as suas fábricas podiam mais depressa acabar com as guerras do que os congressos por ela referidos. E acrescentou: "No dia em que dois exércitos puderem aniquilar-se reciprocamente em um segundo, todas as nações civilizadas (assim o esperamos) recuarão diante da guerra e licenciarão as suas tropas". Teria talvez sido inspirado no aforismo latino "si vis pacem para belum", muitas vezes citado no sentido de os países fazerem os seus preparativos de defesa.

E sustentou em carta posterior enviada à baronesa, em 1893, que a única maneira de evitar-se a guerra seria um acordo entre todos os povos para levantar armas contra a nação que em primeiro lugar violasse a paz.

E aí está a Organização das Nações Unidas, a ONU, que poderia adotar tão salutar teoria. Porém, Senhor, quem não teria pecado para atirar a primeira pedra?

Consoante a vontade de Alfredo Bernardo Nobel manifestada no seu testamento, os seus testamentários aplicaram em títulos e investimentos parte disponível da fortuna dele, constituindo um fun-

do, cujo juro vem sendo distribuído anualmente em forma de prémios àqueles que, durante o ano anterior, tenham conferido o maior benefício à humanidade. Esse juro é dividido em cinco partes iguais para os prémios de Física e os de Química concedidos pela Real Academia Sueca de Ciências; os de Medicina ou Fisiologia, pelo Instituto Cirúrgico Carolino de Estocolmo; os de Literatura, pela Academia Sueca; e os de Paz, por um Comité de cinco pessoas eleitas pelo Parlamento norueguês, sendo que por decreto do governo sueco, de 29 de junho de 1900, foram aprovados os Estatutos da Fundação Nobel com instruções acerca da distribuição dos prémios pela Suécia e acerca dos regulamentos estabelecidos pelo Parlamento norueguês, relativos ao Prémio da Paz. Este é atribuído ao Parlamento Norueguês, por isto: ao falecer Nobel, a Noruega ainda formava com a Suécia um reino unido; e no seu testamento havia o fabuloso cientista expresso o desejo de ingerência norueguesa em torno desse último prémio.

O legado de Nobel para os prémios atingiu a 31.587.202,28 coroas suecas; porém, com os juros do capital mais a importância dos prémios não distribuídos, eleva-se o legado, de 1901 para cá, quase ao dobro daquela quantia em coroas suecas.

Com as vacilações cambiais, não se pode calcular bem a importância de cada prémio na nossa moeda, mas deve aproximar-se de um milhão de cruzeiros.

À vista de entendimentos com o presidente da Academia Brasileira de Letras, dr. Rodrigo Otávio Filho, com o presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dr. J. C. Macedo Soares, com o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, dr. Herbert Moses, e com o adido cultural da Legação sueca, sr. Arne I. sem Woldmar, convencemo-nos da necessidade de dirigir ao presidente da Academia Sueca com o fim especialíssimo de sermos informados com clareza acerca da apresen-

tação de candidatos aos cinco Prêmios Nobel. O Dr. Anders Osterling, poeta emérito, deu-nos a honra de mandar agradecer a remessa dos nossos livros para a Biblioteca da Fundação Nobel (Svenska Akademien Nobelbibliotek) e nos mandou enviar cópia dos regulamentos.

Vejamos o § 1º do Regulamento Especial, relativo à atribuição do Prêmio Nobel — os membros da Academia Sueca e de outras academias, institutos e sociedades que se aproximem da Academia Sueca pela sua composição e pelo seu destino — os professores titulares de história, literatura e línguas das Universidades e Faculdades Universitárias — os laureados do Prêmio Nobel e os presidentes de associações de escritores, representativas da produção literária do seu país. Decreto Real de 4 de março de 1949.

Em todos os meses de setembro, o Comitê Nobel manda convites às pessoas qualificadas para propor candidatos, devendo cada proposta ser convenientemente justificada, fundamentada, documentada, acompanhada de escritos e apresentada antes de 1 de fevereiro do ano próximo, só sendo admitidos a julgamento trabalhos publicados.

Os candidatos ao Prêmio Nobel de Medicina ou Fisiologia serão selecionados em outubro; ou outros serão em novembro.

Já teve o Brasil um candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 1948, candidatura proposta pelo Senado Federal, confirmada pela Câmara dos Deputados, apoiada pelo Conselho Diretor da União Pan-Americana, ratificada por Cordell Hull, Prêmio Nobel da Paz de 1945, e por Sumner Wells, subsecretário de Estado dos Estados Unidos da América do Norte. Porém, não foi distribuído o Prêmio Nobel da Paz de 1948.

No setor de Medicina foram propostos seis brasileiros: dois para 1913 e um para cada ano de 1914, 1934, 1938 e 1946, sem resultado apreciável.

Na América, só quatro países foram contemplados pela Fundação Nobel: Estados Unidos, com 48 detentores de prêmios; Argentina, com 2; Canadá, com um e Chile com um. Aliás, a Nação Estados Unidos, de 1901 a 1951, tinha o primeiro lugar entre os premiados, vindo em seguida a Alemanha, com 47, a Inglaterra, com 39, a França, com 30, a Suécia, com 13, a Suíça, com 13, etc. É verdade que alguns norte-americanos da lista dos 48 são naturalizados.

Colhidos os presentes informes, que difundimos para conhecimento dos estudiosos, e satisfeita a nossa curiosidade em torno dos famosos Prêmios Nobel, instituídos em 1900, cuja vitória pessoal constitui hoje uma glória para a pátria do premiado, muito nos alegramos por chegar ao fim da tarefa a que voluntariamente nos devotamos.

CONTRÔLE DO ESPAÇO EXTERIOR

Cap VASCO RIBEIRO DA COSTA

As atividades desenvolvidas pelo Mundo inteiro, a fim de que o Ano Geofísico de 1957-1958 seja de completo êxito, nos levaram a estudar os meios e as limitações que poderão tornar positivas ou negativas essas importantes investigações. Assim sendo, ocorreu-nos a pesquisa dos elementos atualmente disponíveis para trazer à luz tudo aquilo que possa interessar aos estudiosos mais doutos na matéria. O assunto é, realmente, extraordinário e empolgante; por isso nos lançamos com entusiasmo nesse estudo que, supomos, terá a virtude de esclarecer pontos ainda duvidosos e não explorados.

Este trabalho — produto da curiosidade — está isento de qualquer aspecto doutrinário. Não temos a validade de penetrar num terreno difícil da técnica. Se nos abalamos a fazê-lo, foi pela satisfação íntima de trazer ao conhecimento dos companheiros das Forças Armadas Brasileiras, as modernas concepções sobre o espaço exterior. Devemos esclarecer que a nossa pesquisa se orientou para as informações publicadas pelo eminente cientista Dr. W. von Braun, atualmente trabalhando no Arsenal de Redstone, Estados Unidos. Dêsse importante trabalho tiramos os principais elementos constitutivos das páginas que se seguirão.

1 — O QUE O HOMEM ESPERA CONSEGUIR

A humanidade, desde remotas eras, olha para cima e procura compreender e interpretar a grandeza do Universo. Pergunta a si mesma, com insistência, o que haverá além

do limite da atmosfera, nas camadas exteriores da Terra. Muitas vezes agarradas às lunetas ou aos potentes telescópios, procura os pontos luminosos do céu como se ali estivessem os astros ao alcance da mão. Entretanto, a equação não foi definitivamente resolvida e não o será, supomos, por algum tempo ainda.

Positiva-se o lançamento ao espaço, depois de vários e intensivos estudos, do satélite artificial, tendo por finalidade mandar informações por meios eletrônicos aperfeiçoadíssimos aos cientistas da Terra. Acreditamos que esse primeiro passo influirá na compreensão de alguns problemas propostos e abrirá novos rumos para explorar o espaço exterior.

Sob o ponto de vista militar, seus efeitos talvez sejam essenciais não só na segurança das Nações, como também na preservação da Paz. E não está muito longe o dia em que a ciência lançará pontos fixos no espaço e dali transmita informações benéficas ao progresso e à sobrevivência dos homens no Globo Terrestre.

2 — COMO SE APRESENTA O PROBLEMA

Vamos primeiramente examinar a questão principal do lançamento de um engenho que procurará atingir certo ponto fora da camada atmosférica e ali se estabilizar, como experiência definitiva para a conquista do espaço exterior. Não será, evidentemente, um problema simples de técnica ou de balística externa, pois, em se tratando de um engenho diferente na forma e na

estrutura dos projetis modernos, deverá desenvolver tremenda velocidade ascensional para, finalmente, atingir o ponto calculado.

Pela teoria do Dr. von Braun, essa velocidade será de 29.000 km/h e o processo consiste no emprego do foguete multifasico baseado no principio do Dr. Goddard, isto é, o foguete de tres estagios como propulsor da aeronave. Assim teriamos o primeiro foguete levantando da Terra todo o equipamento, tripulação e orgaos da aeronave e capaz de alcançar a velocidade maxima de 5.800 a 6.400 km/h. Vencida a primeira resistencia da atmosfera, esse foguete desprende-se e o segundo foguete começa a funcionar, imprimindo a velocidade ascensional de 1.830 a 2.440 metros por segundo que, adicionados a velocidade atingida pelo anterior, perfaz o total de 3.670 metros por segundo; alcançada essa velocidade, o segundo foguete e, por sua vez, desligado e agora o terceiro foguete, o ultimo que levará a aeronave a orbita, entra em funcionamento imprimindo a velocidade de 19.300 km/h até a desejada, ou seja os 29.000 km/h necessarios para chegar ao ponto da orbita onde devera se manter, unamente.

Básicamente, tudo está em ordem. Mas surge a dúvida de saber se o engenho poderá ficar eternamente na orbita e qual a força que o sustém aí. Para respondê-la, vamos propor o seguinte problema: suponhamos que um canhão atire seu projétil de cima de uma alta montanha, com seus níveis horizontais caiados. Estamos imaginando que esse projétil percorrerá, uma trajetória horizontal, com tal velocidade que será capaz de anular a força de gravitação da Terra. Se isto for possível, a curvatura causada pela gravitação será exatamente igual à curvatura da Terra e o projétil poderá então manter-se voando em redor da Terra, sem atingir a sua superfície, até vir tocar a parte posterior da culatra do canhão que o atirou. Nesta hipótese, podemos estabelecer uma órbita em variadas altitudes e, teo-

ricamente, haverá uma imediatamente acima do solo; mas, neste caso, as interferências atmosféricas lançarão o projétil para baixo e a orbita tornar-se-á instável. Fora dessas interferências, isto é, livre das forças que atuam sobre o projétil dentro da atmosfera, será possível obter-se a livre escolha da altitude. Quanto mais alta for, mais lenta se torna a velocidade necessária para contrabalançar a gravitação da Terra. O ponto ideal será então aquele em que a força centrífuga com a curva da órbita equilibram a força gravitacional da Terra e o engenho adquirirá, aí, uma órbita estável.

3 — EFEITOS SOBRE O HOMEM

Durante a ascensão de uma aeronave impulsionada por foguetes de 3 estágios, sua tripulação sofrerá os efeitos da alta aceleração, como é evidente. Quando o engenho arranca, a aceleração não é tão intensa, mas gradualmente vai aumentando à medida que perde peso pela consumação do combustível e o empuxo vai também se tornando constante. O primeiro ponto da curva de aceleração é alcançado ao cortar o foguete do primeiro estágio, produzindo cerca de 9 graus de aceleração ($1g = 9,8 \times m/seg^2$). Depois desse ponto cairá de um a um e meio graus, quando o foguete do segundo estágio entrar em funcionamento; o segundo ponto ocorrerá quando chegar ao fim do segundo estágio e a aceleração será mais ou menos de 9 graus; o último ponto é alcançado na separação do terceiro estágio, mas aí a aceleração não se elevará porque este foguete carrega a carga útil do estágio superior com propelentes necessários ao retorno à Terra, se isto for possível. É óbvio que a tripulação dessa aeronave deverá funcionar como uma equipe sob severas condições e o meio mais moderno para treiná-la é o centrífugador agora usado como verificação do limite humano à perda da consciência. Adotando-se o mesmo princípio e projetando a construção de

compartimento mais largo, torna-se possível colocar toda a tripulação no aparelho para os testes de giro rápido; seus ocupantes serão submetidos a acelerações próximas da que irão encontrar no espaço, ou seja, 8 a 9 graus, bem como simulações de vôo desordenado e sem direção. É de se supor haver necessidade de tomar medidas de controle, anotando-se todas as reações num quadro de instrumentos. Além da alta aceleração, os tripulantes terão de permanecer com peso nulo, supondo-se comumente que estas condições se verificam depois da aeronave haver se livrado da força de gravitação da Terra, o que não é muito provável. A teoria diz que a perda de peso ocorre justamente no ponto de corte dos motores e o engenho deriva para fora da atmosfera em destino a alguma órbita na sua trajetória. O peso é, realmente, a causa não somente de gravidade, mas também do teto no qual se pode permanecer e este nos avisa da gradativa força de gravidade. Uma condição de peso se traduz pela gravidade e por um rígido apoio; se se retirar o apoio e permitir ao corpo reagir à gravidade, esse corpo está sem peso. Podemos citar um exemplo clássico: saltando-se de uma tábua de mergulho dentro d'água, nosso corpo fica sem peso por um segundo, até que toque a água. Numa aeronave espacial isto não é viável porque estamos sujeitos às mesmas leis de movimento, como o próprio engenho. Consequentemente, não haverá forças diferenciais capazes de conservá-lo com seu peso e então flutuará livremente dentro da cabine. É muito difícil criar artificialmente condições iguais ao espaço exterior ao nível do solo, uma vez que a força de gravidade estará sempre presente. Entretanto, há uma possibilidade de simulação e os estudos já se acham bem adiantados nesse setor.

Outro aspecto da questão é saber-se o que acontece ao homem nessas condições. Novamente a teoria vem em nosso auxílio para di-

zer que se pode comer e beber na posição horizontal, de cabeça para baixo, etc... Os médicos não acreditam que a circulação do sangue seja adversamente afetada porque um fator importante a considerar é a lenta resistência do sangue nas veias e nas artérias, agindo a gravidade somente com uma pequena parte.

4 — UMA HIPÓTESE

Vamos agora admitir que nossa aeronave, conduzindo a estação orbital, foi lançada de certa ilha do Oceano Pacífico e entrou numa órbita inclinada de 65 graus ao Equador, com a subida sobre curso nordeste. Imediatamente após deixar a ilha, cerca de 1.800 km abaixo do limite da órbita o último estágio atinge a velocidade terminal. Para chegar à órbita circular na altitude de 1.950 km necessitará de um avanço extra até ao apogeu (o ponto mais distante da Terra), requerendo uma pequena manobra de apenas 15 segundos de aplicação de força; com este avanço ao terceiro estágio, a aeronave está agora permanentemente estabilizada na sua órbita, e transformar-se-á em estação orbital girando em torno da Terra uma vez cada 2 horas. Como a Terra gira dentro da sua órbita uma vez cada 24 horas, a estação passará o Equador a um meridiano diferente cada vez. Um observador ali colocado verá diversas partes do Globo em cada revolução e dentro de um período de 24 horas terá oportunidade de local seus pontos com riqueza de detalhes. Pode-se facilmente entender porque uma estação orbital controlada terá grande significação militar, ao mesmo tempo como ponto de observação para reconhecimento e possivelmente como plataforma de bombardeio.

Presume-se construir essa Estação controlada do espaço numa órbita a 1.950 km de altitude, mas ali deverá haver abastecimento suficiente para que a sua guarnição possa se afastar e regressar sem grandes dificuldades. Como a es-

tação está no vácuo, no espaço exterior, será necessário vestir roupas com ar pressurizado e caminhar com semelhante adaptação ainda que exista metade da atmosfera normal de pressão no interior da cabine ou compartimento. Mas é quase impossível adaptar e reunir o trabalho indispensável numa órbita; deve haver algo que permita limitada habilidade manual e a sugestão aceitável é a forma de recipiente parecido com uma garrafa de Coca Cola, de dimensões gigantescas e claro, com interior pressurizado e cúpula de vidro resistente. O operador ficaria amarrado a uma espécie de leito, podendo virar-se em volta e manipular os instrumentos com braços artificiais que poderiam ser recolhidos. Um giroscópio permitiria alcançar posições no espaço, utilizando-se a força de precessão do engenho; pequenos motores de foguete, sobre e por baixo, serão usados para o movimento transversal, com impulsos de poucas quantidades de combustível.

Não se sabe como poderá ser, enfim, uma estação orbital. Estamos no terreno das conjecturas, mas talvez se possa construir um reduzido número delas, levando pequena quantidade de equipamento e de dimensões também reduzidas ao mínimo. Aventa-se a idéia de um poderoso telescópio fechado, como base de observação do Planeta, a fim de possibilitar a visão de pontos da Terra, ricos em detalhes, como se estivessemos num plano situado a 4.000 ou 5.000 metros de altitude. Estas bases seriam aproveitadas com fins protetores, como por exemplo avisos de "ice-bergs", grandes deslocamentos de massas polares e avalanchas, enfim, uma soma de informações úteis. Sob o ângulo militar, supriria as deficiências da aviação quanto aos locais por ela impossíveis de atingir.

5 — BOMBARDEIO PARTINDO DE UMA ESTAÇÃO ORBITAL

A opinião do Dr. von Braun é de que se pode fazer um bombardeio com absoluta precisão. Exa-

minemos a fig. 1 em que a Terra e a órbita da estação viajam juntas e na mesma direção. Se lançarmos um projétil dirigido da retaguarda da estação, imprimindo-lhe a velocidade de aproximadamente 400 metros por segundo, a velocidade total do projétil será de 28.900 km/h menos a pequena velocidade encontrada na direção oposta. O projétil irá através de uma órbita elítica, sendo importante notar-se que durante essa elipse de descida a estação e o projétil estarão fechando juntos, mas o projétil avançará mais devido ao seu período de meia revolução (o tempo requerido para a viagem) que é menor do que para a estação do espaço. Isto acontece pela pequena diferença angular da plataforma de lançamento. (Fig. 2)

Ao iniciar seu vôo através da atmosfera, o projétil será equipado com grandes estabilizadores e baixará gradualmente, enquanto que a estação permanecerá por cima e pode acompanhar sua trajetória. Ora, uma vez que o projétil perde velocidade e a estação continua inalterada, esta passará sobre o projétil outra vez; e quando o alvo estiver à vista, a estação estará voando por cima. Durante o vôo inteiro será mantida a linha de visada da estação ao projétil e tão logo se aproxime o alvo, este virá dentro do círculo de visada; neste momento ver-se-ão, simultaneamente, o projétil e o alvo. Maior precisão poder-se-á obter equipando o projétil de um telescópio ótico ou radar telescópio para localizar o alvo; um calculador na estação, semelhante ao do projétil anti-aéreo, poderá fazer o encontro das duas linhas de visada no momento do impacto. Esse método não pode ser usado com um projétil balístico intercontinental porque não se tem a vantagem de estar vendo o alvo; na estação do espaço torna-se exequível atirar em alvos móveis, por mais longe que estejam e ao mesmo tempo traçar a rota do projétil lançado, pelo radar localizador, mesmo sem conhecer a exata posição do alvo.

Quanto aos reconhecimentos fotográficos, supõe-se que uma alta qualidade de fotografias poderia ser obtida de fora da atmosfera, isto pelo fato de mesmo um telescópio astronômico sofrer as influências da atmosfera. Como a atmos-

fera está próxima do aparelho, toda a turbulência é direta na vizinhança ou no interior do instrumento e daí embaçar a imagem. Tomando-se fotografias com um sistema ótico similar, de fora da atmosfera, do espaço exterior, os dis-



Fig. 1 — Órbita da estação em redor da Terra. O arco interior mostra a trajetória de um projeto dirigido. A velocidade do projeto atravessará uma distância igual a $3/4$ da circunferência da Terra, sob controle da tripulação durante toda o tempo.

túrbios e turbulências estão muito longe e não afetarão a nitidez da imagem. Já foi demonstrado que a atmosfera é muito mais transparente vista de fora do que de baixo e de dentro dela. Se tomarmos um pedaço de papel encerado e o colo-

carmos fechado em dois junto aos olhos e contra a luz, veremos apenas uma sombra; colocando-o porém sobre uma caixa iluminada interiormente, com anteparo de vidro, ele se torna transparente. A comparação é a mesma.

6 — A DIFÍCIL TAREFA DO RETORNO À TERRA

O Dr. von Braun formula a seguinte pergunta: qual é o problema final de retirar uma aeronave com todo o seu pessoal da órbita? Vejamos a resposta por ele mesmo dada. A tarefa é muito mais formidável do que a obtenção do voo orbital. A elevação de um pequeno objeto ou instrumento para dentro da órbita do satélite é essencialmente uma questão de força bruta; mas retirar seres humanos, dentro de um compartimento fechado, envolve todos os conhecimentos da ciência moderna. Ainda não se co-

nhecem meios de fazer vir à Terra um engenho do espaço, partindo da órbita e utilizando seus próprios propelentes. É preciso destruir a mesma energia que foi empregada para elevá-lo do solo, ou seja igual quantidade de combustível. E o problema recai novamente para a carga útil empregada na ascensão, donde ter de se construir um engenho muito maior, capaz de comportar as cargas de ida e volta. Logo, a impossibilidade é quase absoluta. Mas vamos continuar as idéias que o Dr. von Braun tem. Diz ele que se dependermos de deceleração aerodinâmica para descer da órbita, é possível fazer a atmosfera traba-

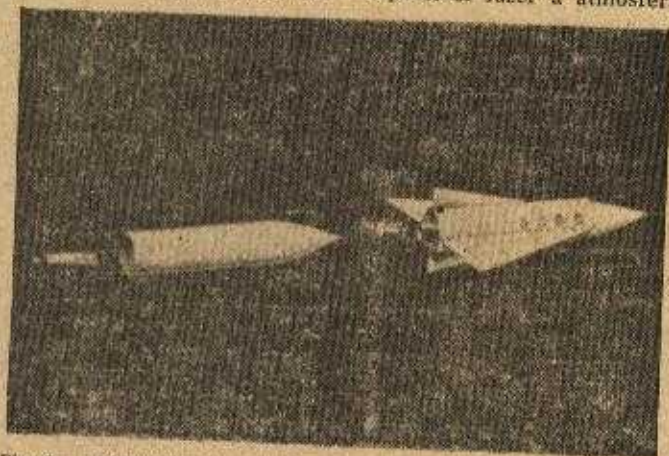


Fig. 2 — Concepção da estação orbital lançando projéteis dirigidos, os quais ficam sob controle durante a trajetória

lhar e é claro que isto implicará em ter de entrar nela novamente a uma velocidade comparável a da velocidade orbital, ou 28.900 km/h, criando um tremendo problema aerodinâmico. (Este assunto está sendo intensamente explorado e será resolvido em conexão com o trabalho do Exército dos Estados Unidos).

7 — CONCLUSÃO

Os homens da ciência têm-se esforçado para apontar os meios conhecidos dentro das presentes fronteiras científicas, de controlar o espaço imediatamente ao redor da

Terra. Aplicações diretas de leis naturais a uma estação satélite poderão fazer possíveis progressos no envolvimento e cobertura protetora da Terra. Todavia, é uma questão aparente. Mas o fato inegável de que existe uma correlação crescente entre a vida do homem e a extensão do espaço exterior, pode ser demonstrado pelo esforço despendido no Ano Geofísico Internacional.

Se os povos interessados puderem compreender essa correlação, no sentido da sobrevivência pacífica, na solução dos problemas presentes, o caminho de paz estará permanentemente aberto.

FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS — FRONAPE

Ante o enorme surto industrial do país e a exigência de quantidades cada vez maiores de combustíveis, cujo transporte representava um pesado ônus para a economia nacional, o Governo, após um acurado estudo sobre a matéria, baixou o Decreto n. 850, a 15-III-949, pondo à disposição do Conselho Nacional do Petróleo os recursos necessários à criação da Frota Nacional de Petroleiros. Outrossim, sentindo a necessidade em instituir um órgão próprio, criou, pelo Decreto n. 28.050, de 24-IV-950, a Administração da Frota Nacional de Petroleiros, regulamentando, posteriormente, pelo Decreto n. 31.775, de 13-XI-952, suas atribuições.

A organização inicial da nável empresa coube ao General Milton de Lima Araújo, seu primeiro administrador, que, executando os dispositivos do regulamento, formou o quadro de servidores e deu início à operação dos navios-tanque (12 de longo curso e 10 de cabotagem), a medida que iam sendo entregues, dando cumprimento aos contratos assinados com diversas companhias petrolíferas internacionais, iniciando, assim, a colheita de resultados de inegáveis méritos.

A segunda fase da sua existência, sob a direção do então Capitão-de-Fragata Isaac Luiz da Cunha Júnior, caracterizou-se pelas radicais reformas a que foi submetida, em razão da sua rápida expansão.

Com a promulgação da Lei n. 2.004, de 3-X-953, a Fronape passou a ser parte integrante da Petrobrás, que aprovou a sua organização, numa medida acertada, de vez que o transporte de petróleo e derivados é uma atividade correlata da extração e refinação do óleo.

A atual Administração, a cuja frente se acha o Capitão-de-Mar-e-Guerra Arthur Oscar Saldanha da Gama, oficial portador de invulgar capacidade de comando, espírito de iniciativa, visão comercial e elevado tino administrativo, teve que enfrentar sérios obstáculos, que foram vencidos graças a adoção de medidas acertadas, que podem ser assim resumidas: melhoria dos índices operacionais; redução das demoras nos portos; redução das despesas nas aquisições de material e manutenção dos navios, com a eliminação de intermediários e a rigorosa avaliação dos preços; redução do funcionalismo, reclassificando-o, aumentando as horas de trabalho e melhorando os padrões de vencimentos; e melhoria das condições contratuais dos navios, por ocasião da sua renovação.

Com tais medidas postas em prática, já nos primeiros seis meses de administração, segundo semestre de 1953, os resultados obtidos foram os mais auspiciosos, tanto em número de milhas navegadas como na arrecadação de fretes, apesar de não ter podido a Fronape beneficiar-se com o seu aumento, verificado no mercado internacional, em virtude de estarem seus navios presos a contratos fixos por dezoito meses.

Durante o ano de 1956, foram incorporados à Fronape mais três unidades: os N. T. "Petrobrás-Norte" e "Petrobrás-Sul", construídos na Alemanha, de 2.145 tdw, destinados ao transporte de gás liquefeito, e o N. T.

"Aroldo Bastos", construído na Inglaterra, de 1.200 tdw, especial para óleos lubrificantes. Já no corrente ano mais uma unidade foi adquirida e incorporada, o N.T. "Mário Dias", de 1.023,5 tdw, elevando a tonelagem da Fronape a 230.973,5 tdw.

O constante aumento de vencimentos de seus servidores, a baixa taxa de câmbio arbitrada para suas operações, a alta constante das taxas dos portos brasileiros, etc., são obstáculos que, sempre vencidos não influenciaram na apresentação de resultados além da expectativa e que atestam a capacidade e a operosidade dos que labutam no seio dessa unidade da Petrobrás.

Tendo em vista as dificuldades encontradas na obtenção de valores capacitados a bem desempenhar as diversas funções de bordo, a Administração vem proporcionando facilidades aos seus servidores para o seu aprimoramento profissional, concedendo bolsas de estudo, o que, inegavelmente, é uma contribuição assaz valiosa para a nossa Marinha Mercante, que sofre as amargas conseqüências da insuficiência de tripulantes especializados. Outrossim, objetivando estimular o seu quadro de pessoal marítimo a trabalhar com maior afinco e dedicação, resolveu conceder prêmios às tripulações dos navios que apresentassem melhores índices operacionais, o que, indubitavelmente, tem contribuído para a obtenção de resultados positivos e auspiciosos.

Porém, como fato deveras marcante e digno dos maiores encômios, é justo destacar-se a criação da Sociedade Beneficente dos Servidores da Frota Nacional de Petroleiros, idealizada por um grupo de marítimos e plenamente apoiada pela Superintendência da Fronape. É uma nável instituição de assistência mútua que, organizada em moldes a não acobertar os defeitos e vícios tão comuns entre as suas congêneres, está fadada aos maiores sucessos, servindo, também, como base para uma perfeita congregação de todos os servidores, formando uma grande família, como é do desejo da Administração.

O crescimento vertiginoso do consumo de petróleo e derivados no país e a expansão invulgar das atividades da Petrobrás, trouxe à luz a necessidade existente em adquirir novos petroleiros, levando a Diretoria Executiva a aprovar o plano de construção de sete super-petroleiros, de 33 e 34 mil toneladas, cumprindo-se, assim, o propósito do Governo em ampliar a tonelagem da Fronape. Esses navios, que se acham em fase de construção, quatro na Holanda e três no Japão, serão entregues entre 1959 e 1960. Outrossim, um navio-tanque especial para o transporte de óleos lubrificantes, de 6.300 tdw, foi encomendado a um estaleiro alemão, devendo ser incorporado em 1958.

Firmando-se em uma sólida base administrativa e contando com uma organização interna modelar, nos moldes exigidos pela técnica moderna, a Fronape, que já em 1956 obteve resultados além das previsões orçamentárias, apresentando um saldo positivo de 300 milhões de cruzeiros e um milhão e 200 mil dólares, vem deixando antever que as previsões feitas para o corrente ano, serão também superadas, o que, sem dúvida nenhuma, a coloca entre as principais companhias de transporte marítimo.

ENERGIA ATÔMICA

O TÓRIO É A SOLUÇÃO BRASILEIRA

Eletricidade de usinas atômicas a partir de 1965

A National Planning Association de Washington, organização privada, acaba de publicar um relatório de 136 páginas sobre "Força Nuclear e Desenvolvimento Econômico no Brasil", preparado por Stefan H. Robock e um grupo de técnicos. Trata-se de uma série intitulada "Usos Produtivos da Energia Nuclear" que inclui seis países — Japão, Brasil, Índia, Itália, Israel e Paquistão. (O primeiro relatório, sobre o Japão, foi concluído em meados do ano passado).

Eis um resumo das principais conclusões do trabalho.

● Parece provável que o desenvolvimento de energia nuclear em bases econômicas não exigirá maior período de tempo do que a exploração e o desenvolvimento de grandes jazidas petrolíferas nesse país ainda em grande parte subdesenvolvido. Um programa conjunto de produção nacional de petróleo e de uma energia nuclear industrial, baseada em combustíveis nacionais, poderia contribuir de modo ponderável para o desenvolvimento econômico do Brasil daqui a uns vinte anos.

● Se nossas suposições sobre o futuro desenvolvimento da energia nuclear no Brasil são válidas, a necessidade de técnicos brasileiros aumentará fortemente durante longo período. Aliás, não se deve esquecer que especialistas em campos como química e metalurgia, por exemplo, não são menos essenciais do que técnicos nucleares. Existe um programa pequeno, já em andamento, para a formação de pes-

soal tecnicamente qualificado, por meio de adestramento no próprio país.

● Em princípios de 1956 a Comissão de Energia Atômica do Brasil criou um Instituto de Energia Atômica ligado ao Departamento de Física da Universidade de São Paulo. Um reator de piscina de 5.000 kw de capacidade, adquirido nos termos do recente acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, será instalado no Instituto. Estão em andamento planos para construir laboratórios e oficinas relacionadas com a instalação do reator.

● Outras facilidades de pesquisa no Brasil são limitadas. O laboratório de Física Nuclear da Universidade de São Paulo já iniciou algumas pesquisas, e instalou um betatron (30 milhões electron-volts) e um acelerador moderno (tipo Van der Graaff). A Marinha Brasileira está instalando um sincrociclotron como parte de suas instalações de pesquisa.

● Um programa de pesquisas nucleares em ampla escala está obviamente além dos recursos financeiros e técnicos do Brasil. Mas as atividades de pesquisa de outros países darão ênfase suficiente às espécies de problemas, nos quais o Brasil se encanta, especialmente, interessado? Por exemplo, o pequeno reator de 1.000 a 5.000 kw poderá ser importante para o Brasil, enquanto os países adiantados enfrentam problemas diferentes de

energia e dão ênfase, principalmente, a grandes reatores.

O Brasil tem interesse em reatores de tório, e no entanto sabe-se menos acerca de reatores de tório do que de outros tipos, provavelmente porque os países adiantados dispõem de urânio. O Brasil enfrenta problemas especiais de separação mineral em relação com os depósitos de urânio ou pode esperar que os países adiantados façam o investimento necessário naquele campo de tecnologia? Ou será mais barato importar urânio?

É de presumir que, devido a razões tecnológicas, a energia nuclear não terá um papel importante a desempenhar no Brasil muito antes de 1965. Nos países adiantados as primeiras instalações para produção de energia em escala apreciável (em contraposição com instalações nucleares experimentais) só estão programadas para entrar em operação em 1960. Supondo um progresso satisfatório em tecnologia nuclear e um período de construção de dois a quatro anos, não se pode esperar que o Brasil tenha usinas nucleares comerciais em funcionamento antes de 1965, com exceção de projetos experimentais como a usina de força da América and Foreign Power.

● Isso não implica que nada deva ser feito pelo Brasil no campo da energia nuclear antes de 1965.

Muitos preparativos serão necessários a fim de ter usinas nucleares comerciais já em 1965. No setor minérios será útil desenvolver o suprimento de combustíveis nucleares; em pesquisa e treinamento, aperfeiçoar técnicos; e proceder a estudos econômicos, a fim de formar uma base para decisões acertadas acerca de tipos de expansão da capacidade energética.

● Geradores núcleo-elétricos poderão responder por 10 por cento da nova capacidade geradora de 1965. De 1965 a 1975, as oportunidades para construção de geradores núcleo-elétricos deverão aumentar gradualmente. A partir de 1975 a energia núcleo-elétrica poderá tornar-se a principal fonte adicional de energia elétrica no Brasil.

● Não falta no Brasil um amplo interesse público e político em energia nuclear. Mas ainda não foi definido um programa a longo prazo.

● Uma indústria de energia nuclear totalmente integrada seria dispendiosa no investimento de capitais, técnicos e divisas, particularmente se o Brasil deseja construir sua própria usina de separação de isótopos.

● Uma solução menos ambiciosa, baseada no ciclo do tório, pode ser encarada, tendo em vista as jazidas brasileiras de tório.



ANIVERSÁRIO DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Gen PERY CONSTANT BEVILAQUA.

Senhor Presidente do Clube da Aeronáutica; Senhores Officiais-Generais do mar, do ar e de terra; Minhas Senhoras e meus Senhores!

Agradeço a V. Exa., Sr. Brigadeiro Márcio de Souza Melo, Presidente do Clube da Aeronáutica, a insigne honra do convite para ocupar esta Tribuna na sessão magna, que ora se realiza, comemorativa do 11º aniversário da fundação da entidade de classe que V. Exa. tão dignamente dirige. Agradeço, outrossim, aos meus prezados camaradas de farda a nimia generosidade da indicação do meu modesto nome para tão alta distinção.

A data de hoje é assinalada pelo nascimento de Caxias, — Patrono do Exército — simbolo do soldado brasileiro e gênio tutelar da nacionalidade, na feliz expressão de Raul Fernandes.

Deveriam ter tido lugar no dia 5 do corrente as festividades relativas àquela efeméride. O adiamento foi motivado, entretanto, por coincidir a data com o 3º aniversário do hediondo atentado da Rua Tonelero

em que pereceu o nobre e bravo camarada Major Rubens Florentino Vaz, abatido por mãos assassinas a sôlido da prepotência e da corrupção, como bem expressou, há dois anos, em sessão solene realizada neste mesmo recinto, que ainda guarda a vibração de suas palavras, o saudoso General Canrobert Pereira da Costa.

Externando a preocupação que intranquilizava o seu espirito ante a morosidade da justiça, disse então aquêle eminente General, Presidente do Clube Militar e Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, que "poderíamos afinal encontrar conforto bastante na convicção de que a morte do bravo Major Vaz, tão cedo roubado ao convívio dos seus e às esperanças de um futuro promissor, não teria sido de todo em vão, como penhor que veio a ser realmente de uma união sagrada entre seus camaradas das três Fôrças Armadas que pela união, somente por essa união, assim cimentada com seu sangue generoso, puderam vencer a crise trágica de agôsto e garantir, dentro da lega-

lidade e da ordem, a sobrevivência das instituições democráticas”.

Meus Senhores ! Li algures que os parentes são os amigos do acaso e que os amigos são os parentes do coração. A nossa presença hoje aqui, nesta reunião da família militar, na Casa dos Aviadores, é a presença de parentes que nos orgulhamos de ser, pelo coração. E a amizade, que repousa na confiança recíproca, exige franqueza, lealdade, tolerância e honestidade de propósitos.

Evoco, neste momento, à memória o pensamento do malogrado Presidente Getúlio Vargas, expresso de forma sincera e feliz a um jornalista paraguaio que o entrevistou (Leopoldo Ramos Gimenez — Poeta, jornalista e escritor), creio que em 1934, referindo-se ao maior conflito havido na América do Sul :

“A guerra de 1865 deve ser considerada como uma grande desgraça que envolveu, no passado, brasileiros e paraguaiois. E uma grande desgraça sofrida em comum pode ser motivo de uma real vinculação e verdadeira amizade entre dois povos”.

S. Exa. levou para o plano internacional o que se verifica no âmbito das coletividades nacionais e mais geralmente ainda no das famílias que as compõem. Encontramo-nos, aqui, na intimidade de um lar em festa. E muito nos sensibiliza, a nós do Exército, a alta distinção e prova de nobres intuítos que moveram a Diretoria do Clube da Aeronáutica a transferir para a data de hoje, “Dia do Soldado”, a sua festa aniversária, propiciando a realização, nesta sessão magna, de homenagens a Caxias, cuja memória abençoada une e congrega a todos nós, militares e civis, a todos os corações patriotas que vibram de amor intenso pelo Brasil ! A sua espada não tinha partido, como afirmou e deu demonstrações inequívocas em múltiplas ocasiões. A sagrada memória de Caxias tem a mesma força de coesão da própria bandeira do Brasil sobre os seus filhos, que o querem ver respeitado e amado, construir o seu progresso

dentro da ordem e da lei, com autoridades dotadas de espírito público, que se respeitem a si mesmas e que sejam acatadas, numa atmosfera sadia de liberdade e justiça, guardada a integridade das suas fronteiras e das instituições nacionais por forças armadas disciplinadas e eficientes, perfeitamente integradas em sua função constitucional.

O culto de suas tradições, o amor de suas glórias, a veneração dos seus heróis e antepassados ilustres constituem verdadeira religião dos povos. Os seus nomes vibrantes de patriotismo são faróis cuja luz, claríssima, ilumina, em todos os momentos, a rota de dever e do devotamento à causa da Pátria : eles nos inculcam sadio otimismo e um santo entusiasmo, fazendo-nos crer nas excelências do porvir ! Da vida dos seus heróis defluem grandes exemplos cujo realce, nas horas sombrias, equivale a proveitosa lição.

A perspectiva do tempo permite hoje um juízo seguro sobre a personalidade de Caxias, cuja modelar existência preencheu mais de meio século de atividades em bem do Brasil.

“Compreendeu e serviu, como ninguém o fez melhor, as nossas necessidades preponderantes de ordem, justo quando satisfazê-las era imprescindível à unidade Pátria, mas isto sem desatender às do progresso. (J. B. Magalhães, “Caxias, Chefe Militar visto no Quadro Nacional”).

Consolidou a obra admirável de José Bonifácio que, com excepcional sabedoria política, fez a Independência da Pátria sem desmembramento. Lutou, com denodo, na Bahia, ainda muito jovem, no Exército Libertador que expulsou as forças do General Madeira. Veterano da Independência era o título de que mais se orgulhava, segundo Capistrano de Abreu. Pacificou quatro províncias : Maranhão — Balaiada (1841) ; São Paulo e Minas Gerais — Rebeliões de Sorocaba e Barbacena (1842) ; e Rio Grande do Sul — Guerra dos Far-

rapos (1845). Merecidamente é cognominado o Pacificador. Atuou victoriosamente em três guerras externas em defesa da soberania e integridade da Pátria, contribuindo para apear três déspotas e para a formação de uma nova nação. Foi um grande capitão. Possuía em elevado grau todas as qualidades essenciais a um Chefe Militar — inteligência, cultura, caráter, coragem e robustez física.

Sobre a sua inteligência asseverou Oliveira Viana: "Dotara-o a natureza, antes de tudo, com uma inteligência caracteristicamente realista — uma inteligência de homem de ação, tal como a define a moderna psicologia. Caxias, como General, tinha a intuição pragmática, a visão imediata e correta das coisas e dos homens, das condições do meio, de todos os dados dos problemas táticos ou estratégicos que lhe cabia resolver. Nunca falhou num plano. Nunca errou num cálculo. Nunca se enganou numa diretriz. Nunca foi saltado por uma circunstância ou uma consequência imprevista.

Na inteligência de Caxias tudo era lucidez, previsão, justeza, objectividade, imaginação correcta e realista. O Brasil nunca teve soldado, cuja inteligência fosse mais incapaz de sonho, mais refratária à fantasia, mais inapta para construir sobre irrerealidades. Caxias nunca cultuou outro deus senão aquêlê deus Carlyleano" das coisas como as coisas são — "the God Of things as they are".

Era dotado de espirito offensivo e manobreiro. Executava com energia e tenacidade a manobra concebida com clareza e precisão. O seu plano de manobra baseado no envolvimento estratégico através do Chaco com desembarque em Santo Antônio, na retaguarda das forças de Lopez e que conduziu rapidamente às batalhas de Itororó, Aval, e Lomas Valentinas, decidiu, magistralmente, a guerra a favor das armas aliadas.

Na justa observação de um historiador, Caxias foi como Turenne — a bravura crescia na razão da idade. Era sexagenário quando leva a efeito a célebre arrancada

sobre a ponte de Itororó — "Sigan-me os que forem brasileiros".

E esse guerreiro illustre aliava à capacidade de Chefe Militar, excelsas qualidades de coração. Sempre vencedor, jamais tripudiou sobre os vencidos: era clemente, benigno e generoso. A seu respeito disse o então Presidente Getúlio Vargas: "Nas lutas internas em que foi chamado a intervir nunca se deixou ganhar por ódios políticos ou paixões subalternas.

Agia dentro de um equilibrio perfeito entre o dever do cidadão e o prestigio da função militar, orientado sempre pelo sentimento da unidade nacional.

Após a vitória das armas, surgia o Estadista, realizando a obra fecunda da paz, com tolerância e respeito pelos vencidos.

Como na lenda do guerreiro grego, dir-se-ia que curava as feridas com a própria lança que golpeava".

A prudência, a generosidade e a fraternidade sempre inspiraram os seus atos políticos.

São do seu perfil moral os seguintes traços:

Ao assumir o governo do Maranhão, após a pacificação da provincia:

"Maranhenses, mais militar que politico, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que entre vós existem."

Chegando a Bagé, findo o combate de Ponche Verde, que pôs termo à guerra dos Farrapos, o viário local sugeriu a Caxias resar um "Te-Deum" em regosijo pela victoria das armas imperiais. Eis a resposta magnânima e lapidar: "Reverendo: precedeu a esse triumpho derramamento de sangue brasileiro. Não conto como troféus desgraças de concidadões meus; guerreiro dissidentes, mas sinto as suas desditas e choro pelas vítimas como pai pelos seus filhos; vá reverendo, diga antes uma missa de defuntos, que eu com o meu Estado-Maior e a tropa que couber na sua Igreja a iremos amanhã ouvir, pelas

almas de nossos irmãos iludidos que pereceram no combate".

Logo em seguida a assinatura da Ata de Pacificação, cujo primeiro item versava sobre a anistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebelião, das margens do rio Santa Maria, dirige Caxias, a 1 de março de 1845, a seguinte proclamação:

"Rio-grandenses! É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil que, por pouco mais de nove anos devastou esta bela província, está terminada.

Uma só vontade nos una. Rio-grandenses, maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas!"

Caxias, o condestável do Império, faleceu aos 77 anos. E em seu testamento pede que o seu enterro seja feito sem pompa, dispensando-se as honras militares e do Paço, e que o seu corpo seja carregado por seis soldados da guarnição da Corte, dos mais antigos e de bom comportamento. Derradeira lição de humildade cristã, de amor ao Exército e de aprêço pela disciplina! Não se refere a seis soldados rasos apenas, mas de bom comportamento!

Preencheu Caxias dignamente a existência, havendo seguido a sua predestinação de servir. Sua espada foi considerada, com justiça, como esteio do Império, que ele tanto engrandeceu.

"Tudo foi grande em sua vida — as alegrias, como as glórias, as lutas e os dissabores. Noticiavam as gazetas da época que, desiludido dos homens e das coisas que o cercavam, Caxias, quase octogenário, recolhera-se, exausto, à vida privada, passando a morar em sua fazenda de Santa Mônica, no Estado do Rio, onde a morte o iria colher pouco depois". (Dr. Lucas Nogueira Garcez, Governador do Estado de São Paulo, discurso pronunciado a 6 de abril de 1953, por ocasião da cerimônia do início da construção do monumento a Caxias, em São Paulo).

O seu coração tinha grande capacidade de amar e também de sofrer. E experimentou no fim da vida amargas ingratidões e injustiças.

"Mais de dois anos o Duque permaneceu à frente do governo, enquanto dom Pedro passeia no exterior. É um período calmo e de trabalhos fecundos. Mas, com o regresso do Imperador, sensíveis modificações vai experimentar a política do país, e, principalmente a situação do venerando presidente do Conselho. O Duque julga, então, terminada a sua tarefa e nesse sentido escreve uma carta a D. Pedro II solicitando demissão.

A resposta que não se faz esperar, não pode no entanto, ser mais desconcertante! O Monarca aceita o pedido, mas todo o ministério deve demitir-se e ser substituído por um do partido contrário!

O velho Duque lê e relê a carta. E por mais que o seu coração esteja acostumado a todas as agonias, pelas comoções da guerra e as injustiças humanas, não deixa de surpreender-se e palpar, ofegante, lanceado de tristeza, repulsa e indignação. É demais!

O soberano vai arrancá-lo da sua solidão; obriga-o ao sacrifício de voltar à política; pede, implora que aceite a presidência do Conselho; necessita de sua presença, julgada então insubstituível, à frente do governo para que ele possa, descansado e confiante, passear pelos museus e academias do exterior, como austero sábio amador; e agora, de volta, o agradecimento que dá ao velho servidor do Império, o seu sustentáculo durante tantos anos, é a carta de despedida singela com a notícia de que o governo deve ser entregue aos seus inimigos políticos! O governo entregue aos liberais, Sinimbu à frente! Com esta carta D. Pedro II empurrava, num repêlo, o velho Duque para a sepultura.

Caxias sofre amargamente com o golpe inesperado, brutal, desde então começa a morrer". ("Caxias" — Afonso de Carvalho).

"Obedecendo ao Imperador — assevera Oliveira Viana — que o man-

dara procurar Sinimbu, para que lhe transmitisse o poder, Caxias deu a demonstração mais completa de sua ausência de espírito de facção, de seu despreço aos partidos, tivessem eles a importância que tivessem e fossem quais fossem os seus chefes. Zacarias, tipo de esquizóide duro e altivo, dominado pelo fanatismo do seu grupo, não teria, por certo, cumprido a ordem."

A isso acrescenta o Deputado Lima Figueiredo: "Fosse Caxias do tipo esquizóide, com a soma de poder que teve em suas mãos, quicá fosse outro o rumo de nossa história política. A história está cheia de exemplos e o de Napoleão é o mais eloquente". (150º aniversário do Duque de Caxias. Discurso na Câmara dos Deputados).

Como bem observa Sua Eminência, o Cardeal Câmara, cultivar heróis consiste não somente em admirar-lhes os feitos, mas principalmente em imitar-lhes as virtudes. Caxias, soldado-padrão, constitui também modelo para os políticos, para os governantes e chefes de família.

Creio ter sido o General Weygand que, ao ser recebido na Academia de França, disse que a história das campanhas escreve-se com a letra miúda do sacrifício anônimo dos soldados; os generais encimam os capitulos. Reverenciando a memória de Caxias, nós rendemos implicitamente nossa sincera homenagem a todos aqueles que contribuíram para a sua glória, que é a própria glória do Brasil!

Meus camaradas, Caxias é uma síntese das virtudes do soldado e do cidadão. É um símbolo de união e de fraternidade, cuja memória concilia a harmonia de pontos de vista individuais e ao esquecimento mesmo de agravos em benefício da concórdia e da união em face dos superiores interesses da Pátria.

A Aeronáutica — permiti que vos recorde aqui na intimidade e vos fale sem protocolo — foi antes Aviação Militar; criou asas no Campo dos Afonsos. É como que um filho do Exército que se emancipou. Da fusão da Aviação Militar e da Avia-

ção Naval surgiu essa robusta e bela Aeronáutica Militar, a nossa FAB de que tanto nos orgulhamos! Pela sua formação original é bem um novo e forte vínculo de união do Exército e da Marinha, predestinação que tão bem se coaduna com o vosso caráter de Soldados dos Céus, que andais nas alturas mais perto de Deus!!!

Sintonizado o meu coração com o sentimento de meus camaradas, posso afirmar que todos nós do Exército formulamos sinceros votos pelo crescente engrandecimento da Aeronáutica e felicidade pessoal de todos os seus integrantes.

Que serviço magnífico presta às populações do interior e às nossas guarnições militares isoladas, principalmente unidades de fronteira, o Correio Aéreo Nacional, essa portentosa criação do Brigadeiro Eduardo Gomes, cujo nome pronuncio com sincera admiração! E como esquecer a cooperação prestada ao nosso jovem pára-quedismo militar?!

A união das duas forças tradicionais — Marinha e Exército — se forjou desde os primórdios da nacionalidade, nas lutas da Independência e nas lutas do Prata, contra as tiranias de Oribe, Rosas e Lopez. Ela subsistirá sempre a quaisquer vicissitudes, porque cimentada com o sangue dos nossos heróis. Nas águas do rio Paraná, a 11 de junho de 1865, o convés da canhoneira Parnaíba, atacada e abordada por quatro navios de guerra inimigos, foi palco de uma luta titânica. Ali morreram gloriosamente, misturando o seu sangue em defesa do sagrado pavilhão da Pátria, o jovem e valente Guarda-Marinha Greinhall e o bravo Capitão do Exército Pedro Afonso, do 9º Batalhão de Infantaria, embarcado na Esquadra. Nessa épica jornada, a bordo da Parnaíba, também penetrou na imortalidade da glória, de forma brilhante, o denodado marinheiro Marcílio Dias.

Que, em bem do Brasil, jamais desfaleça essa união sagrada! Que o espírito de Caxias nos inspire sempre e consolide uma verdadeira

unidade moral das nossas três forças armadas, baseada na confiança recíproca, na disciplina consciente, no respeito à Lei e na sã camaradagem!

Estamos em família, como disse. O momento é propício para conversarmos com a franqueza que caracteriza homens de bem e que possuem responsabilidades como cidadãos e militares e que não se podem alhear do ambiente em que vivem.

Em família comungamos as mesmas alegrias, assim como sofremos as mesmas dores, angústias e inquietações.

A conjuntura internacional não é risonha. Na época em que vivemos, caracteriza-se, principalmente, pelo antagonismo ideológico que divide o mundo em dois grupos de nações, democráticas e totalitárias (ou comunistas), liderados respectivamente pelos EUA e URSS. Do estado de permanente tensão política entre os dois principais líderes deriva um armamentismo cada vez mais oneroso e a chamada guerra fria. A órbita soviética foram incorporadas, sucessivamente, a Rumania, a Bulgária, a Hungria, a Polónia, a Tchecoslováquia e a China (menos a Ilha Formosa). Tentativas de libertação do jugo comunista e desse bloco têm sido reprimidas enérgicamente e esmagadas pelas minorias dominantes, com decisivo auxílio ostensivo da Rússia. Passaram, assim, a viver sob o domínio comunista oitocentos milhões de habitantes ou cerca de um terço da população da terra. Além dessa bipolarização política do mundo em dois blocos hostis acresce a circunstância de ter um deles como ideal destruir o sistema capitalista em que se baseia a economia do outro. O bloco comunista, integrado pela Rússia e seus satélites, constitui, pode-se dizer, uma unidade económica e militar, enquanto no mundo livre a que pertencemos as coisas se passam diferentemente. O egoísmo capitalista, que muitas vezes procura confundir os seus interesses com os da democracia e mais, uma anacrónica política colonialista que alguns países procuram

sustentar, impedem uma perfeita unidade moral entre as nações do mundo democrático, isto é, anti-comunista.

As armas de destruição em massa, nomeadamente as termo-nucleares, de que a bomba de hidrogénio é, por ora, a máxima conquista da ciência e da tecnologia contemporânea, vieram acarretar, com o equilíbrio de poder entre os dois mundos antagonísticos — nenhum deles possuindo a certeza de sobreviver ao outro em uma guerra atômica — consequências que se podem entrever de fecundo benefício para a Humanidade, pela proscrição da guerra como instrumento da Política. Reconhecida que seja a obsolescência da guerra, possível será, então, ao mundo, constituído de países interdependentes, quaisquer que sejam suas preferências políticas, filosóficas ou religiosas, progredir no sentido da mais ampla fraternidade e solidariedade, desenvolvendo-se em benefício de todos os povos a cooperação internacional em todos os campos da inteligência e das atividades humanas. Há, presentemente, indícios de afrouxamento daquela tensão política atrás referida, abandono da "guerra fria" e advento da doutrina da convivência pacífica entre os dois mundos — capitalista e comunista. Essa fase será provavelmente, precedida de um período, talvez longo, de "convivência em competição" que parece ser a nova orientação da política soviética.

A conjuntura apresenta ainda, sob o ponto de vista económico, o quadro de países europeus, fora da "Cortina de Ferro", em franca convalescença, graças aos auxílios norte-americanos, e dos países subdesenvolvidos da América Latina e do resto do mundo, asoberbados com problemas de crescimento e debatendo-se em uma considerável inflação, originada, em princípio, pela Guerra Mundial. Tal inflação constitui o principal característico da atual Conjuntura Económica Brasileira.

A inflação monetária, além de graves inconvenientes para a eco-

nomia nacional, é responsável por um encarecimento da vida insuportável para o povo e gera a inflação moral, isto é, tem como cortejo de males que lhe são intrínsecos, a corrupção dos costumes, o negociismo insaciável, o relaxamento moral. Não teve outra origem o "rio de lama", como o definiu, com propriedade, o malogrado Presidente Getúlio Vargas, que, por não ter sabido ou podido contê-la, acabou por ela tragado. O suicídio do Chefe do Estado deveria ter levado os responsáveis pelos destinos do Brasil a um exame das causas da tremenda crise de agosto de 1954 e à adoção de medidas adequadas para extirpar as raízes do mal, bem assim introduzir aperfeiçoamentos no regime institucional, de forma a criar as possibilidades de soluções políticas para as crises políticas, que têm, periodicamente, empolgado a Nação e arrastado as forças armadas para fora das suas funções específicas.

No quadro de Conjuntura Nacional há fatores de caráter temporário e outros que dependem de soluções a longo prazo. A formação da riqueza nacional e a segurança do país são problemas interdependentes.

A recente descoberta de petróleo em Jequiá, no Estado de Alagoas, enche-nos de viva alegria e legitima a nossa confiança na Petrobrás, exatamente no momento em que uma campanha de origem suspeita se intensifica contra a política nacionalista e monopolista do petróleo, em boa hora adotada pelo Brasil através do Estatuto do Petróleo consubstanciado na Lei n. 2.004, de 1953. Precisamos de estar alerta contra o divisionismo em assunto dessa relevância, que diz com o próprio futuro da nacionalidade brasileira. É essencial que se mantenha em sua integridade o monopólio estatal do petróleo para o bem da Ordem e do Progresso do Brasil.

O nosso nacionalismo é um nacionalismo brasileiro; visa exclusivamente os interesses e o bem do Brasil, sem prejuízo do nosso sentimento pan-americanista; é defensivo e não é hostil ou feito para fa-

vorecer interesses estranhos aos do Brasil; os interesses do Brasil são os únicos que nos preocupam.

A política do petróleo adotada pelo Brasil orientou-se no sentido de satisfazer do melhor modo os imperativos da defesa nacional-militar e econômica — e a legislação correspondente, conforme expôs em julho de 1947 no Clube Militar, em brilhante conferência, o General Julio Caetano Horta Barbosa, foi reclamada em fevereiro de 1938 pelo Estado-Maior do Exército, chefiado pelo General Pedro Aurélio de Góes Monteiro (e 1º Subchefe o conferencista), sob a alegação da necessidade de salvaguardar a nossa soberania. "Propôs o órgão militar a nacionalização da indústria do óleo cru ou o seu monopólio pelo Estado.

O assunto foi encaminhado pelo Conselho Superior de Segurança Nacional ao Conselho Federal do Comércio Exterior. Após exaustiva e minuciosa análise do problema foi promulgado o Decreto-lei n. 395, de 1938, que declarou de utilidade pública o abastecimento nacional do petróleo e ainda estabeleceu que as empresas de refinação de óleo só poderiam ser formadas por capitais constituídos por brasileiros natos.

Desse modo, deixou o Brasil de fazer exceção à direttriz nacionalista que, em todos os povos cultos, vinha norteando a política de combustível líquido. Foi este, sem dúvida, o primeiro passo no sentido da instauração de uma política adequada a tornar o país livre de tutela dos trusts no suprimento de petróleo" (Gen J. C. Horta Barbosa — Conferência citada).

Buscando solucionar o problema do petróleo o mais breve possível, o Governo criou, a seguir, um órgão destinado a coordenar e dirigir todas as atividades em torno do precioso óleo mineral, fonte de riqueza necessária ao surto industrial do Brasil, base indispensável à sua defesa e segurança. O Conselho Nacional do Petróleo foi instalado em 12 de setembro de 1938 e a sua presidência foi, em boa hora, confiada ao General Julio Caetano Horta Barbosa, então Subchefe do EME.

Seis meses decorridos da instalação do CNP, tivemos a primeira afirmativa da existência de petróleo no subsolo brasileiro, pois em Lobato, Estado da Bahia, surgiu o ouro negro no poço "B-3".

Honra ao ilustre e íntegro General Horta Barbosa que à testa do CNP desencantou o petróleo brasileiro e promoveu medidas que o defendessem da cobiça e do saque. É credor da gratidão nacional.

Consoante explicou em conferência pública no Instituto de Engenharia, no dia 16 de outubro de 1947, o Gen Horta Barbosa, "logo que foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, julgou-se possível uma indústria 100 % em mãos nacionais. O trato do problema, e aprofundado estudo da matéria, o melhor conhecimento da realidade, o exame de uma a uma das soluções imaginadas, isoladas ou combinadas, levaram o Conselho por unanimidade dos seus membros, em documento de 10 de junho de 1941, a propôr ao Governo o monopólio pelo Estado, como solução que melhor consultava o interesse público.

A guerra, pareceres de órgãos não especializados, a falta de uma política nacional de energia, a campanha de zombaria contra o órgão oficial, às vezes inconscientemente feita por brasileiros altamente colocados na administração pública, as solertes investidas dos trustes e, sobretudo, uma opinião pública não preparada, impediram que o Conselho, até 1943, quando o deixei para ter a honra de comandar a Região Militar de São Paulo, visse realizada a sua idéia."

Após longo debate de esclarecimento da opinião pública, que valeu por um verdadeiro plebiscito, o Congresso Nacional, tendo em mãos a Mensagem n. 478, de 6 de dezembro de 1951, do Presidente Getúlio Vargas, acompanhada de projeto de lei criando a Petrobrás, ratificou a política nacionalista do petróleo, então seguida pelo CNP, sempre apoiado na opinião do EME.

E assim, em ato de plena soberania nacional, que deve ser resguardada, o Governo promulgou a Lei n. 2.004, de 3 de outubro de

1953, também chamada Estatuto do Petróleo que estabelece a política nacionalista do monopólio estatal do petróleo no Brasil.

A nossa sábia política nacional do petróleo é apoiada pelo exemplo de muitos países e por personalidades com experiência política e alta autoridade. Eis algumas opiniões em favor da orientação que adotou a legislação brasileira:

1 — Cabe aos governos e a mais ninguém a responsabilidade da defesa nacional, que cumpre assegurar a qualquer preço. "Guerra sem petróleo, guerra perdida". (Presidente Coolidge).

2 — O petróleo é algo mais que um fator de comércio e produção. É o principal elemento de guerra e absolutamente internacional a sua importância. Antes se lutava pelos mercados de consumo, hoje para ocupar as jazidas do mundo. (Lodge).

3 — Ludendorff em suas Memórias disse que "a destruição dos poços da Rumânia foi incontestavelmente o golpe mais grave para a Alemanha... A obra de alguns engenheiros — oficiais ingleses que puzeram esses poços fora de uso pode ser considerada como uma das ações estratégicas mais importantes da última guerra: seus efeitos foram mais decisivos que os da maior parte das grandes batalhas. Se os russos antes de abandonar a Galícia se tivessem lembrado de destruir os poços e os estoques de petróleo, a guerra teria terminado mais cedo e o império dos Tsares teria provavelmente evitado a revolução" (Victor Forbin).

4 — Nenhum país pode pretender ocupar lugar digno entre as nações mundiais, se não tem garantida a posse do petróleo, fonte insubstituível de toda a atividade militar, industrial e até agrícola. (André Bihel — "Le Petrole et l'Etat").

5 — Impera quem tem petróleo. Impera nos mares pelos óleos pesados. Impera nos céus pelas essências leves, nos continentes pelas gazolinas. Impera no mundo pelo poder financeiro ligado a uma ma-

téria mais preciosa, mais envolvente e mais dominadora do que o próprio ouro (Berenger — Obra acima cit.).

6 — Em 1913, nos Comuns, disse Churchill :

“É nossa linha política traçada no sentido de que o Almirantado deveria tornar-se, com plena independência, o proprietário e o explorador de jazidas capazes de atender as suas próprias necessidades de combustível líquido. Em primeiro lugar, constituirá reservas de tempos de paz, e de sorte a não sofrer-mos as flutuações do preço no tempo de guerra. Em segundo lugar, deverá poder comprar em condições vantajosas petróleos brutos lançados no mercado. O terceiro aspecto de nossa política petroleira é que cumpre sermos donos ou, de qualquer maneira, os controladores, nos lugares de extração, de uma proporção razoável de quantidade de óleo bruto que exijam as nossas necessidades”. (Le Petrole dans le Monde — Victor Forbin).

7 — Mesmo antes da política nacionalista implantada pelo partido trabalhista, já em 1934, promulgava a Inglaterra a lei que conferiu à Corôa a propriedade do petróleo existente em seu território. Em discurso pronunciado nessa ocasião, disse Lord Londonderry, Ministro da Aviação :

“Devem deixar-se de lado os direitos dos particulares e os interesses criados, tendo em conta somente os interesses do país em assegurar e garantir a exploração de uma indústria de cujo florescimento dependem em alto grau o bem-estar coletivo tanto do ponto de vista do comércio e da indústria, como da defesa nacional.”

8 — O Dr. Zoilo Saldias, então Ministro da Indústria e Trabalho do Uruguai, ao inaugurar a destilaria de La Texa, disse :

“A política do combustível, em todo o mundo, tende a nacionalizar a indústria do petróleo. No futuro, distinguir-se-ão os povos, e já se distinguem, em duas categorias : os que possuem em seu sub-solo a riqueza incomparável do petróleo e

os que não a possuem. Mas, os povos economicamente livres não se distinguirão jamais por haverem declarado, uns, genuinamente nacional a indústria do petróleo ; e outros, não, porque todos os povos livres do mundo e os que o mereçam ser, possuam ou não petróleo, hão de considerar sempre a indústria do combustível líquido como atividade de interesse e de utilidade pública.”

9 — Do Presidente Wilson :

“... fala-se, frequentemente, de concessões outorgadas a estrangeiros por países da América Latina ; já se ouviu alguma vez que os Estados Unidos tenham feito concessões semelhantes ? Em nosso país os estrangeiros não têm tais concessões”. (Extraída de uma Conferência do General Alonso Baldrich, pronunciada no Centro Naval de Buenos Aires).

10 — Wallace Pratt, eminente geólogo americano, em dissertações aos estudantes da Universidade de Kansas, disse que o seu governo havia de novo insistido junto aos industriais de óleo para que adquirissem propriedades de petróleo no exterior, recomendando : É de capital importância que as nossas companhias adquiram e explorem com intensidade esses campos (México e América do Sul) não apenas como fonte de abastecimento futuro, mas de abastecimento sob controle de nossos cidadãos”.

11 — Clemenceau, no inverno 1917/1918, quando as grandes empresas petroleiras americanas, temerosas da guerra submarina alemã, não queriam mandar seus barcos-cisternas à Europa, telegrafou ao Presidente Wilson nos seguintes termos : “Uma gota de petróleo equivale a uma gota de sangue !”.

12 — Lord Curson afirmou, certa vez, que os aliados haviam ganho a guerra de 1914/1918, “navegando para a Vitória num mar de petróleo”.

13 — Do Presidente Woodrow Wilson :

“Nosso governo mantém certos direitos e deveres em relação aos nossos cidadãos e suas propriedades

onde quer que se encontrem. A pessoa e a propriedade de um cidadão formam parte de um domínio da nação, mesmo no estrangeiro". (Cit Senador Atilio Vivacqua "Petróleo e Liberdade" — Tarcísio Tupinambá).

14 — Do Presidente Woodrow Wilson :

"A Nação que possui petróleo em seu subsolo e o entrega a outro País para explorar, não zela pelo seu futuro". (Cit Senador Landulfo Alves em discurso no Senado Federal. Conf. pronunciada, em abril de 1957, pelo Cel Janary Nunes, no Clube Militar, sobre as realizações da Petrobrás em 1956).

Meus Senhores !

Pelo conhecimento que temos das qualidades de estadista de elevado porte que possuía Caxias, clarividente e espírito repousado, não temos a menor dúvida de que, se vivo fosse hoje, apoiaria sem reservas, a atual política brasileira do petróleo.

E assim procedendo estaria certo de salvaguardar a sua pátria de situações vexatórias como a que o levou, durante a "Questão Christie" ao seguinte desabafo em carta dirigida ao Visconde do Rio Branco :

"Que me diz da questão inglesa ?

Não se pode ser súdito de nação fraca !

Tenho vontade de quebrar a minha espada quando não me pode servir para desafrontar o meu país de um insulto tão atroz !"

Em 25 de agosto de 1935, três meses antes do infame golpe comunista de 27 de novembro, o Ministro da Guerra General João Gomes, em Ordem do Dia, dirigida ao Exército, salientando o alto alcance educativo das meditações anuais sobre a personalidade de Caxias, seus cometimentos, atitudes, pensamentos e palavras, advertiu "nunca melhor do que agora elas se recomendam como eficaz recurso de profilaxia social, dadas as circunstâncias cor-

rentes em que, a par das agitações partidárias, exploradores internacionais procuram inocular na consciência nacional o insidioso vírus comunista, embotador do senso moral das multidões incultas".

Hoje a situação interna será diferente ? O insidioso vírus comunista terá desaparecido ou terá diminuído a sua virulência mórbida ? As dissensões internas continuarão a ser sempre o seu melhor caldo de cultura, sobretudo se atingirem a unidade das forças armadas.

A grandeza do Brasil será obra de fé e de trabalho dos brasileiros.

A unidade da Pátria repousa na força de coesão, no valor e no patriotismo dos seus filhos. A Pátria tem o direito de tudo exigir de nós ; nós nada lhe podemos reclamar, nem mesmo compreensão, como disse, certa vez, o legendário Silveira Campos.

E ela que está a exigir a convergência de esforços dentro da ordem e a união dos brasileiros.

Euclides da Cunha, após haver percorrido as terras banhadas pelo rio São Francisco, o rio da unidade nacional, vaticinou que o Brasil será, no futuro, "uma componente nova entre as forças cansadas da Humanidade".

José Bonifácio, o imortal Patriarca da Independência, proclamou ser a São Política, filha da Moral e da Razão. Esse o supremo ideal de todos os patriotas ! Uma política que dê cobertura às aspirações e aos legítimos interesses do povo brasileiro, para que a República sonhada pelos seus fundadores, seja o abençoado e nobre regime orgânico da liberdade e da fraternidade, sem igualdade niveladora, mas seleção das competências — de conciliação sistemática da Ordem e do Progresso — de confiança plena a par da mais completa responsabilidade — de respeito meticuloso à dignidade e às convicções políticas ou religiosas dos cidadãos — regimen de separação bem definida entre poder espiritual e força

temporal — regime de liberdade!
de absoluta liberdade espiritual!

Nêle não haverá lugar para a
praga da intrujice, do aulicismo, da
demagogia e do profissionalismo po-
lítico! Tão pouco para o predo-
mínio da espada, verberado por
Benjamin Constant, nos seguintes
termos, em plena "Questão Mi-
litar" — "Se no regime democrático
é condenada a preponderância de
qualquer classe, muito maior con-
denação deve haver para o predo-
mínio da espada, que tem sempre
mais fáceis e melhores meios de
executar os abusos e prepotências".

Meus Senhores! Honra à ge-
ração gloriosa de 89 que fundou a

República, visionando-a pura, fe-
cunda e benfazeja!

Diante da Bandeira, que é a ima-
gem sacrosanta da Pátria, que paira
acima de todas as dissensões, ele-
vemos os nossos corações e, numa
vibrante afirmação de fé nos des-
tinos de nossa Terra, rendamos o
culto da gratidão aos nossos ances-
trais que, com sangue e trabalho,
nos legaram êsse Brasil imenso e
glorioso, justo orgulho de nosso es-
pírito e carinhoso enlêvo de nossa
alma e que, pelo labor, dedicação e
patriotismo de seus filhos, há de
realizar o seu destino magnífico,
antevisto pelo Professor Daltro
Santos:

Pátria! Pátria! Há de ter teu povo um dia
Dentre os povos da terra a primasia
Pelo esplendor que o teu futuro encerra!

Pela cultura e pelo amor fecundo,
Inda hás de ser o cérebro do mundo,
Inda hás de ser o coração da Terra!

Rio, 25 de agosto de 1957.

RETOMADA DE CORUMBÁ

VIRGILIO CORREIA FILHO

Não andaram bem os promotores desta cerimônia festiva, em comemoração à Retomada de Corumbá, na escolha de quem devesse, como intérprete da Casa de Mato Grosso e da Associação Mato-grossense de Estudantes, evocar o feito memorável.

O assunto reclamava, de preferência, a palavra fogosa da mocidade, com os seus arroubos transbordantes, de harmonia com os impetuosos instintivos dos bravos, em vez do comedimento na conceituação, a que se habituam os frequentadores de arquivos, à cata de matéria-prima para seus ensaios históricos.

Porque, Senhores, Antônio Maria Coelho, como Antônio João, incluem-se, pelos feitos que praticaram, na galeria dos que passaram pela vida em plena efusão de impulsos, refratários aos ensinamentos da prudência.

Viveriam sem glória, se a invasão de Mato Grosso não os envolvesse no tumulto, que lhes revelou a fibra de heróis, inspiradores da tuba épica.

Como a inundação dos pantanais, que vai de monte a monte, levando tudo de roldão, ou afogando animais, plantas, ou qualquer objeto que se lhe depare, a investida das aguerridas legiões de Solano Lopez não encontrou obstáculo que a freasse a jusante de Melgaço, onde o bretão cuiabanizado, esquecendo por momentos a sua velhice, conteve o pânico, ao organizar o primeiro baluarte de resistência.

Poder-se-ia aplicar-lhe a frase que imortalizou a defesa de Verdun: "On ne passe pas".

E o inimigo, que se assenhoreara das águas do Paraguai e São Lou-

renço, não se atreveu a subir até a Capital, ao saber que o esperava, à beira do Cuiabá, o almirante batizado pelo fogo no Rio da Prata.

Antes, porém, ocorrera o episódio em que o peconeano Antônio João se laureou de glórias.

Embora conhecido, não será demasiado recordá-lo.

Era Antônio João Ribeiro simples Tenente, desde 2 de dezembro de 1860, com a fé de ofício pontilhada de penalidades e elogios, que se alternavam golpeantemente.

Por entre as variações de rumo, a que o impeliriam as obrigações militares, madrugou-lhe a vocação de fronteiro fervoroso, que lhe dignificaria a vida inquieta.

Praça voluntária, a 8 de março de 1841, com a idade apenas de quinze anos e quatro meses, consoante declaração oficial, alcança, ao raiar janeiro seguinte, a promoção a Segundo Sargento.

Decorridos seis meses, cabe-lhe operar na fronteira do Baixo Paraguai, em cuja defesa engrateceria a sua individualidade singular.

Ausenta-se em 1846, mas regressa em meados de 48. No triênio seguinte, frequenta a Escola Militar como ouvinte, saudosos da liberdade sertaneja, que destoa do regime escolar. Prefere voltar às paragens de sua predileção, embora em rincão diverso.

Como Alferes, quando se achava em Cáceres, contende com o seu Capitão, e é submetido a Conselho de Guerra.

Absolvido, não evita, em grau de recurso, a condenação proferida pelo Conselho Supremo Militar de Justiça.

Elogiado em ordem do dia do Comando das Armas, a 28 de no-

vembro de 57, pelo "bom desempenho da comissão de que foi encarregado", retorna a Miranda, de onde é chamado em 61, para servir em Cuiabá, por eleição do Conselho Econômico.

A "Questão Christie" abraça de improviso o entusiasmo patriótico dos brasileiros.

A reação contra os abusos, ofensivos aos brios nacionais, em que socobrou a argúcia do diplomata britânico, propagou por ondas céleres, do litoral aos sertões longínquos.

Não podia Antônio João contentar-se com a mera declaração de apoio aos atos viris do Governo Imperial. Vai além. Dos minguados vencimentos, oferece uma parte como contribuição voluntária para as urgências do Estado e é ainda uma vez louvado pelo próprio Ministro da Guerra, que lhe agradece a doação.

Contemporaneamente, emborrascam-se os horizontes sulinos, ao findar o prazo de seis anos, assinalado pela convenção de 6 de abril de 56, que Paranhos e Berges firmaram, como ensaio de fixação de limites entre o Brasil e o Paraguai.

A concludente argumentação do plenipotenciário brasileiro não obsteu a que ainda continuasse a circular, em Assunção, o projeto expansionista de F. de Azara, que esboçou, em 1789, a linha fronteira pelo Ivinheima e contravertente.

Se tal sucedesse, refletia, com acerto, "quedarán por nosotros los mejores y mas abundantes minerales de yerba con las mejores tierras que hay desde ali el Rio de la Plata, que tendremos franca la comunicacion del Peru con los Chiquitos, y finalmente, extendiendonos hacia el norte, quizás no pasaron muchos años sin que esta provincia posea a Cuiabá, Mato Grosso y los diamantes de las cabeceras del rio Paraguay".

As idéias do demarcador revelavam, sem dúvida, argúcia de geopolítico, seguro em suas deduções, que empolgaram a mente de Solano Lopez.

Para explorar a região, que desconhecia, incumbiu, em 1862, o Tenente Pedro Pereira, com a sua patrulha de 70 cavalariáos bem montados, de explorá-la, até onde lhe fôsse possível, nas imediações de Miranda.

Ciente do fato, incumbiu-se Antônio João de aprisionar o espião, mas apenas conseguiu verificar-lhe a rapidez da fuga, denunciada pelos cavalos estafados e objetos que os exploradores deixavam em marcha, como se quisesse aligeirar a carga, reduzida a pouco mais que o peso de cada cavaleiro e arreios.

No íntimo, lastimaria perder excelente ensejo de medir forças com os violadores da fronteira meridional, de que não mais se afastaria.

Ainda Primeiro Tenente, coube-lhe o comando militar da colônia de Dourados, cujos arredores teria perlustrado mais de uma vez.

Entregue aos seus planos de engrandecimento regional pela agricultura, nada saberia do que pudesse ocorrer de Assunção a Montevideu, onde ardia o estopim de pavorosa conflagração.

A primeira notícia levou-lhe a vanguarda de Urbieta, com a sua poderosa cavalaria, diante da qual dezena e meia de brasileiros mal poderiam suportar a primeira carga.

Intimidado à rendição, exigiu Antônio João que lhe apresentassem documento do Governo brasileiro para entregar o reduto confiado à sua guarda.

E preparou-se para reagir, de acordo com o bilhete, escrito às pressas, como testamento, em que se lhe espelhou o ânimo varonil:

"Sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirá de solene protesto contra a invasão do solo da minha Pátria".

Nada mais lhe seria possível dizer, além da ordem de fogo, com que arrostou a agressão, que em pouco o emudeceu.

Baqueou, esmagado pela descomunal superioridade inimiga, sem cogitar de possível retirada, e, menos ainda, de capitular.

Sucumbiu, convicto de que desafortunadamente, com o sacrifício da pró-

pria vida, o ultraje da penetração em Mato Grosso de forças tendenciosamente armadas, que Solano Lopez mobilizara, para concretizar o plano abortido de Félix de Azara.

Morreu Antônio João nesse lance trágico, mas o seu gesto, de impressionante heroísmo, gabado pelos Pósteros, franqueou-lhe o Panteão da imortalidade, em que a Pátria agradecida cultua a memória dos seus excelentes paladinos.

Por esse tempo, nenhum realce adquirira ainda Antônio Maria Coelho, que, todavia, mereceu as preferências de A. Leverger, para acompanhá-lo, por abril de 64, ao sul de Mato Grosso, em trabalhos para "coordenação e complemento da carta da Província".

Era Antônio Maria Coelho Capitão e correu o risco de ser aprisionado por Urbietta, caso os aguaceiros antecipados, impedindo as operações de campo, não tivessem apressado o regresso da comitiva a Cuiabá.

Lá se achava, com toda a guarnição militar que se retirara do Forte de Coimbra e de Corumbá, quando o Presidente Couto de Magalhães, apesar de paisano, concebeu o arrojado plano de expulsar o inimigo, que se apossara daquela cidade, sem disparar um só tiro.

Os oficiais de maior graduação, que poderiam opinar acerca da iniciativa belicosa do governante, não lhe agouraram bem do arrôjo.

No íntimo, talvez lhe tachassem de maluquice a pretensão de expulsar os intrusos, aquartelados a 900 quilômetros, quando nem sequer dispunha de meios de transporte adequado.

Seriam militares prudentes, avessos a batalhar, se bem apercebidos de recursos bélicos. Minguava-lhes o dom de improvisar expedientes acondicionados às circunstâncias. Mas, entre os demais encontrava-se o sertanejo de Mato Grosso, a cujo coração de patriota doia a continuação do jugo humilhante, que pesava em grande porção da Província.

Antônio Maria Coelho, ainda Capitão, comungando na mesma fé,

capaz de milagres, ofereceu-se para realizar o sonho redentor do bacharel temerário que o premiou com os galões de Tenente-Coronel em comissão. Seria doidice talvez. Mas o plano de campanha da Itália, ideado por Napoleão, nome ainda obscuro, não foi também inerepado de loucura pelo General a quem o Corso inspirado substituiria no comando, para lograr vitória fulminante?

Os anseios de libertação da única província brasileira, que em parte se mantinha desligada da Pátria, alagavam os ares, irmanando-os, o mineiro culto e o cuiabano arrebatado, na mesma decisão de superar os obstáculos, com que porventura topassem.

Na impossibilidade de marchar por terra, pois que nenhuma estrada havia, tiveram de utilizar-se do rio, apesar dos sérios perigos na zona patrulhada pelo invasor. Vibrante de entusiasmo patriótico, partiu a expedição de Cuiabá — a 15 de maio.

Até o porto da fazenda Alegre, ao som das águas, nada se opunha ao avanço, a reboque dos navios, que a invasão paralisara em Cuiabá.

Dai em diante, não lhes seria permitido navegar incólumes. Nenhum estaria em condições de resistir à abordagem de qualquer das unidades da flotilha inimiga, que se assenhoreara do rio, e o policiava, atentamente.

De mais a mais, teriam que regressar, para conduzir o grosso da força, que o próprio Presidente chefiaria.

O Comandante previa, entretanto, a continuação da marcha, por outro meio de condução, ajeitado às peculiaridades regionais, que frustrasse a vigilância inimiga.

Acomodou as suas seis companhias, no total de 400 homens, em igarités e batelões, tripulados por hábeis zingudeiros e pilotados por vaqueanos dos pantanais, que infletiram à esquerda, afastando-se do rio.

E, destarte, o batalhão vanguardeiro varou as vazantes, balsas e corixos, a esse tempo confundidos em aguada sem fim, que se dilata-

va por todos os lados, alagando campos e cerrados, por léguas e léguas, como amplo mediterrâneo.

Fragilima no conjunto, para qualquer encontro com os navios de guerra, consistiu a tática da improvisada flotilha em evitar-lhes a aproximação.

Fora do alcance e da vista da esquadilha, que rondava pelo Paraguaí, orientou-se por meridiano distante de Corumbá, para se arquear, em trajetória audaciosa, até frontear o morro do Rabicho. Ai se abeirou novamente do rio, para atravessar, a jusante da sede do governo do Coronel Hermógenes Cabral, delegado de Solano Lopez, que o incumbira de ocupar militarmente a província conquistada.

Confiante em seu poderio incontestável, julgava-se a cavaleiro de qualquer ataque inesperado.

Do Sul, nenhum perigo poderia salteá-lo, depois da contramarcha da coluna Camisão, de que tivera ciência. E para montante, a patrulha dos seus navios garantia a ausência de combatentes.

Não admitia se atrevesse algum afoito a perturbar-lhe a governança, que desconheceria reveses até a época. Mas, à noite de 11 de junho, alcançado o primeiro objetivo, ao terminar a marcha de flanco, a Leste da coluna entrincheirada, Antônio Maria conseguia desembarcar a sua gente na margem direita, sem que o inimigo lhe suspeitasse os movimentos.

A escuridão noturna, por episódios imprevisos, desvia a marcha para a baía próxima onde, ao clarear o dia, se acham os expedicionários expostos à vista do primeiro pombeiro que passasse pelas imediações.

Resolveu, então, em rápido conselho, apressar a acometida, sem aguardar ordem do Comandante superior que deveria assaltar a praça, por montante, conforme combinaram.

Acertadas as providências indispensáveis, partem, alta madrugada, rumo a Corumbá.

Era a noite das festanças tradicionais, glorificadoras do santo de Lisboa, a cuja proteção o Coman-

dante fôra confiado por seus pais, quando lhe escolhera o nome de batismo.

Em vez das fogueiras tradicionais, em torno das quais folgassem moços e velhos, com festiva alegria, ali estavam, embrenhados na escura selva impérvia.

Foiceiros à frente abrem picada, em busca da estrada de Piraputangas, que só alcançam pelo meio-dia. Pôsto em forma o batalhão, daí prosseguem, atentos ao menor ruído e prontos ao choque decisivo.

Na rua 15 de Agosto, que mergulhava o seu prolongamento em pleno matagal, a vanguarda encontrou o posto de vigilância, cujas praças não conseguiu aprisionar.

A descarga, com que foram alvejadas, despertou a guarnição do reduto, que empunhou armas, a tempo de evitar completa surpresa.

Urgia acelerar a avançada. Qualquer demora poderia ser fatal.

Incendido em fúria combativa, Antônio Maria breves palavras proferiu, para estimular a bravura dos seus condutícios:

"Camaradas! É chegada a ocasião de desafrontar o ultraje feito à cara Pátria. No valor e patriotismo de todos vós, confio que a vitória será nossa".

Pelos ares, até essa hora silenciosos, o corneteiro propagou o toque de avançar a marche-marche.

Enveredando para o lado aclivoso da ribanceira, a 4ª companhia, sob o comando de Antônio Rodrigues de Sampaio, Tenente de voluntários, alcança o porto de embarque, ao tempo em que diferente companhia, a quinta, flanqueando o reduto, toma outra ladeira.

Comandou-a destemidamente o Capitão João de Oliveira Melo, que revelara qualidades de condutor de homens na Retirada do Sará.

Impedida de tal maneira a fuga pelo rio, rompem as demais companhias aceleradamente, em busca do inimigo.

Confundem-se militares e paisanos na mesma sofreguidão de vencer.

Os Capitães Joaquim Graveiro de Sá e Luís da Cunha e Cruz coman-

dam respectivamente a primeira e a terceira, enquanto os voluntários Manuel Peixoto de Azevedo e Augusto Corrêa da Costa avançam, à testa da segunda e sexta.

Estacam, por momentos, adiante, na trincheira, com que não contavam. Pouco, porém, lhes importava o obstáculo inesperado.

Para que serviria a bravura, se tudo lhes corresse a contento?

A fuzilaria de muros a dentro respondia o fogo de fora, que se aproximou progressivamente.

Por fim, a arma branca afastou a resistência para as casas próximas. As janelas e portas converteram-se em outras tantas seteiras, donde a seu salvo os intrusos espingardeavam os atacantes.

Fracionou-se a luta encarnigada, em trágicos reencontros corpo a corpo, no interior das habitações, onde o inimigo porfiava em combater.

Antes que fraquejasse definitivamente, dobrando-se à arrancada impetuosa, proporcionou ensejo ao episódio, que lembraria lance dos heróis homéricos. Cunha e Cruz, espicaçado pela vitória que lhe sorria, adianta-se à companhia do seu comando e investe, destemeroso, contra o Quartel, em cuja entrada o Tenente Rôas o enterreira, respondendo-lhe ao desafio singular.

No duelo, baqueia, a cabeça golpeada fundamentalmente, o arrojado Capitão.

E o seu contendor imita-lhe o gesto de provocação atrevida.

Sózinho, arremete-se a tomar a bandeira da Companhia, cujo chefe lhe perecera às mãos. Chegou apenas a tocá-la. Varado pelo sabre do Furriel Andrade, que a defendia, breves momentos sobreviveu à vítima da sua espada.

Façanhas análogas repetir-se-iam por toda a parte, onde se refugiasse o inimigo, renitente em negar a própria derrota, que se lhe afigurava impossível.

Em última análise, aguardaria reforço de bordo, que lhe prestariam os navios de guerra ancorados no porto.

A própria artilharia do reduto, porém, manejada pelos triunfado-

res, em breve os afugentaria para além da parábola das balas, completando a ação dos fuzileiros, que interceptaram o desembarque e a evasão dos estonteados retirantes, que os procurassem.

Afinal, imobilizados pela morte o Coronel Cabral, Comandante da praça, o Major Fleytas, o Tenente Rôas, o Alferes Genaro Franco, e grande maioria da guarnição, e afastada a flotilha, antes do entardecer festejaram os expedicionários o seu triunfo incrível, que premiou a intrepidez.

Considerado à distância, o feito memorável resultou de grave imprudência, que poderia sacrificar o previdente plano de campanha.

A guarnição de Corumbá, comprovada a sua disposição de lutar, dominaria sem dificuldade a vanguarda da expedição cuiabana.

Bem armada e municiada, e protegida, no rio, por navios de guerra, e em terra, pela cinta entrincheirada, achava-se em condições de resistir a contingentes mais numerosos que os de Antônio Maria.

Não exagerara Couto de Magalhães, ao planejar o assalto pelas duas bandas, a montante e a jusante, que a pussem entre as garras de poderosa tenaz.

Aconselhara-se com a prudência arguta.

Fora da combinação, todavia, fiado somente no ardor belicoso de sua gente e ânsia invencível de desagrar o torrao natal da afronta que duramente o angustiará, o vanguardeiro mato-grossense precipitou o choque, sem esperar auxílio do grosso da expedição. E foi feliz.

A vitória, ancila, não raro, da afoiteza, beijou-lhe a fronte de lutador temerário e de seus corajosos companheiros.

Tanto era certo que a fortuna compraz-se em ajudar a audácia.

E a entretecer os louros, com que se coroam de glórias os seus eleitos.

Nesse dia inesquecível, o Tenente-Coronel poderia ufanar-se do seu arrôjo e do triunfo esmagador que obteve, garantidor da sua nomeada pelas eras afora.

13 de junho de 1867!

Data gloriosa, engasta-se nos
anais pátrios como rutilante cris-
talização de energias raciais.

Personifica-se em Antônio Maria
Coeelho, mas resultou da coopera-
ção decidida dos cruzados de Cuiabá,

ansiosos de expulsar os invaso-
res de sua Província estremeçada,
que lhes conferiu as palavras a Be-
nemerência, confirmada pelo reco-
nhecimento da Posteridade.

Glória, pois, aos heróis do feito
memorável!

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, consequentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

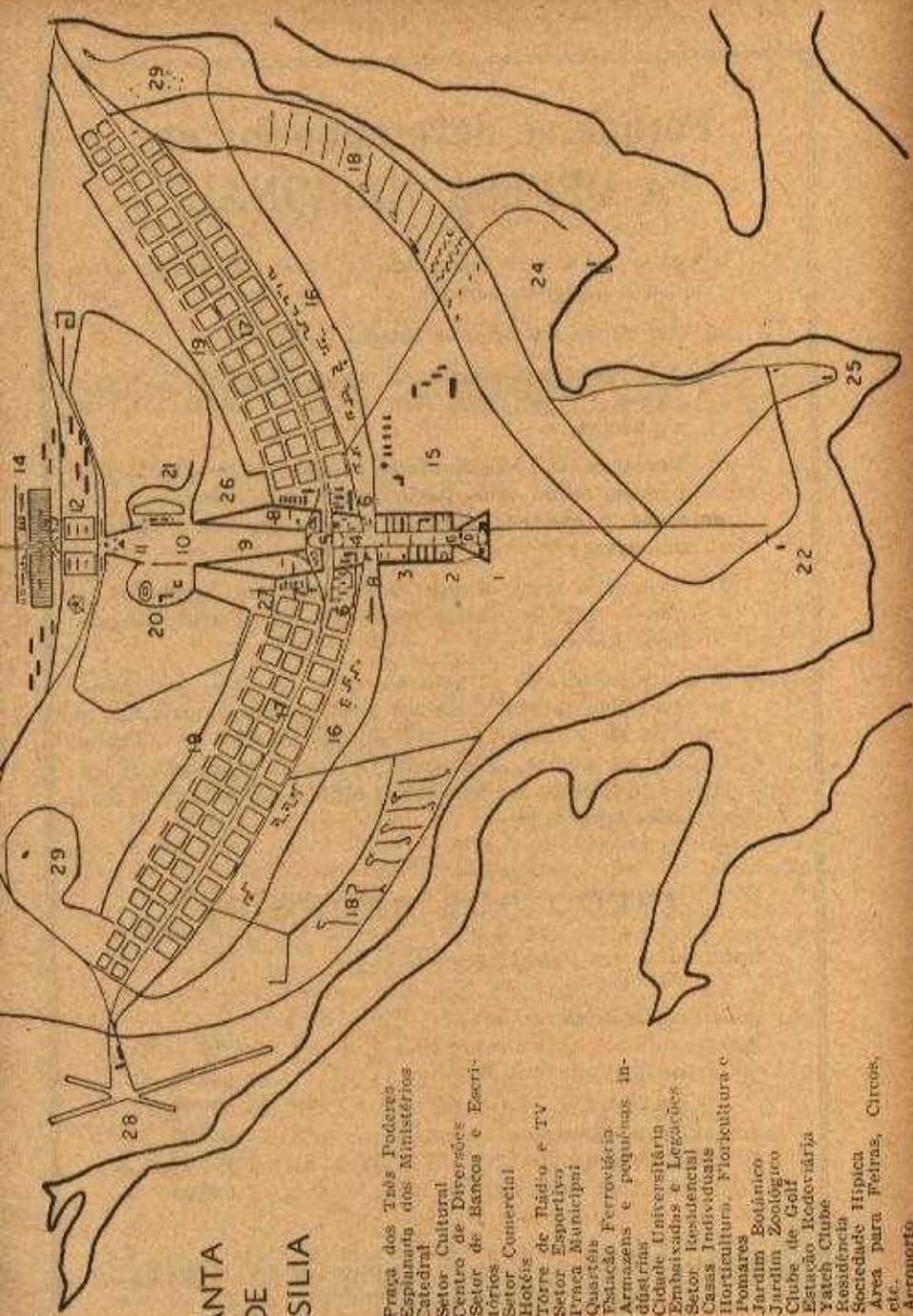
3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.



PLANTA DE BRASILIA

- 1 — Praça dos Três Poderes
- 2 — Esplanada dos Ministérios
- 3 — Catedral
- 4 — Setor Cultural
- 5 — Centro de Direções
- 6 — Setor de Bancos e Escritórios
- 7 — Setor Comercial
- 8 — Hotéis
- 9 — Torre de Rádio e TV
- 10 — Setor Esportivo
- 11 — Praça Municipal
- 12 — Quartéis
- 13 — Estação Ferroviária
- 14 — Armazéns e pequenas indústrias
- 15 — Cidade Universitária
- 16 — Embaixadas e Legações
- 17 — Setor Residencial
- 18 — Casas Individuais
- 19 — Horticultura, Floricultura e Pomares
- 20 — Jardim Botânico
- 21 — Jardim Zoológico
- 22 — Clube de Golf
- 23 — Estação Rodoviária
- 24 — Yatch Clube
- 25 — Residência
- 26 — Sociedade Hipica
- 27 — Área para Feiras, Circos, etc.
- 28 — Aeroporto
- 29 — Cemitério

BRASILIANAS

● Rodovias pavimentadas

(Do noticiário)

A fim de que o Brasil possa completar o plano de desenvolvimento de sua economia é necessário, em matéria de estradas de rodagem, a execução urgente de um intenso e amplo programa de pavimentação. As rodovias pavimentadas representam não somente uma fabulosa economia no desgaste dos veículos que nela se movimentam, como também significam maior volume de trânsito e de carga transportada, em menos tempo e sob condições de maior segurança e conforto, isto sem se levar em conta o baixo custo de sua conservação comparado com a daquelas dotadas apenas de revestimento primário de saibro em finas camadas sobre a pista.

Infelizmente, a situação nacional de rodovias pavimentadas apresenta um quadro tão confrangedor que as comparações estabelecidas aqui serão feitas, de um modo geral, sempre com os demais países da América Latina e não com as nações mais desenvolvidas nesse setor, a fim de evitarmos confrontos inapropriados.

ESTRADAS PAVIMENTADAS

Para se ter uma idéia da situação do Brasil, na América Latina, no que tange à extensão de suas rodovias pavimentadas, damos a seguir, baseados em números publicados pela "Revista Rodovia", a quilometragem dessas estradas de

rodagem no Brasil e em outros países sul e centro-americanos:

Países	km
México	25.954
Argentina	11.015
Venezuela	4.142
Pôrto Rico	3.860
Cuba	3.735
Chile	3.413
Peru	3.278
Colômbia	2.263
Brasil	1.953
Costa Rica	1.290
Nicarágua	720
Panamá	674
Salvador	504
Haiti	400

Conforme se pode verificar, a nossa posição é extremamente desfavorável e para ilustrar tal aspecto seria bastante chamar a atenção para o fato de que Pôrto Rico, cuja extensão territorial caberia dentro da área do menor Estado brasileiro — Sergipe, possui estradas pavimentadas em número duas vezes maior do que todo o Brasil. No confronto dos índices obtidos pela relação entre a extensão pavimentada (km) e a superfície (km²), os levantamentos feitos pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que damos abaixo, nos revelam a precariedade impressionante da situação:

Países	km/km ²
Pôrto Rico	0,43390
Cuba	0,03261
Costa Rica	0,02534
Salvador	0,01477
Haiti	0,01441

<i>Países</i>	<i>km/km²</i>
México	0,01373
Panamá	0,00910
Nicarágua	0,00486
Chile	0,00460
Venezuela	0,00454
Argentina	0,00394
Peru	0,00262
Colômbia	0,00198
Brasil	0,00022

A relação da quilometragem das estradas pavimentadas com a população desses países apresenta, também, aspectos altamente desanimadores para o Brasil, senão vejamos:

<i>Países</i>	<i>km/habite.</i>
Porto Rico	0,001544
Costa Rica	0,001433
Venezuela	0,000767
Panamá	0,000709
Nicarágua	0,000654
Argentina	0,000595
Cuba	0,000566
Chile	0,000542
Peru	0,000388
El Salvador	0,000229
Colômbia	0,000192
Haiti	0,000118
México	0,000104
Brasil	0,000033

Dessa forma, o Brasil, pela sua extensão territorial e pela sua população, apresenta índices ínfimos no que tange à pavimentação de rodovias, aspectos esses que entravam sobremaneira o seu desenvolvimento econômico e a penetração, em suas áreas mais inacessíveis, de melhores condições econômicas. Alguns governos, no passado, tentaram efetivar a implantação de uma política rodoviária, tendo em vista as necessidades econômicas de vastas regiões. Todavia, somente após a chamada "Lei Joppert" é que se tornou viável a execução de obras de maior envergadura e a coordenação das iniciativas federal, estadual e municipal.

ASPECTOS ECONÔMICOS

A pavimentação de estradas evidencia que seus efeitos são significativos sobre o custo da operação de transporte, mesmo em distâncias longas, em virtude das facili-

dades de condução das mercadorias, as mais diversas, diretamente do centro produtor ao consumidor, sem outros transbordes.

A prática tem demonstrado que os fretes do transporte de mercadorias baixam, em rodovias pavimentadas, em pelo menos 50% em comparação com os das estradas velhas providas de barro ou revestimento primário. A pavimentação de estradas, que constitui no mundo inteiro preocupação precípua dos governos, no Brasil vem sendo encarada com timidez e as inversões nesse setor têm sido ínfimas em relação à magnitude do problema, a par de uma falta de vinculação entre os impostos ou taxas sobre combustíveis, lubrificantes, etc. e as obras rodoviárias.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem está elaborando um plano quinquenal de obras rodoviárias federais, o qual compreende, além da construção de novas estradas, a pavimentação de rodovias onde o trânsito de veículos já ultrapassou os limites técnicos permissíveis para pista de revestimento primário.

Comparado com os mais recentes planejamentos de outros países sul-americanos, trata-se de um programa modestíssimo, em face das necessidades prementes do país. No momento em que o governo está empenhado em proporcionar melhores meios de distribuição da riqueza nacional e vem de incluir as obras rodoviárias entre os principais fatores que incentivam a produção, deveriam elas abranger um plano mais vasto, de maior alcance e intensidade.

A execução de um programa de pavimentação rodoviária implica em inversões de vulto, em virtude das importações necessárias de equipamentos e peças destinados a esses trabalhos. Tais aspectos, entretanto, poderiam ser atenuados, caso se pudesse reduzir tais importações a um mínimo, utilizando-se equipamentos existentes no país, com a contratação de serviços a terceiros.

Muitas empresas nacionais e estrangeiras já produzem acessórios,

peças, pertencentes destinados à manutenção de máquinas de terraplenagem e de conservação e construção de estradas, bem como promovem a ampliação de suas instalações no sentido de iniciar a produção de equipamento rodoviário pesado. Espera-se que até 1960, além dos caminhões totalmente nacionais, a indústria nacional já esteja em condições de fornecer "scrapers", "bulldozers", "rear-dumps", rolos compressores e outros equipamentos.

Assim, face às perspectivas oferecidas pela indústria indígena, não são desanimadores os recursos disponíveis para a execução de obras rodoviárias, necessárias ao estabelecimento de uma rede de vias de comunicação pavimentadas.

No que tange ao asfalto necessário à pavimentação de nossas estradas, o Brasil desfruta de excelentes condições, considerando-se sua produção em face da demanda. Basta salientar que a refinaria da Petrobrás, em Cubatão, está com sua capacidade de produção propositalmente reduzida, de vez que suas instalações têm uma capacidade que ultrapassa em mais de uma vez e meia o nível da demanda nacional. É interessante notar que não obstante estar trabalhando em ritmo apenas para atender ao consumo interno, as inversões realizadas pela Petrobrás com a instalação da fábrica de asfalto, foram integralmente cobertas com os resultados de somente três meses de atividades. Presentemente, a refinaria de Cubatão está empenhada na elevação de sua produção, tendo em vista os entendimentos que se vêm processando no sentido de uma apreciável exportação de asfalto brasileiro para o Uruguai. Há ainda, por outro lado, boas perspectivas para nova penetração em diversos outros mercados, tudo dependendo, porém, da superação de certos entraves de ordem cambial. Assim, no que se refere a esse aspecto, a produção nacional de asfalto é suficiente para enfrentar um vasto plano de pavimentação de

nossas indústrias de subprodutos de petróleo e carvão.

No que se refere ao critério de seleção das obras de pavimentação, vem o DNER levando em conta fatores ligados à circulação de veículos, a intensidade e o volume de tráfego, aliados a imperativos de ordem econômica e a melhor coordenação dos transportes terrestres.

Além desses fatores, são inegáveis as razões de ordem turística que participam invariavelmente, embora em menor escala, no planejamento de obras dessa natureza.

Outro aspecto a ser focalizado é o que se refere à pavimentação de estradas velhas de barro, já existentes, em contraposição com a abertura de novas pistas destinadas exclusivamente ao recebimento do asfalto e de acordo com técnicas mais apuradas de construção. Na França e na Inglaterra, onde se verificaram pavimentações extensivas sem a introdução de maiores melhoramentos, foram, de fato, aproveitadas velhas estradas de diligências que, por sua vez, em grande parte, coincidiam com "vias" romanas recuperadas. As necessidades prementes de comércio e o aprimoramento dos veículos, mais velozes e mais pesados, ocasionaram o aperfeiçoamento de pistas e traçados.

A pavimentação de estradas, além de proporcionar considerável baixa nos custos de operações de trânsito, incrementa o seu volume e peso. Aliás, esses constituem fatores de grande importância, uma vez que deles dependem o padrão da obra a realizar. De um modo geral, as pavimentações com asfalto e alcatrão vêm satisfazendo plenamente. Todavia, para atendimento de um trânsito pesado e intenso, são aconselháveis as pavimentações a concreto de cimento, em virtude das vantagens econômicas que oferecem em face do desgaste a que estão sujeitas.

Finalmente, no problema da pavimentação de estradas devem ser levados em consideração a economia a ser obtida no custo da operação de transporte e no da pavimentação e sua vida econômica.

● Cifras e gráficos desmentem o alegado estatismo brasileiro

IVAN PEDRO DE MARTINS

A campanha antiestatista se parece com a quadrinha popular, quando olhada das posições nacionalistas e democráticas.

Não tenho medo do homem
Nem do ronco que ele tem;
O besouro também ronca
Vai-se ver, não é ninguém.

A única diferença apreciável é que, ao contrário do que diz a quadrinha, no caso da campanha havia interesses que provocavam o ronco.

Os fatos que demonstram isso são os seguintes:

a) A campanha contra os preços do café e a queda no volume da importação americana. b) A Hanson Letter que diz que, com a redução de nossa receita em divisas, seremos obrigados a fazer concessões em petróleo. c) A campanha que se fez no país contra o estatismo a fim de combater o monopólio estatal do petróleo. d) A agitação política interna com objetivo de provocar simultaneamente crise administrativa e militar.

Quem teria interesse nisso? A resposta está em todas as mentes.

Algumas cifras, não muitas, para completar o quadro, e são cifras da Hanson Letter.

Nosso comércio exterior rende 1 bilhão e meio de dólares em divisas de todas as procedências, gastam-se em produtos de petróleo ao redor de 300 milhões, ou seja, 20%. Reduzindo-se a importação do café e baixando-se seu preço o Brasil perderá mais 300 milhões e com isso se espera afrouxar a decisão de manter o monopólio estatal do petróleo.

Isso não será conseguido e a contra-ofensiva é possível, não só pelo aceleramento da produção nacional de óleo bruto, como por uma política que unifique os países produ-

tores de café, sem subordinar essa unificação à aprovação americana. Obtido isso as posições se invertem, serão os produtores que ditarão condições para o mercado cafeeiro.

Agora mais algumas cifras.

De acordo com os estudos da equipe de renda da Fundação Getúlio Vargas, o investimento anual brasileiro varia de 12 a 14% do Produto Nacional Bruto.

Desses, 22% correspondem ao Estado e 78% aos particulares.

Dos 22% do Estado, 85% são obras públicas e 15% investimentos produtivos.

Que se deduz dessas cifras?

Que apenas 3% dos investimentos em atividades produtivas correspondem no Estado e 97% aos particulares.

Será isso estatismo?

Há algo mais importante, porém. Do estoque nacional de capital, proporção ainda menor é do Estado, pois na Agricultura não há praticamente participação do Estado e tendo-se em conta que 30% da renda nacional é produzida por esse setor, onde a rentabilidade é menor que em outros setores de atividade econômica, vê-se que a proporção do Estado proprietário é ainda menor que a do Estado investidor.

Essas cifras liquidam essa verborrêia sem imaginação e interesseira, que durante algum tempo infestou certos segmentos do jornalismo local.

Os males da ação estatal no Brasil são de ineficiência e burocracia de um lado e falta de política de outro.

Se temos política de petróleo, um embrião de política atômica e arremedos de política elétrica, não temos política exterior, nem política econômica articulada em escala nacional.

As questões de fisco, aduana, moeda e crédito são tratadas quase em compartimentos estanques.

Os esforços dos homens de empresa brasileiros para produzir são tolhidos pela tela burocrática, pe-

los absurdos fiscais e pela corrupção administrativa que cria dificuldades para vender facilidades.

O exportador enlouquece no labirinto das repartições que duplicam fiscalização e licença, não tem apoio oficial na conquista do mercado externo e termina desalentado pela sufocante inépcia estatal.

Não é que o Estado compita com os homens de empresa, o que há é a incapacidade de dar aos homens de empresa facilidades e estímulo.

Sobre isso se deveria organizar uma campanha permanente e essa teria o apoio total da iniciativa privada nacional.

Lutar para que terminem as chicanas que em certos órgãos oficiais desanimam o industrial nacional e beneficiam o estrangeiro. Exigir o cumprimento da lei escrita e das instruções expedidas pelas autoridades monetárias, como no caso da instrução 113 que subleva os industriais por ter seu cumprimento tergiversado. Fixar, enfim, objetivos honestos de defesa de nosso desenvolvimento econômico contra as peias que vêm do Estado, que essas existem, mas não acusá-lo de algo inexistente.

Poder-se-ia alinhar cifras e gráficos que demonstrem o que aqui se diz — eles seriam supérfluos. Está na consciência nacional e na dos industriais brasileiros que o Estado peca por omissão e não por intromissão no campo da economia.

O que se precisa é forçar sua intromissão em defesa dos interesses nacionais, inclusive os dos homens de empresa. Isso não está sendo feito como deveria e pode-se e deve-se fazer.

● Em 1960, exportaremos cimento

(Noticiário)

AUMENTA A PRODUÇÃO NACIONAL E NOVAS FABRICAS SERÃO INSTALADAS NO PAÍS

O grande progresso que se opera, ultimamente, no setor da indústria de cimento traduz a certeza de que não estamos de braços cruza-

dos no fomento da industrialização do país. E um confronto basta para evidenciar a realidade relativa a esse setor: em 1953 importamos cerca de um milhão de toneladas do produto, para um consumo global de cerca de três milhões de toneladas; em 1954, acentuou-se a queda nas importações, a princípio com sacrifício do abastecimento, tanto que o consumo total do país, naquele ano, reduziu-se em relação ao ano anterior.

Proseguir o declínio das importações em 1955, mas o aumento da produção nacional praticamente permitiu restabelecer a situação do consumo em 1953, e em 1956 a nossa produção, suplementada com importação de apenas 30 mil toneladas, atendeu a uma elevação de consumo que nos conduziu ao gasto total de 3,25 milhões de toneladas de cimento.

PRODUÇÃO DO ANO CORRENTE

No corrente ano, acentuou-se de modo progressivo a produção do cimento nacional. O volume de cimento Portland produzido no primeiro semestre eleva-se a 1.604.991 toneladas, portanto, 20 mil toneladas acima dos resultados obtidos em idêntico período do ano anterior. Esse resultado é fruto, sem dúvida, da cooperação existente entre as autoridades governamentais e a iniciativa privada nesse ramo de indústria em nosso país. O progresso registrado na indústria nacional de cimento mostra-se através dos seguintes dados sobre a produção (toneladas) nacional em comparação com a entrada do similar estrangeiro:

Ano	Nacional	Estrangeiro	Total
1955	2.711.727	241.986	2.953.713
1956	3.220.291	30.815	3.250.906

Por aí é fácil verificar que o aumento ocorrido no consumo geral refletiu-se diretamente no consumo "per capita". Houve saldo evidentemente favorável, mesmo levando-se em conta a marcha do crescimento da população nacional.

Por outro lado, a capacidade de produção das fábricas existentes no país, que era em dezembro de 1956 de 3.730.000 toneladas, subiu para 3.940.150 toneladas em junho do corrente ano. Além disso, existem, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em construção ou ampliação, novas fábricas que permitirão, segundo previsão de técnicos especializados, uma capacidade suplementar de 398.000 toneladas por ano, afóra projetos em estudos para instalação de futuras fábricas, todas elas obedecendo aos mais modernos requisitos.

● Economia

CRESCIMENTO DEMOGRAFICO

(Visão)

Em 1954 a UNESCO fez realizar duas conferências internacionais de real importância — a demográfica e a dos recursos naturais do planeta. Foram dois acontecimentos de grande repercussão, já que mostraram, em conjunto, que a civilização industrial, com seu grande consumo de recursos, ao mesmo tempo que avança nas reservas naturais, vai concorrendo para acelerar o ritmo de crescimento da população. É fácil de compreender que assim seja. Se por um lado o conhecimento científico permite avançar na descoberta de novas fontes de recursos, por outro, essa mesma tecnologia amplia os horizontes de consumo, criando dia a dia novos produtos para enriquecer a vida quotidiana, mas que exigem mais e mais recursos. Ao mesmo tempo, a concentração urbana que a tecnologia industrial impõe e a melhoria nos níveis de vida, fatos que se refletem na diminuição da taxa de mortalidade e no aumento da de natalidade, impulsionam o crescimento da população mundial.

As duas conferências referidas apontaram a América Latina como uma das regiões em que o crescimento demográfico alcança ritmo mais acelerado e em que a dilapidação dos recursos naturais se processa com destacada rapidez. Na

América Latina projeta-se o Brasil como país assolado pelo esgotamento de algumas reservas (solo arável e matas) e ameaçado pelo forte crescimento de sua população.

Entre 1920 e 1950 a população brasileira passou de 30,6 milhões a 51,9 milhões, crescendo de mais de 70%, ou 2,3% ao ano. Em janeiro de 1957, o IBGE estimava em 60,8 milhões o número de habitantes do País. Mostravam ainda os cálculos que em 1980 o País terá uma população de 100 milhões, a permanecer a mesma taxa de crescimento. Mas essa taxa tende a aumentar.

Realmente, no Brasil, a proporção média dos nascidos com vida ascende a cerca de 180 por 1.000 mulheres em idade fecunda, enquanto nos E.U.A. essa proporção é de 92 e na Argentina, de 95, para citarmos dois países em que é elevada a natalidade. A mortalidade — sobretudo a infantil — caiu bastante nestes últimos anos, graças ao progresso em saúde pública. Apesar de ainda ser elevada (1,8%), já representa sensível melhoria em relação a 1920, quando era superior a 2%. Nesse andar a população brasileira alcançará, já em 1980, cifra em 15 a 20% superior à prevista.

Esse progresso demográfico tem encontrado, felizmente, um crescimento ainda maior da renda nacional, trazendo um relativo enriquecimento geral. Mas exige, por si, que os investimentos internos permaneçam elevados para que a pressão que naturalmente descarrega não se transforme em fator de perturbação social e política.

Nesse sentido é importante destacar de início dois fenômenos que emergem do crescimento demográfico: a) a exigência de emprego, que representa a exigência mínima de alimentação, vestuário e moradia e b) a atração urbana, levando ao alargamento das áreas de pressão social.

O primeiro fenômeno pode ser aferido em sua imposição pelo valor médio que requer cada novo indivíduo a exigir trabalho. Em 1952 calculava-se serem necessários

50 mil cruzeiros para utilizar os novos braços que anualmente emergem do crescimento demográfico do País. Tomando-se 2,4% como taxa de crescimento, temos um aumento de população mínimo anual de... 1.440.000 indivíduos, dos quais 71%, grosso modo, trabalham ou buscam trabalho. São, pois, 1.020.000 pessoas que, a 50 mil cruzeiros, exigem um investimento mínimo de 51 bilhões por ano. São cifras mínimas, pois 50 mil cruzeiros referem-se a 1952, e o novo contingente de braços tende a crescer de ano para ano.

O segundo fenômeno pode ser avaliado pelo crescimento da população rural e da urbana no decênio 1940-1950. A primeira cresceu de 4,9 milhões e a segunda de 5,9 milhões, acusando um aumento relativo de quase 20%.

Esses algarismos mostram que a situação demográfica tem, daqui por diante, que fazer parte obrigatória da política econômica nacional.

● 43 anos é a média de vida do brasileiro

(Noticiário)

O brasileiro que passou dos 44 anos de idade pode vangloriar-se de haver marcado uma vitória na luta contra a morte, pois isso só acontece em nosso país a um em cada cinco habitantes. Efetivamente, como se vê pelas conclusões do Laboratório de Estatística do IBGE,

o Brasil com uma vida média de apenas 43,7 anos se inclui entre os países de elevada mortalidade e, portanto, de mais baixa duração da existência humana.

Em algumas partes do mundo a média da vida humana se torna cada vez mais longa, já se aproximando dos 70 anos, como por exemplo, na Suécia (69,3 anos), na Nova Zelândia (68,7 anos) e na Austrália (68,3 anos). Nos países americanos mais adiantados, essa média avança sobre o limite de 55 anos, atingindo o mais alto nível no Canadá (66,6 anos), nos Estados Unidos (65,9 anos) e na Argentina (59,1 anos). Aqui, como em qualquer outro lugar, as mulheres duram mais do que os homens, variando as margens em favor do sexo feminino desde 2 ou 3 anos, em certas regiões da Europa, até quase 5 anos no continente americano.

Os brasileiros de vida mais longa são os gaúchos (53 anos, em média), seguidos dos catarinenses (49,4 anos), dos paulistas (49,3 anos) e dos cearenses (45 anos). Entre os brasileiros de vida mais curta, considerados como tais os que vivem em média menos de 40 anos estão os mato-grossenses (36,3 anos), os amazonenses (37,9 anos), os paraenses (38 anos) e os fluminenses (38,1 anos). Os alagoanos ficam em posição pouco melhor do que todos estes (38,8 anos) e logo abaixo dos mineiros (39,5 anos).



Noticiário de Interesse Militar

VANTAGENS DO TRANSPORTE AÉREO SOBRE O TERRESTRE E MARÍTIMO

120 TONELADAS DE EQUIPAMENTO EM 9 VÔOS

Nos últimos anos, os aviões vêm predominando sobre o transporte de superfície numa escala cada vez maior, e muitas companhias de navegação adquiriram interesses em companhias aéreas quando essas se tornaram concorrentes muito fortes.

Fato curioso: não são seus imensos e velozes navios que estão perdendo passageiros em favor do tranqüilo conforto da estratosfera dos aviões a turbo-hélices britânicos.

Desde a guerra, os aviões vêm demonstrando sua capacidade em transportar certas categorias de carga mais economicamente do que navios ou estradas de ferro, mesmo em regiões como a Europa, onde o transporte da superfície está muito desenvolvido.

"A British European Airways" por exemplo, opera aproximadamente em 100 linhas especiais de carga por semana, transportando desde aparelhos de rádio, de televisão e peles caras, até pesadas máquinas e gado.

REDUÇÃO DOS PREÇOS

A economia de tempo e a simplificação da embalagem permitiram, a muitos fabricantes, uma redução de 100% em seus preços de venda.

Novos métodos de manuseamento, visando tirar a maior vantagem das novas condições, estão em constante evolução; recentemente, a "British European Airways" introduziu um sistema revolucionário de cestos de papelão, que permitem acondicionar grandes quantidades de roupas de senhora para serem embarcadas sem perigo de amarrutar.

Contudo, uma vez que toda a técnica do transporte aéreo ainda se acha relativamente na infância, mais da metade desses carregamentos continuam a ser transportados nos bojos dos aparelhos de passageiros, em serviços regulares, e boa parte do restante nas frotas de cargueiros aéreos, modestas e quase desconhecidas.

Esse conjunto heterogêneo de Vikings, Yorks e Ansons transformados possui uma solidez e uma segurança que lhe valeu uma invejável reputação nas regiões do interior da América do Sul e da Commonwealth Britânica, onde as oportunidades de carga aérea são maiores.

A necessidade de simplicidade, a facilidade de carregamento, o chão a pouca altura do solo e uma fuselagem com capacidade extra se tornaram evidentes, começando assim a surgir ao longo das rotas uma no-

O IMPACTO DAS ARMAS ATÔMICAS DE LONGO ALCANCE

Cel BRADFORD BUTLER JR.

Tradução da Revista "ARMY" de março de 1957,
pelo Cap. Art. ORLANDO RAPHAEL VIE-
GAS LAURO

"A potência das armas atômicas no fogo extra-
tático promete tornar a Artilharia a verda-
deira Rainha das batalhas."

Os chefes do Exército, freqüentemente nos previnem para que rompamos as cegueiras de pensamentos convencionais e alarguemos nossa visão. Uma expressão típica dessa idéia foi a mensagem enviada pelo General Willard G. Wyman, a uma turma de graduandos do Forte Benning. Nessa ocasião, o General Wyman recordou suas lembranças de um fator tático elementar da vida: a força superior no ponto decisivo da batalha, é obtida pela aplicação conveniente da mobilidade, potência de fogo e comunicações. Esses três elementos são fatores suficientes para se levar em consideração, quando encaramos alguns dos problemas diários do Exército.

Dinheiro e cérebro foram aplicados à mobilidade e às comunicações, e novas doutrinas e equipamentos encontram-se a caminho. Não é minha finalidade aqui, criticar ou diminuir a importância dessas atividades. Por certo que, considerações sobre mobilidade, como as encontradas no "CONARC Training Memo n. 13", de 4 de junho de 1956, e na "Organization & Training for Mobile Task Force Type Operations" (Organização e Treinamento para Operações do Tipo Força Tarefa Móvel), são essenciais para a evolução das táticas atuais. Mas eu chamaria a sua atenção, e

esta é minha finalidade, para o fato de que, em todos esses estudos, a potência de fogo foi limitada ao seu tradicional papel de apoio. O trabalho de ocultar completamente o fato de que a potência de fogo atômico, orgânica do Exército, é capaz de exercer um papel estratégico primário, muito afastado da missão normal de apoio da Artilharia, não foi conseguido. O pronto reconhecimento pelo Exército, desse significado, é muito importante por múltiplas razões. (Fig. 1)

Deve ser anulada a falsa concepção de que o emprêgo estratégico da potência de fogo atômico é exclusiva e necessariamente, uma função da força aérea. Podemos ser mais verdadeiros se dissermos: — O Exército ficou decalado da Força Aérea e da Marinha, discutindo a estratégia da potência do fogo atômico.

Por que isso é assim? Não realmente porque a Força Aérea e a Marinha tenham usurpado ou assumido funções que, na realidade, pertenciam ao Exército. Mais apropriadamente, porque a mudança na estratégia implicaria, particularmente, em potência de fogo atômico e outros aspectos da guerra moderna em geral, os quais não foram bem refletidos na doutrina do Exército.

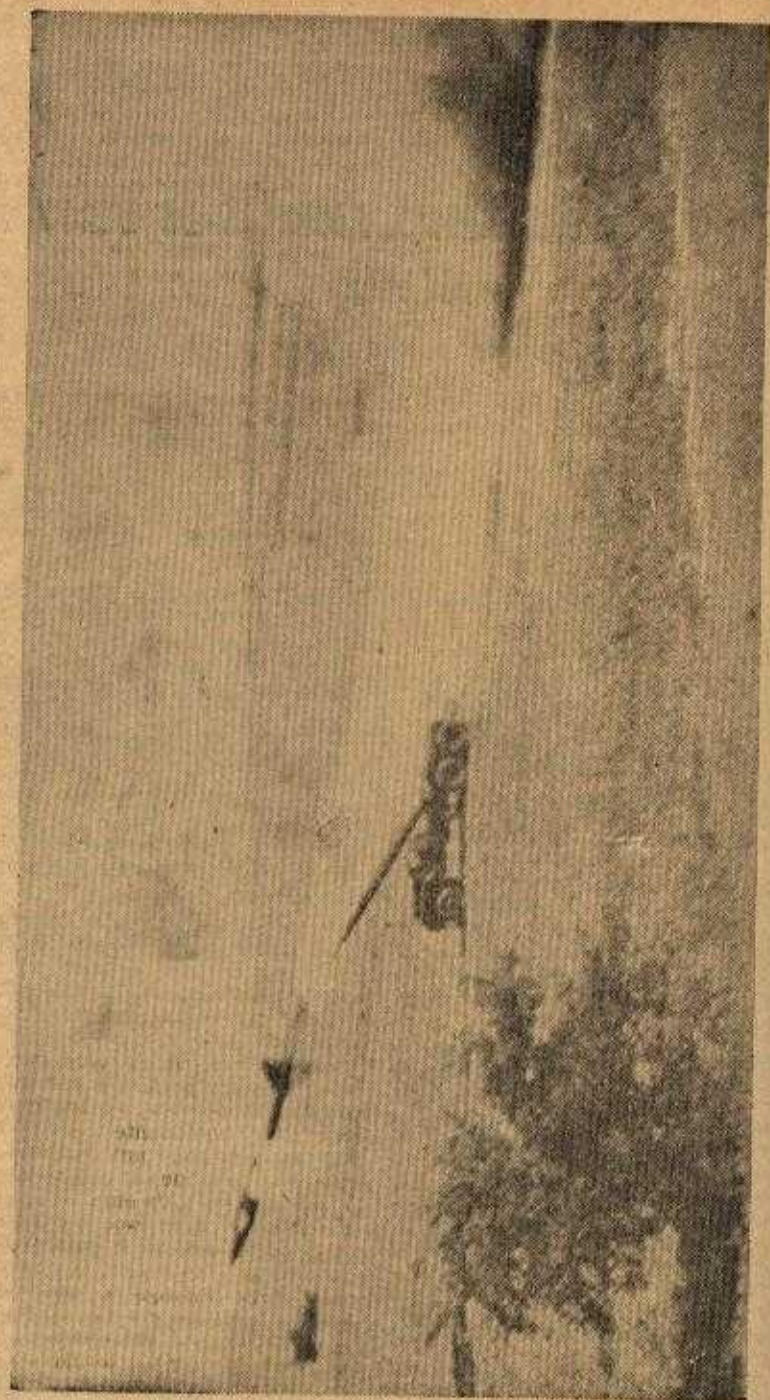


Fig. 1 — Uma peça da moderna artilharia atômica

Os Regulamentos de Serviço em Campanha estabelecem que "a missão básica das operações do Exército é destruir o inimigo pela aplicação do poder militar, *diretamente* ou *indiretamente*, contra as Forças Armadas que apoiam sua estrutura política".

Anteriormente eles estabeleciam que, "a missão mais importante das forças do Exército na guerra era superar a capacidade inimiga em pontos vitais e em momentos oportunos, de modo a torná-la ineficiente". Tenho escrito algumas "palavras-chaves", porque elas mostram como o pensamento do Exército na época da doutrina da energia atômica foi bitolado. A doutrina do Exército é suficientemente ampla para abarcar a estratégia da potência atômica — mas isso só, não prova muito. O fato de sua despesa ser suficientemente aparelhada para fornecer uma boa truta não significa que ela esteja em condições de servir um peixe frito.

A primeira das alegações acima, referente aos Regulamentos de Serviço em Campanha, menciona a aplicação da força militar "direta ou indiretamente", contra unidades armadas. Este manual é quase todo referente a aplicações diretas da força militar e, logicamente, assim deve ser. No entanto, a porta continua aberta para aplicações indiretas pelo Exército. Em dias passados, não havia um potencial estratégico indireto. Agora, porém, existe esse potencial. Os átomos da força atômica liberada não podem deixar de exercer influências estratégicas indiretas, fora dos limites de deslocamento das tropas do ponto A ao ponto B. Deveríamos então perguntar pelo significado de "capacidade militar". O Exército tende a igualar "capacidade militar" a "forças armadas". Somente um louco pretenderia que um Exército diminuísse ao mínimo seu papel de prontidão e capacidade, para se igualar em eficiência com as forças armadas inimigas. Mas só um tolo recusaria uma oportunidade para tornar essas forças ineficientes, por qualquer método simples, rápido e econômico. Para abarcar

todas as oportunidades nesse caso, devemos incluir um estudo de outros métodos, diferentes do impacto direto de forças. Isto inclui a capacidade de penetração armada para ação indireta, tática e estratégica, atômica ou não, psicológica, convencional ou não. Engloba ainda muitos outros problemas, tais como análise do objetivo, face a essas várias possibilidades. Esses problemas não têm precedentes na experiência de um Exército. (Fig. 2)

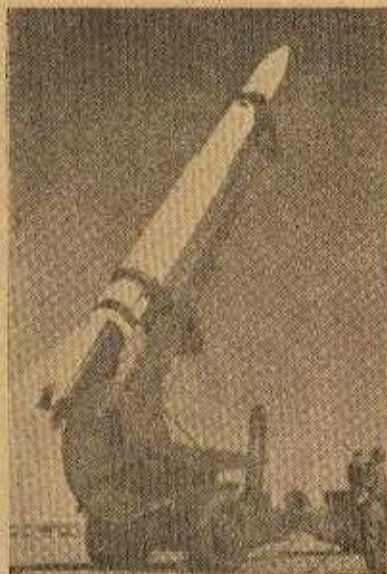


Fig. 2 — O projétil atômico do Exército, "Corporal".

Isto nos leva, inevitavelmente, ao nosso terceiro ponto: a determinação de quando a capacidade militar inimiga é "ineficiente". Isto será, substancialmente, um assunto de opiniões, até que a potência atômica seja verificada em uma guerra. Mas algumas informações estimadas estão sendo obtidas, e outras serão necessárias. Não resta dúvida que, uma força inimiga é ineficiente quando é detida em nossas linhas, ou quando nós a aniquilamos. Mas ela também pode se tornar ineficiente sob uma grande gama de condições.

Por exemplo, o "FM 100-31" diz que, "um dano moderado, com perda completa da eficiência até que haja um reagrupamento", resulta de 30 % de baixas. Mas muitas perguntas não podem ser respondidas só com esses dados. Qual será a eficiência real de uma divisão, que não foi atingida, mas que viu uma divisão vizinha ser aniquilada por um ataque atômico? Qual a área auxiliar da retaguarda inimiga, obstruída por uma explosão atômica, que oferecerá melhores condições para a penetração de nossas forças e que capacidade terá de lutar? E por que? Qual a outra zona estratégica de comunicações ou zona do interior, cuja destruição acarretará a rendição de um Exército indeciso em sua "ineficiência"? Os teleguiados do Exército apelidados de "Red-

stone", "Corporal" e "Honest John" (Figs. 5, 2 e 4) têm possibilidades de penetrar na zona de comunicações inimiga, e há somente uma questão de tempo, para que os teleguiados do Exército tenham alcance em missões tão afastadas, que ainda não possuem doutrina firmada. As ramificações estratégicas de tais missões são, obviamente, assunto e responsabilidade não só do Exército, como da Força Aérea e da Marinha. Provavelmente, mais até do que isso. Nos mais profundos interesses dos Estados Unidos, esse serviço provavelmente atingirá proeminência na guerra atômica, tendo demonstrado uma apreensão prática dessas questões, e apontado o caminho para soluções práticas, razoáveis e decisivas. (Fig. 3)

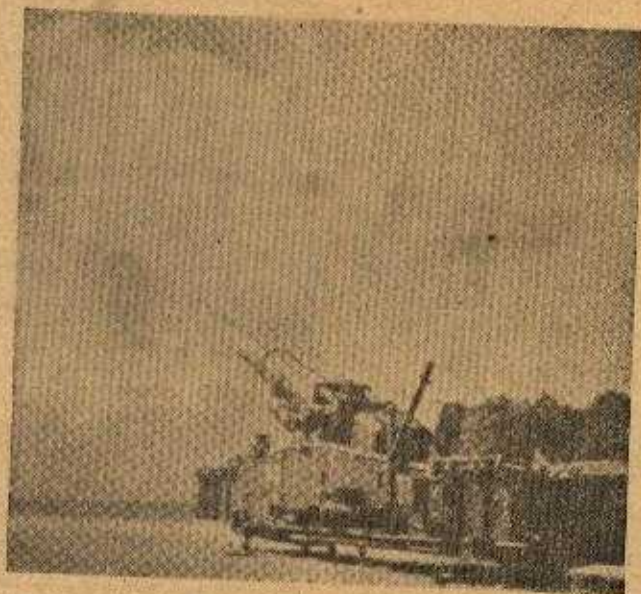


Fig. 3—O canhão atômico de 280 milímetros

Este mês apresenta o Exército com uma melhor oportunidade para lutar com este problema. No "CPX-FTX King Cole", futuramente todo

tipo de unidade de Artilharia do Exército com possibilidades de ser dotada de potência atômica, será empregado. Entre as armas atuais,

destacam-se os projetis dirigidos do Exército e seus modernísimos canhões e obuses. (Fig. 4)

"King Cole" será uma manobra unilateral do Exército. Seu objetivo é dar treinamento aos comandantes e estados-maiores, em informações táticas e operações logísticas, sob condições supostas de idênticas possibilidades para ambos os lados em armas atômicas e meios eletrônicos. Isso auxiliará a obtenção de um treinamento de campanha realístico de armas especiais,

dela participando unidades de Artilharia Antiaérea e de certos outros tipos, particularmente de comunicações e de apoio de material bélico. Isso também conduzirá a certas verificações de tropas de emprego tático, referentes a operações do Exército do futuro. Essas verificações são em número de quatro, a saber:

1) Verificação do centro de apoio tático. Esta verificação destina-se a determinar a melhor organização, o melhor equipamento e o



Fig. 4 — O projetil atômico do Exército, "Honest John"

melhor procedimento para o controle e coordenação de todos os meios de apoio do Exército tático.

2) Verificação da doutrina de informação e do apoio das informações militares. Esta verificação destina-se a rever a doutrina relativa às funções de informação do Estado-Maior.

3) Verificação especial de demolições. Esta verificação é destinada a testar a doutrina proposta para o emprego de demolições atômicas, incluindo todas as operações neces-

sárias, desde a estocagem, até a colocação em posição.

4) Verificação do fornecimento de projetis dirigidos e armas especiais pelo material bélico. Esta verificação é destinada a testar a nova seqüência de abastecimento, desde a fonte até ao objetivo, proposta para o apoio de unidades de foguetes e de armas especiais.

Em complemento a estas quatro verificações, haverá um teste do sistema de comunicações da área.

A presença dessa miscelânea de unidades de Artilharia e de projéteis dirigidos — em muitos casos organizações completas —, verificando toda a seqüência de abastecimento de munições atômicas é um acontecimento de suma importância para todos os artilheiros. Seria prematuro julgar quanto pode o "King Cole" representar, convenientemente, na oportunidade da doutrina da Artilharia iniciar seu papel adicional de arma primária: — libertar-se do poder do fogo estratégico. Mas todos os inimigos estarão atentos para ver se essas unidades serão limitadas à missão básica da Artilharia de Campanha, como estabelecem os Manuais de Serviço em Campanha: — "apoiar a Infantaria e as unidades blindadas, neutralizando ou destruindo com o fogo aqueles mesmos objetivos inimigos, para impedir o cumprimento de suas missões". Ou deve essa potência de fogo ser usada em missões estratégicas de tiro, adicionais e mais profundas, indiretamente calculadas para causar a rendição das forças armadas inimigas tornadas ineficientes? (Fig. 5)

A capacidade do artilheiro de liberar a força atômica para fins estratégicos eleva a Artilharia ao papel de uma arma básica, adicionalmente ao seu tradicional papel de arma de apoio. Talvez seja somente como fator humano, que as antigas armas básicas — Infantaria e Blindada — possam olhar com algum entusiasmo para a Artilharia, como uma companheira em pé de igualdade para determinados fins. Mas antes que qualquer luta fratricida rompa esta linha de conduta, lembremo-nos que a potência atômica não é um privilégio do Exército.

Ela representa um largo aumento de possibilidades e estratégias, junto à qual os outros serviços estão de prontidão, aptos a entrar em ação. E Tio Sam e os contribuintes de impostos estão aguardando, para julgar qual o serviço que pode demonstrar a maior sabedoria e competência profissionais, sugerindo

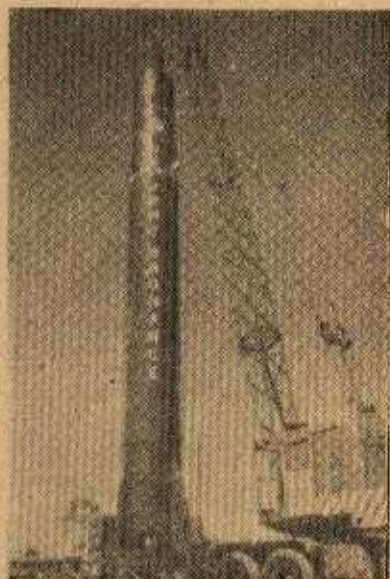


Fig. 5 — O projétil atômico do Exército, "Redstone".

uma melhor estratégia atômica a ser aplicada aos princípios e interesses dos Estados Unidos. No passado, o Exército foi sempre elevado às necessidades do momento, — e a necessidade de estudar o emprego da força atômica é uma das mais urgentes desta hora.

PODEROSO HOLOFOTE PARA LOCALIZAR SUBMARINOS

Foi exibido em Garden City, no Estado de Nova York, um poderoso holofote capaz de projetar sobre os submarinos inimigos ou as estrelas de cinema um foco equivalente a dez mil faróis de automóvel. Fundamentalmente uma nova arma para localizar submarinos de bordo de aviões, o holofote de arco de carvão poderá ter também aplicação civil. Com a designação de AN-AVQ3, pelo Código Militar, o holofote tem uma potência de 130 milhões de velas. Destina-se ele a ser montado em aviões e poderá ficar aceso indefinidamente. Os tipos antigos de holofote atualmente em uso para localizar submarinos na superfície do mar só podem ficar

acesos durante apenas trinta segundos de cada vez, e têm uma potência de setenta milhões de velas. O novo holofote poderá também ser empregado para trabalhos de salvamento aeronaval, na iluminação de estradas, para localizar pessoas em zonas de desastre à noite e também na televisão e no cinema.

O holofote de arco de carvão usa vários princípios eletrônicos modernos, inclusive um novo amplificador (transistor) magnético e novas aplicações de películas refletoras e de contenção de calor. Pode também o moderno refletor ser operado pelo radar ou à mão.

MINISTÉRIO DA GUERRA
BIBLIOTECA DO EXERCITO

ATOS OFICIAIS

AVISO N. 974 — EM 16 DE OUTUBRO DE 1957

Lei de Movimento de Quadros — Dôbro do período de férias

Para execução do disposto no n. 3, letra a) art. 40, da Lei de Movimento de Quadros, declaro que as dispensas de serviço concedidas em caráter de recompensa, nojo ou gala, gozadas fora da guarnição, não invalidam o direito de contar pelo dôbro o período de férias a que tiverem direito os militares.

("Diário Oficial" de 19-X-557.)

• • •

AVISO N. 979-D4 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1957

Visando colher e atualizar o maior número de dados e informações sobre os bens imóveis (Próprios Nacionais sob a jurisdição do Ministério da Guerra) a fim de completar o Cadastro desse Patrimônio do Exército, determino as seguintes providências:

1º) Os Comandantes de Regiões Militares deverão providenciar para que seja feito um levantamento rigoroso dos Próprios Nacionais, sabidamente distribuídos ao Exército, ou mesmo daqueles sob os quais parem dúvidas e todos, na órbita de seus Comandos;

2º) As informações existentes nas Regiões ou as colhidas através de indagações e buscas nos arquivos das Prefeituras Municipais e demais Repartições Estaduais ou Federais, na falta daquelas, serão condensadas em relações em que constem, de cada Próprio Nacional, os elementos abaixo:

a) Denominação do imóvel, sua localização, suas dimensões ou, ainda, uma descrição sucinta suficiente a permitir uma identificação inequívoca do Próprio Nacional;

b) Referência a todos os documentos existentes sobre o imóvel e onde podem ser encontrados (Títulos de Propriedade e respectivos Registros Imobiliários, Boletim de Censo e Fôlha de Tombo, Plantas, etc.);

c) Providência do imóvel e principalmente, se o mesmo foi recebido ou não mediante um "Térmo de Entrega" lavrado na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Estado respectivo; dando-se ainda a data da sua incorporação ao Patrimônio do Exército;

d) qual a utilização que está sendo dada ao imóvel.

3º) Os imóveis sobre os quais se faça suposição, por menor que seja, de ainda pertencerem à jurisdição do Ministério da Guerra, e ocupados por particulares ou repartições públicas ou ainda, em estado de aban-

dono, devem também ser incluídos na relação acima, dando-se as indicações existentes, que conduzem àquelas suposições.

4º) No dia 31 de dezembro do corrente ano, todos os trabalhos acima referidos deverão estar concluídos e entregues à Diretoria do Patrimônio do Exército.

("Diário Oficial" de 21-X-1957.)

AVISO N. 997 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1957

Classificação de comportamento — Solução de consulta

1. Consulta o Comando do 19º Regimento de Infantaria se a repreensão verbal deve ter influência na classificação de comportamento e na contagem dos prazos estabelecidos nas alíneas a) e b) do art. 66 do Regulamento Disciplinar do Exército.

2. Em solução, e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que a repreensão verbal não deve ser levada em conta na classificação do comportamento das praças do Exército.

("Diário Oficial" de 28-X-1957.)

AVISO N. 964-D-2 — EM 11 DE OUTUBRO DE 1957

Patronos de Turmas de CPOR

Considerando que o art. 110 do Regulamento para os CPOR (R-166) faculta aos componentes das turmas que terminam o curso a escolha de um vulto nacional histórico, já falecido, para seu patrono; que há necessidade de disciplinar essa escolha para que não seja desvirtuada a salutar finalidade cívica dessa concessão; declaro que a eleição, referida no citado dispositivo, não poderá recair em personalidade do mundo político, em torno da qual perdurem controvérsias vivas ou cuja apreciação, ainda, esteja sujeita a notórias influências de ordem passional.

("Diário Oficial" de 15-X-1957.)

AVISO N. 968-D5-D1 — EM 11 DE OUTUBRO DE 1957

Férias — Torna desnecessário o pedido de autorização para gozá-las fora de sede

Tendo em vista a entrada em vigor do novo Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, resolvo tornar sem efeito o que estabelece a letra g) do Aviso n. 1.197-D5-D, de 7 de novembro de 1956, devendo, entretanto, ser cumprido, rigorosamente, o que preceitua o n. 3 do art. 357 daquele Regulamento.

("Diário Oficial" de 15-X-1957.)

AVISO N. 1.012 D5-E — EM 30 DE OUTUBRO DE 1957

Carteira de Identidade — Solução de consulta

1. Consulta a Chefia do Serviço de Identificação do Exército, como proceder para o fornecimento de carteira de identidade àqueles que, por serem analfabetos ou portadores de doença ou defeito que os

impeça de fazê-lo, não possam assinar os requerimentos e os espelhos respectivos.

2. Em solução e de acôrdo com o que propõe a citada Chefia, declaro que :

A) Os requerimentos das pessoas de que trata a presente consulta, podem ser assinados por bastantes procuradores ou a rôgo :

a — no caso da assinatura por procurador deve ser apresentada, na ocasião, a competente procuração, com firma reconhecida ;

b — quando assinado a rôgo, o requerimento deve conter, ainda, as assinaturas de duas testemunhas que tenham firma no Serviço de Identificação do Exército ;

c — na hipótese de não ser de fácil constatação o defeito físico, ditos requerimentos devem ser instruídos com atestado médico com firma reconhecida.

B) Nos espelhos das carteiras respectivas, no lugar destinado à assinatura, deve constar a causa impediante (analfabeto, hemiplégico, cego, etc.).

("Diário Oficial" de 1-XI-1957.)

♦ ♦ ♦

DECRETO N. 42.502 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1957

Altera o § 2º do art. 137 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.246, de 11 de dezembro de 1936

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal, decreta :

Art. 1º. O § 2º do art. 137 do Regulamento para Fiscalização, Comércio e Transporte de armas, munições e explosivos, produtos agressivos e matérias-primas correlatas, aprovado pelo Decreto n. 1.246, de 11 de dezembro de 1936, passa vigorar com a seguinte redação :

"§ 2º. As importações destinadas aos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica independem de autorização do Ministério da Guerra".

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 25-X-1957.)

♦ ♦ ♦

LEI N. 3.289 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1957

Estende aos Suboficiais da Marinha de Guerra e da antiga Aviação Naval os benefícios da Lei n. 1.037, de 31 de dezembro de 1949 — (Dispõe sobre a promoção de Subtenentes do Exército)

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. São extensivos aos suboficiais da Marinha de Guerra os benefícios previstos nos arts. 1º e 2º da Lei n. 1.037, de 31 de dezembro de 1949.

Parágrafo único. Só usufruirão os benefícios os suboficiais que, na data da publicação daquela lei, contavam 15 (quinze) ou mais anos de serviço na graduação.

Art. 2º. Aplica-se, também, o art. 1º desta lei, aos suboficiais da antiga Aviação Naval, transferidos para o Ministério da Aeronáutica em 1941, desde que preencham as condições estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 22-X-57.)

JUSCELINO KUBITSCHK.

Antônio Alves Câmara.

Francisco de Melo.

o o o

DECRETO N. 42.429 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1957

Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica alterado o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto n. 28.703, de 2 de outubro de 1950, a fim de que o art. 112 passe a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 112. As praças que estiverem sujeitas a inquérito militar ou comum, respondendo a processo no fóro civil ou militar, ou cumprindo pena de qualquer natureza que não determine exclusão ou expulsão, não poderão ser transferidas para a reserva remunerada, nem licenciadas, desincorporadas, excluídas ou expulsas".

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 17-X-57.)

o o o

DECRETO N. 42.410 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1957

Inclui novos membros no Conselho do Almirantado, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Os oficiais-generais da Marinha, em serviço ativo ou na reserva, que houverem exercido em caráter efetivo o cargo de Ministro de Estado da Marinha, farão parte do Conselho do Almirantado, na qualidade de Membros Conselheiros.

§ 1º. Aos Membros Conselheiros, embora não exercendo funções administrativas no Conselho do Almirantado e sem direito a voto serão asseguradas as mesmas prerrogativas dos Membros efetivos do Conselho.

PORTARIA N. 2.111 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o DGP em Ofício n. 28-D3, de 16 de agosto de 1957 e parecer do Estado-Maior do Exército, constante da primeira parte do item 2, do Ofício 794-A, de 12 de outubro de 1957, resolve acrescentar um item 4, ao art. 2º da Portaria n. 2.100, de 19 de novembro de 1956, com a seguinte redação:

"4. As promoções à graduação de 2º Sargento Artífice de Material Bélico (antigo operário militar) serão feitas no âmbito do Exército e pelo Departamento-Geral do Pessoal".

PORTARIA N. 2.113 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército e tendo em vista o art. 5º do Decreto-lei n. 8.444, de 26 de dezembro de 1945, resolve aprovar as "Instruções para o Recrutamento para a Tropa Aeroterrestre", que com esta baixam. ("Diário Oficial" de 1-X-1957.)

* * *

PORTARIA N. 2.090 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista o aumento sempre crescente das viaturas equipadas com motores Diesel, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército e usando das atribuições que lhe confere o art. 59 da Lei do Ensino Militar resolve:

— O currículo do Curso de Mecânico de Veículos sôbre rodas, em funcionamento na Escola de Motomecanização, deverá ser acrescido de uma parte referente a motores Diesel;

— Aos graduados já possuidores do "Curso de Mecânico de Veículo sôbre rodas" poderá ser concedida rematricula no curso, modificado da forma assim estabelecida, a fim de completarem seus conhecimentos com a parte de motores Diesel que, para êles terá o caráter do curso de extensão.

("Diário Oficial" de 26-X-1957.)

* * *

DECRETO N. 42.522 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1957

Dá nova redação ao § 2º do art. 54 do R-69 — Regulamento dos Colégios Militares aprovado com o Decreto n. 41.353, de 23 de abril de 1957

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O § 2º do art. 54 do Regulamento dos Colégios Militares (R-69), alterado pelo Decreto n. 41.353, de 23 de abril de 1957, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 54.
§ 1º.

- a)
b)

§ 2º. Para a concessão prevista nas alíneas a) e b) do § 1º, acima, deverá o genitor, ou responsável, provar que o filho, que responsabilizado, cursou Estabelecimento de Ensino Secundário subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. O candidato referido na alínea b) do § 1º, acima, deverá, ainda, ser julgado apto, com grau igual ou superior a quatro (4), em cada uma das provas escritas de suficiência, no Colégio para que se destina nas condições abaixo:

a) as provas serão de Português e Matemática;

b) serão realizadas nos dez (10) últimos dias que antecedem o início dos períodos letivos, com intervalos mínimos de quarenta e oito (48) horas entre elas;

c) o programa da matéria considerada será:

(1) o da série anterior a que o candidato se destina, no caso da prova ser realizada antes do início do primeiro (1º) período letivo;

(2) baixado pelo Comandante do Colégio, no caso de ser realizada a prova entre o primeiro (1º) e o segundo (2º) período letivo."

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1957: 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.

("Diário Oficial" de 4-XI-57.)

• • •

DECRETO N. 42.523 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1957

Altera o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art 1º. Fica acrescentado ao art. 28 do Decreto n. 41.475, de 8 de maio de 1957, um parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 28.

Parágrafo único. Poderão ser autorizados estágios voluntários, sem remuneração, a Oficiais e Aspirantes a Oficial da 2ª Classe da Reserva, das Armas e dos Serviços, que o requerem, condicionados, entretanto, às épocas e regime dos estágios remunerados".

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1957: 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.

("Diário Oficial" de 4-XI-57.)



COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen Pery Constante Bevilaqua.

Gen Silveira de Mello.

C.F. Oyama Sonnenfeld de Mattos.

C.F. Md Darcy de Souza Medina.

Virgilio Corrêa Filho.

Hormino Lyra.

Cap Vasco Ribeiro da Costa.

Cap Raphael Viégas Lauro.

Cap Otávio Alvares.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

SMQ
IMPRESA DO EXERCITO
RIO DE JANEIRO — 1957